



**Entre o luto e a luta:  
As “narrativas de sentido e sem sentido” dos familiares  
das vítimas dos casos conhecidos como “falsos  
positivos” na Colômbia**

**Catalina Sierra Rojas**

**Trabalho de projeto de Mestrado em Antropologia e  
Culturas Visuais**

**Fevereiro, 2020**

**Entre o luto e a luta:  
As “narrativas de sentido e sem sentido” dos familiares  
das vítimas dos casos conhecidos como “falsos  
positivos” na Colômbia**

Catalina Sierra Rojas

---

Trabalho de projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia e Culturas Visuais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Sónia Ferreira

Fevereiro de 2020



## *Agradecimentos*

Agradeço em especial a María Arango, Claudia Garcés, Alexander Castro e Martha Soto, as pessoas que abriram para mim e para o presente trabalho a sua história de vida, que partilharam as suas dores e lutas e que permitiram as análises sobre as mesmas.

À minha orientadora, Sónia Ferreira, pelo apoio constante na escrita deste trabalho, pelas suas orientações e perguntas que ajudaram a determinar esta pesquisa.

Ao Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado) por me permitir acompanhar as suas ações coletivas e públicas, para o desenvolvimento desta tese.

A Fernanda Garzón pela sua ajuda na procura de contactos das vítimas e dos movimentos sociais.

A Alfonso Castillo, Luz Marina Hache, César Santoyo e Guillermo Pérez pelas suas conversas e contextualização sobre a situação das vítimas na Colômbia.

A Felipe Chavarro, à minha família e amigos pelo apoio oferecido durante a pesquisa e a escrita da tese.

A Xiomara Penagos, pela sua amizade, companhia e ajuda nos processos técnicos e visuais.

À memória da minha mãe, María del Carmen Rojas, e do meu avô, Cosme Rojas Forero, especialmente pelo ensino da compaixão, escuta e o reconhecimento da dor dos outros.

**Entre o luto e a luta:  
As “narrativas de sentido e sem sentido” dos familiares das vítimas dos casos  
conhecidos como “falsos positivos” na Colômbia**

**Resumo**

Esta pesquisa analisa, através de uma investigação teórica e a elaboração de um arquivo de memória virtual, as “narrativas de sentido e sem sentido”<sup>1</sup> ou as práticas discursivas e simbólicas que elaboram familiares de vítimas designadas por “falsos positivos”<sup>2</sup> na Colômbia—considerados como tal pela legislação colombiana, pelos coletivos de vítimas e pelas associações de direitos humanos— como uma procura de cura, memória, “justiça, verdade, reparação e promessa de não repetição”. Estes são aspectos fundamentais que os familiares das vítimas e os defensores dos direitos humanos consideram necessários para um processo de reparação integral e um processo de paz perdurável. Dar visibilidade às ações dos familiares das vítimas que agem como reparações simbólicas (públicas e privadas), especialmente as das mães e esposas dos jovens assassinados e desaparecidos, pode contribuir para um entendimento sobre os processos de trauma e cura que estes atravessam. E de forma geral, para a análise das consequências para o país que o atual desconhecimento e indiferença destes processos por parte da sociedade civil pode ter.

**Palavras-chave:** “narrativas de sentido e sem sentido”; práticas discursivas; “falsos positivos”; reparação; verdade; justiça; memória; não repetição; testemunho; movimentos sociais; identidade.

---

<sup>1</sup>O professor Gabriel Gatti, diretor do projeto “Mundo(s) de vítimas” da Universidade do País Basco, cunha o conceito de “narrativas de sentido e sem sentido” para se referir aos “processos construtivos e políticos realizados pelos agentes através da interpretação reflexiva que fazem da sua ação. São processos performativos que se suportam e que reproduzem marcos gerais de sentido e que constituem o apoio das identidades sociais. Não são relatos senão posições discursivas associadas às identidades” (2011, p. 33, tradução minha)

<sup>2</sup> Os falsos positivos foram execuções extrajudiciais de civis (jovens de classes populares que foram enganados com promessas de trabalho) e em alguns casos posterior desaparecimento do corpo, perpetradas por forças militares para apresentá-las como baixas em combate das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), do ELN (Exército de Libertação Nacional) e do EPL (Exército Popular de Libertação), ocorridas durante o governo de Álvaro Uribe Vélez (2002 – 2010) sob a sua Política de Segurança Democrática. A intenção destas execuções foi a de responder à construção de uma ideia de enfraquecimento e derrota das guerrilhas no país, e ao investimento e ajuda militar que os Estados Unidos fizeram durante o dito período. Por cada morto em combate os militares recebiam promoções, prêmios, férias e compensações económicas, o que resultou na procura de mortos a qualquer preço. Estes eram apresentados como guerrilheiros mortos em combate pelo exército e foram enterrados em valas comuns, o que dificulta a procura por parte dos seus familiares. Estes crimes que ficaram conhecidos como os dos “falsos positivos” articulam juridicamente duas formas de violência: execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados.

**Entre el luto y la lucha:  
Las narrativas de sentido y sin sentido de los familiares de las víctimas de los casos  
conocidos como “falsos positivos” en Colombia**

**Resumen**

El presente trabajo analiza, a través de una investigación teórica y de la realización de un archivo de memoria virtual, las “narrativas de sentido y sin sentido”<sup>3</sup> o las prácticas discursivas y simbólicas que elaboran los familiares de las víctimas conocidas como “falsos positivos”<sup>4</sup> en Colombia –considerados así por la legislación colombiana, los colectivos de víctimas y las asociaciones de derechos humanos– como una búsqueda de cura, memoria, “justicia, verdad, reparación y promesa de no repetición”. Estos son aspectos fundamentales que los familiares de las víctimas y los defensores de los derechos humanos consideran necesarios para un proceso de reparación integral y un proceso de paz duradero. Evidenciar las acciones de los familiares de las víctimas que fungen como reparaciones simbólicas (públicas y privadas), especialmente las de las madres y esposas de los jóvenes asesinados y desaparecidos, puede contribuir a un entendimiento sobre los procesos de trauma y cura por los que ellos atraviesan. Y de forma general, al análisis de las consecuencias que para el país trae el desconocimiento y la indiferencia de la sociedad civil de estos procesos.

**Palabras clave:** “narrativas de sentido y sin sentido”; prácticas discursivas; “falsos positivos”; reparación; verdad; justicia; no repetición; memoria; testimonio; movimientos sociales; identidad.

---

<sup>3</sup> El profesor Gabriel Gatti, director del proyecto “Mundo (s) de víctimas” de la Universidad del País Vasco, desarrolla el concepto de narrativas de sentido y sin sentido para referirse a “los procesos constructivos y políticos realizados por los agentes a través de la interpretación reflexiva que hacen de su acción. Son procesos performativos que se apoyan y que reproducen marcos generales de sentido y que constituyen el apoyo a las identidades sociales. No son relatos sino posiciones discursivas asociadas a las identidades” (2011, p.33).

<sup>4</sup> Los falsos positivos fueron ejecuciones extrajudiciales de civiles (jóvenes de clases populares que fueron engañados con promesas de trabajo) y en algunos casos posterior desaparición del cuerpo, perpetradas por fuerzas militares para presentarlas como bajas en el combate con las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de las Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombia), el ELN (Ejército de Liberación Nacional) y el EPL (Ejército Popular de Liberación), ocurridas durante el gobierno de Álvaro Uribe Vélez bajo su Política de Seguridad Democrática. La intención de estas ejecuciones fue responder a la construcción de una idea de debilitamiento y derrota de las guerrillas en el país, y a la inversión y la ayuda militar que Estados Unidos estaba otorgando durante dicho período. Por cada muerto en combate los militares recibían ascensos, premios, vacaciones y compensaciones económicas, lo que dio como resultado una búsqueda de muertos a cualquier precio. Así, una vez los cuerpos eran presentados como guerrilleros muertos en combate con el ejército, éstos fueron enterrados en fosas comunes, lo que dificultó la búsqueda que de ellos hacen sus familiares. Este crimen que se conoció como “falsos positivos” articula jurídicamente dos formas de violencia: ejecuciones extrajudiciales y desapariciones forzadas.

## **Between mourning and struggle: The “narratives of meaning and meaningless” of the relatives of the victims of cases known as the "false positives" in Colombia**

### **Abstract**

The present work analyzes, through a theoretical investigation and the realization of a virtual memory archive, the “narratives of meaning and meaningless”<sup>5</sup> or the discursive and symbolic practices that relatives of the victims known as “false positives”<sup>6</sup> develop in Colombia—considered in this way by Colombian legislation, victims' groups and human rights associations—as a search for a cure, memory, “justice, truth, reparation and promise of non-repetition”. These are fundamental aspects that the relatives of the victims and human rights defenders consider necessary for a comprehensive reparation process and a lasting peace process. Evidence of the actions of the relatives of the victims that serve as symbolic reparations (public and private), especially those of the mothers and wives of the murdered and disappeared youth, can contribute to an understanding of the processes of trauma and cure for which they go through. And in a general way, to the analysis of the consequences that the ignorance and indifference of civil society on these processes brings to the country.

**Keywords:** “narratives of meaning and meaningless”; discursive practices; “False positives”; female activism; repair; true; Justice; no repetition; memory; testimony; social movements.

---

<sup>5</sup> The professor Gabriel Gatti, director of the project "World (s) of victims" of the University of the Basque Country, develops the concept of meaning and meaningless narratives to refer to “the constructive and political processes carried out by agents through the reflective interpretation that they make of their action, they are performative processes that are supported and that reproduce general frameworks of meaning and that constitute the support to social identities, they are not stories but discursive positions associated with identities” (2011, p.33).

<sup>6</sup> False positives were extrajudicial executions of civilians (youth of popular classes who were deceived with promises of work) and in some cases subsequent disappearance of the body, perpetrated by military forces to present them as casualties in combat with the FARC (Revolutionary Armed Forces of Revolutionary Armed Forces Colombia), the ELN (National Liberation Army) and the EPL (Popular Liberation Army), occurred during the government of Álvaro Uribe Vélez under its Democratic Security Policy. The intention of these executions was to respond to the construction of an idea of weakening and defeat of the guerrillas in the country, and to the investment and military aid that the United States was granting during that period. For every death in combat, the military received promotions, prizes, vacations and economic compensations, which resulted in a search for the dead at any price. Thus, once the bodies were presented as guerrillas killed in combat with the army, they were buried in mass graves, which made it difficult for their families to search for them. This crime that was known as “false positives” legally articulates two forms of violence: extrajudicial executions and forced disappearances.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	17
1.1. Contexto histórico dos “falsos positivos” e o apoio dos Estados Unidos da América.....	17
1.2. Caracterização das vítimas, <i>modus operandi</i> .....	20
1.3. Crimes contra a humanidade e a abordagem jurídica.....	24
1.4. Estado da arte.....	28
<b>2. MARCO TEÓRICO – CONCEPTUAL</b> .....	33
2.1. “Narrativas de sentido e sem sentido”, práticas discursivas e simbólicas.....	33
2.2. “Inversão do mundo” – evento traumático (trauma).....	36
2.2.1. Dor.....	40
2.3. Territórios de memória.....	43
2.3.1. Testemunho.....	46
2.3.2. Silêncio.....	50
2.3.3. Luto.....	52
2.4. Procura de justiça e verdade (reparação e não repetição, luta) .....	56
2.5. Movimentos sociais .....	62
2.5.1. Movimentos sociais de mulheres.....	67
<b>3. METODOLOGIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO</b> .....	73
3.1. História de vida temática .....	73
3.2. Análise do discurso .....	76
3.3. Antropologia visual.....	80
3.3.1. Arquivo .....	83
3.3.2. Documentário interativo .....	89
<b>4. O QUE FAÇO, O QUE SOU: NARRATIVAS DE VÍTIMAS DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E / OU DESAPARECIMENTOS FORÇADOS</b> .....	93
4.1. Eu decidi fazer da minha dor uma forma de denúncia (dor) .....	94
4.2. Esta luta converteu-se na nossa vida (luta) .....	101
4.3. Não somos “vítimas” somos sobreviventes e indivíduos políticos de direito (transformação da identidade) .....	109
4.4. Identidades e narrativas .....	113
4.4.1. Narrativas em torno da arte – Claudia Garcés .....	115
4.4.2. Narrativas em torno da religião – María Arango .....	123
4.4.3. Narrativas em torno da incidência política e do ativismo em direitos humanos – Alexander Castro.....	131
<b>CONCLUSÕES</b> .....	137
<b>5. BIBLIOGRAFIA</b> .....	142



Fabiola Lalinde, mãe de Luis Fernando Lalinde, desaparecido e assassinado em 1984 pelo Exército da Colômbia, uns dos primeiros casos de “falsos positivos”. Fabiola Lalinde é uma figura emblemática na luta pela verdade dos casos de desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais da Colômbia. Fotografia de Héctor Abad Colorado (Medellín, 2009).



## INTRODUÇÃO

### *Patria*

*Esta casa de espesas paredes coloniales  
y un patio de azuleos muy decimonónico  
hace varios siglos que se viene abajo.  
Como si nada las personas van y vienen  
por las habitaciones en ruina,  
hacen el amor, bailan, escriben cartas.  
A menudo silban balas o es tal vez el viento  
que silba a través del techo desfondado.  
En esta casa los vivos duermen con los muertos,  
imitan sus costumbres, repiten sus gestos  
y cuando cantan, cantan sus fracasos.  
Todo es ruina en esta casa,  
están en ruina el abrazo y la música,  
el destino, cada mañana, la risa son ruina;  
las lágrimas, el silencio, los sueños.  
Las ventanas muestran paisajes destruidos,  
carne y ceniza se confunden en las caras,  
en las bocas las palabras se revuelven con miedo.  
En esta casa todos estamos enterrados vivos.  
María Mercedes Carranza*

Para além da riqueza natural do território colombiano e da gentileza que nos caracteriza, são inevitavelmente as estatísticas absurdas da violência, da crueldade a nossa identidade, e não é para menos num país que tem mais de 50 anos de conflito armado interno, um país que está à frente nos registos de deslocamento forçado do mundo e inventa novas formas de violência. O conflito armado na Colômbia, devido à multiplicidade de atores (guerrilheiros, paramilitares e forças armadas do Estado e narcotraficantes), às circunstâncias a ele associado (como o narcotráfico, a mineração ilegal e a luta pela terra) e à sua perpetuidade foi e é muito complexo e isso é evidente nas vítimas que deixou e continua a deixar. Assim, na maioria dos casos, as vítimas<sup>7</sup> não respondem apenas a um evento vitimizador, elas carregam geralmente consigo dois ou até mesmo quatro eventos violentos (especialmente no caso das mulheres<sup>8</sup>), muitas vezes cometidos por vários atores em diferentes períodos e espaços.

O tipo de violência envolvida nos casos conhecidos, a partir de 2008, como dos “falsos positivos” é geralmente o desaparecimento forçado e a execução extrajudicial. A esses atos adicionam-se ainda, devido à reivindicação de direitos, o deslocamento forçado, o exílio e a perda ou extinção de tradições como por exemplo os rituais fúnebres que não se podem realizar na cidade (algumas populações realizam um velório de nove noites na casa do morto). Nestas

---

<sup>7</sup>Entendam-se que na legislação colombiana, vítimas são tanto as vítimas diretas (mortos e desaparecidos), como os familiares das vítimas, da mesma maneira vai-se trabalhar no presente trabalho.

<sup>8</sup> Isto a causa dos estupros.

circunstâncias, as vítimas exigem e necessitam de processos completos e múltiplos de reparação, que garantam um retorno ao cotidiano, “à vida”<sup>9</sup>, uma compreensão do ocorrido e, acima de tudo, a garantia de não repetição.

O trabalho realizado pelas vítimas, especialmente mulheres, para continuar a sua vida depois de vários eventos traumáticos e perdas irreparáveis requer processos de análise, visibilidade, reflexão, diálogo, encontro e escuta para promover novas e diferentes leituras do que aconteceu. Tal trabalho não pretende ser uma narrativa que reafirme o horror mas um espaço onde a palavra, a narrativa “encontre um sentido e seja partilhada com a sociedade à qual é dirigida”<sup>10</sup> (Ruta del Pacífico, 2013, p. 19).

A intenção desta tese é analisar as narrativas em torno destes casos, focando a atenção nas ações que permitem realizar trabalhos de luto, que reconstruam laços sociais, que possibilitam que a vítima se reconheça como um indivíduo político com direitos, que mostrem os processos que têm atravessado e experimentado, que lhes permitiram superar a dor, chegar ao luto e à luta; em última análise, o que se deseja é dar visibilidade para além dos casos, focar os processos reconstrutivos dos familiares das vítimas, porque como foi constatado no desenrolar deste trabalho, as vítimas das execuções extrajudiciais e/ou dos desaparecimentos forçados querem abandonar a imagem de vítima imposta pela sociedade, alguém “pobre”, “vulnerável”, “maleável”, “dependente do Estado” e “oportunista da dor”; imagem que não reflete a realidade de um grande número de vítimas e que se deve à pouca visibilidade que têm os processos de luto e luta que elas realizam.

No total foram entrevistadas quatro pessoas: três delas são familiares de vítimas de “falsos positivos”, a quarta é a diretora da delegação de Antioquia do Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado). Com o fim de facilitar a leitura do segundo capítulo (marco concetual e teórico) onde se inserem fragmentos dos testemunhos coletados, apresenta-se de seguida uma breve resenha biográfica das vítimas entrevistadas, com as suas fotografias<sup>11</sup> e as dos seus familiares.

**Claudia Garcés**, dramaturga e professora de arte dramática na Universidade de Antioquia – UDEA. Originária de San Carlos de Antioquia, 36 anos. Irmão desaparecido em 2006 com 30 anos, Pedro Garcés, posteriormente achado morto em 2008 com a versão de que era um

---

<sup>9</sup> Muitas vítimas dizem que experimentam uma rutura do que a vida é para elas, quando ocorre o assassinato ou desaparecimento do ente querido.

<sup>10</sup> Todas as traduções dos textos citados em espanhol e inglês para português foram realizadas por mim.

<sup>11</sup> As fotografias das pessoas entrevistadas foram feitas por mim e as fotografias dos seus familiares foram fornecidas por elas. Nos capítulos segundo e quarto as fotografias que se apresentam foram feitas por mim, caso contrário é mencionado o autor.

guerrilheiro que morreu assassinado num combate com o exército, vítima de execução extrajudicial do Exército Nacional da Colômbia.



Fotografia 1. Fotografia da vítima partilhada por Claudia Garcés e captura feita em ensaio de uma peça de teatro dirigida pela vítima. (17 de Junho 2019, Medellín).

**María de Jesús Arango Ruiz**, camponesa e agricultora, defensora dos direitos humanos originária de Abejorral de Antioquia, 51 anos. Esposo, Luis Alberto Ramírez, executado extrajudicialmente em 2008 pelo Exército Nacional da Colômbia com a idade de 43 anos.



Fotografia 2. Fotografia da vítima partilhada por María Arango e captura feita na entrevista (4 de Junho 2019, Medellín).

*José Alexander Castro Martínez*, segurança, defensor dos direitos humanos. Originário de Campamento, Antioquia, 43 anos. Irmão, Humberto León Pulgarín Castro Martínez e tio, Jhon Freddy Navarro Martínez executados extrajudicialmente em 2006 por membros do Exército Nacional da Colômbia, com as idades de 24 e 37 anos respectivamente.



Fotografia 3. Captura feita na entrevista e fotografias partilhadas por Alexander Castro (10 de Junho 2019, Medellín).

Além das entrevistas realizou-se um trabalho de acompanhamento das ações do coletivo Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado), nas delegações de Antioquia e Bogotá. O Movice tem um caráter associativo e espontâneo (a definição do trabalho e da luta é feito ao longo do caminho), as ações coletivas surgem das experiências comuns e partilhadas das vítimas de crimes do Estado colombiano. Igualmente, compareceu-se em atividades relacionadas com a temática da presente investigação: conferências, exposições, encontros, peças de teatro, performance, mostras de trabalho de vítimas, etc.

Com essas fontes de pesquisa e análise, a investigação estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro é uma contextualização histórica e sociopolítica dos crimes do estado denominados por “falsos positivos” revelados em 2008, e um compêndio da abordagem legal que foi e é aplicada a esses crimes. Neste primeiro capítulo, vários relatórios de organizações não-governamentais são utilizados, bem como investigações pessoais que contribuem para uma compreensão do contexto em que esses casos ocorreram. A primeira parte deste capítulo foca a história e a gestação desses crimes, bem como a responsabilidade das forças armadas e a assistência económica e militar dos Estados Unidos da América; a segunda parte apresenta o *modus*

*operandi* destes casos e o perfil das vítimas; e um terceiro desenvolve a evolução jurídica e legal desses casos e a sua entrada na JEP (Justicia Especial para la Paz<sup>12</sup>).

O segundo capítulo apresenta uma base teórica que fundamenta a pesquisa; assim, desenvolvem-se os conceitos de “narrativas de sentido e sem sentido”; “inversão do mundo” (trauma, evento traumático); “territórios de memória” (testemunho, silêncio, dor e luto); procura de justiça, verdade, reparação, não-repetição; movimentos sociais (movimentos de mulheres). Conceitos que se discutem, principalmente, a partir do desenvolvimento da epistemologia do sul global, como uma prática de descolonização do saber (Santos, 2010) num reconhecimento à reflexão que as academias latino-americanas, africanas e asiáticas têm feito sobre os seus próprios conflitos, muitos apresentando características comuns. A estrutura teórica proposta abrange os conceitos implícitos nas “narrativas de sentido e sem sentido” e que também estão presentes nos testemunhos das vítimas, o que leva à articulação neste capítulo dos testemunhos e conceitos.

No terceiro capítulo, três ferramentas de pesquisa metodológica são discutidas com o propósito de analisar as “narrativas de sentido e sem sentido”: 1) a história de vida temática; 2) a análise do discurso (Van Dijk, 1999); e 3) o papel da antropologia visual, através do desenvolvimento dos conceitos de arquivo e documentário interativo. Neste capítulo explicita-se o trabalho a desenvolver na parte visual que acompanha a presente tese.

O quarto capítulo refere-se ao trabalho individual e íntimo realizado pelas vítimas, discutindo-se: a narrativa dos eventos vitimizadores; as consequências que, em primeira e última instância, deixaram esses eventos, tanto no corpo quanto nas dinâmicas pessoais e coletivas; os sentimentos a respeito desses acontecimentos por contraste com os resultados da luta por direitos; as ações que permitem retomar a normalidade do quotidiano; e a transformação das identidades pessoais que, por vezes, reafirmam ou questionam papéis como os de género. Também se trabalha a avaliação das ações coletivas empreendidas pelos movimentos sociais e de direitos humanos que permitem às vítimas, através de ações coletivas, unir forças para exigir direitos e influenciar no desenho de políticas públicas, referentes aos problemas sociais que despoletam os crimes contra a humanidade dos quais elas são vítimas.

Na segunda parte deste capítulo trabalham-se as narrativas de cada um dos indivíduos entrevistados com um foco no específico, analisar três dimensões das narrativas de luta e luto: a arte, a religião e a incidência política e a liderança comunitária. Esta análise individual pretende

---

<sup>12</sup> Pode-se consultar: <https://www.jep.gov.co/Paginas/JEP/Jurisdiccion-Especial-para-la-Paz.aspx>

contribuir para a compreensão da construção e da função das narrativas nos processos de luta e nos trâmites do luto.

A investigação termina com as conclusões respectivas, elaborando-se uma reflexão sobre os resultados da análise, as questões não abordadas neste trabalho mas que poderão ser subsequentemente trabalhadas, e o papel do “visual” no desenvolvimento da tese.

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

*Aqui está a cobiça sem limites que comeu nosso tempo e nossos filhos*  
Mina Gligoric

## ***1.1. Contexto histórico sobre os “falsos positivos” e o apoio dos Estados Unidos da América***

De acordo com o relatório “*Falsos positivos*” en Colombia y el papel de la asistencia militar de los Estados Unidos, 2000-2010 elaborado em 2014 pelo Movimiento de Reconciliación (FOR) e pela Coordinación Colombia - Europa - Estados Unidos (CCEEU), os crimes conhecidos como “falsos positivos” ocorridos em 2008 na Colômbia têm uma evolução e uma longa trajetória dentro da história do conflito armado interno do país<sup>13</sup>. Destacam-se vários períodos históricos nos quais as forças armadas aliadas a grupos paramilitares e apoiadas por políticas de segurança e combate cometeram execuções extrajudiciais que, dependendo do contexto sociopolítico, responderam a vários objetivos.

Assim, os seguintes períodos podem ser destacados:

- O período que ficou conhecido como a “Violência”, de 1946 a 1959, e cujo objetivo era exterminar aqueles que lutaram pela mudança social, entre eles o líder liberal Jorge Eliécer Gaitán. As vítimas, na sua maioria, eram moradoras de áreas rurais e guerrilheiros desmobilizados do período de governo de Rojas Pinilla (1953 – 1957). Os perpetradores, por sua vez, eram formados por forças especiais do Estado, conhecidas como polícia “chulavitas”, e por forças paramilitares, conhecidas como os “pássaros”. Estima-se que 179.820 pessoas morreram de causas violentas durante esse período (CCEEU, 2014, p. 23).
- Nos anos sessenta, no auge da Guerra Fria os Estados Unidos queriam evitar a todo custo a ascensão do comunismo, impulsionado pela Revolução Cubana, na América

---

<sup>13</sup> Há duas perspectivas históricas sobre o início do conflito armado colombiano. A primeira destaca o assassinato do líder liberal e candidato presidencial Jorge Eliécer Gaitán em 9 de abril de 1948, em Bogotá, que representou os ideais da classe trabalhadora e popular, e cujo assassinato provocou uma revolta conhecida como “El Bogotazo”, que também deu início ao período nomeado como “Violência”. Na Colômbia, desde 2011, com a criação da Lei 1448 das Vítimas, todos os 9 de abril são comemorados como o Dia Nacional da Memória e Solidariedade com as Vítimas do Conflito Armado. A segunda perspectiva sobre o início do conflito remonta à conformação das guerrilhas das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e do ELN (Exército de Liberação Nacional) nos anos 1960 e ao seu enfrentamento, cuja principal reivindicação era uma reforma agrária que permitisse à população civil e camponesa aceder a terra e fazer uso dela.

Latina. Durante este período e com instruções do alto comando militar dos Estados Unidos, especialmente do general William Yarborough, iniciou-se a formação de esquadrões da morte e grupos paramilitares que seriam responsáveis por fazer o que a lei internacional tinha proibido. Os governos desses períodos adotaram, por meio de decretos e leis, a Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos, cujo objetivo principal era exterminar o inimigo interno, isto é, o comunismo. Com essa política como uma sombra e com atores fora da lei, cerca de 60.000 pessoas foram presas. A maioria das execuções extrajudiciais durante os anos 60, 70 e 80 foi cometida por grupos paramilitares e sob o controle das forças armadas do Estado (ibidem, pp. 24, 25, 26).

- Os anos noventa são marcados pela guerra contra o Cartel de Medellín e o Cartel de Cali, ou seja, em geral contra o tráfico de drogas. Esse período de confusão e guerra entre os cartéis e o Estado era ideal para cometer e encobrir crimes contra a humanidade, inclusive execuções extrajudiciais de jovens e pessoas consideradas “marginais”. Um caso emblemático desse período, no qual a perseguição e a guerra contra o narcotráfico se ajustaram perfeitamente, foi o extermínio da União Patriótica, o partido político das FARC que em 1985 tinha sido amnistiado para que ex-combatentes pudessem participar politicamente; dois candidatos presidenciais foram assassinados, Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo Ossa. Esses extermínios políticos foram considerados como crimes contra a humanidade, pela Procuradoria Geral da República (ibidem, p. 27 -28).

Nesta linha do tempo, o quadro no qual esta investigação se foca corresponde ao período após a desmobilização dos paramilitares, onde o cenário de horror das execuções extrajudiciais e dos desaparecimentos forçados passa para as mãos do Estado, especificamente para as Forças Armadas da Colômbia. Assim, no período de 2002 a 2010, em que o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez assinou um acordo para desmobilizar grupos paramilitares e implementou a sua política de Segurança Democrática, os números desses crimes aumentaram consideravelmente. Esse aumento deveu-se ao fato de que a Política de Segurança Democrática, apoiada econômica e militarmente pelos Estados Unidos, teve que mostrar resultados significativos na derrota e enfraquecimento das guerrilhas. A política de Segurança Democrática foi criada a partir da primeira campanha presidencial de Álvaro Uribe Vélez, foi enquadrada na luta global contra o terrorismo que os Estados Unidos vinham a liderar e que, partindo da retórica, estabeleceu as guerrilhas como grupos terroristas. Essa “guerra contra o terrorismo” teve diferentes propósitos: o apoio econômico e militar dos Estados Unidos; a legitimidade para não responder às denúncias de organizações de direitos humanos que revelaram atrocidades e excessos por parte do Estado, uma vez que se estava a “combater terroristas”; a indefinição dos limites da guerra,

validando qualquer ação de combate ao terrorismo e evitando o princípio de distinção<sup>14</sup> do Direito Internacional Humanitário (CCEEU, 2012, pp.19 - 22).

Dentro desta política cada brigada e cada soldado que entregava resultados positivos recebiam certos benefícios, como viagens ao estrangeiro, licenças, férias, incentivos económicos e promoções. O relatório diz o seguinte:

Embora a violência paramilitar continue a manifestar-se em várias regiões do país, desde o início da sua desmobilização planeada em 2002, o Exército Nacional voltou a ser o principal responsável por cometer violações do direito à vida. Desde então, o país assistiu a uma nova fase de violência política na qual membros das forças de segurança estiveram diretamente envolvidos na perpetração de milhares de casos de execuções extrajudiciais, cometidos sob uma política estatal e sistemática na qual, obedecendo a incentivos, pressões de comando e falta de controle institucional milhares de pessoas foram apresentadas de forma fictícia como mortas em combate para mostrar “sucesso em resultados operacionais”, conhecidos como “falsos positivos”. (CCEEU, 2014, p. 31)

Esta situação também foi possível devido ao apoio económico que os Estados Unidos deram à Colômbia durante os oito anos do governo de Álvaro Uribe Vélez, e que totalizou US \$ 5.683 milhões em assistência militar e policial. O pacote de assistência incluía treino militar, compra de helicópteros, operações antinarcóticos e construção de campos de treino. As Forças Armadas tiveram que responder a esse apoio com resultados explícitos, assim como à sociedade colombiana que escolheu Álvaro Uribe Vélez pelas suas promessas de derrota militar das guerrilhas, especialmente das FARC (ibidem, pp. 56 e 57).

Os números diminuíram em Setembro de 2008, quando os casos de Soacha foram conhecidos e evidenciaram a “estratégia” das Forças Armadas de mostrar falsas baixas em combate. Isso também afetou o apoio económico dos Estados Unidos porque as violações dos direitos humanos foram evidentes, bem como a sua denúncia e a procura da verdade. Assim, os senadores democratas dos EEUU pressionaram para que a ajuda fosse diferente e supervisionada por instituições de direitos humanos (Ibidem, p.122).

Refira-se que o apoio externo foi e é essencial, para testemunhar e denunciar, e isso é evidente nos vários relatórios que têm sido elaborados por organizações não governamentais e autoridades vigilantes dos direitos humanos. Que, por sua vez, têm sido contactadas por familiares das vítimas que face ao silêncio, à cumplicidade e à impunidade que prevalecem nos organismos fiscalizadores procuram ajuda no estrangeiro.

---

<sup>14</sup> Pode-se consultar: <https://www.icrc.org/es/doc/war-and-law/conduct-hostilities/methods-means-warfare/overview-methods-and-means-of-warfare.htm>

## ***1.2. Caracterização das vítimas, modus operandi e executores***

Alejandra Bonilla Mora elaborou uma dissertação de mestrado, onde analisa politicamente os relatórios que foram feitos até agora sobre esses crimes. Assim, a sua pesquisa “*Falso Positivo*” *diez años después: discursos antagónicos e límites teóricos* (2017) oferece uma análise completa desses casos e dos relatórios que até ao momento têm-se sido realizados, o que permite medir as circunstâncias políticas e sociais que os criaram, o perfil das vítimas em relação a objetivos específicos, as consequências e os danos que eles deixaram, bem como a resposta das jurisdições e a inserção destes na JEP (Justicia Especial para la Paz), criada no Acordo de Paz assinado em Havana em 2016.

Na sua tese de mestrado Bonilla reúne vários relatórios sobre casos específicos, perfis diferentes de vítimas, sendo que uma das teses que estabelece é que estes crimes fazem parte de uma prática de extermínio conhecida como “limpeza social”. Por longos períodos na história do conflito armado na Colômbia, essa prática foi, e ainda é realizada por paramilitares (por exemplo, o caso da Operação El Aro, na favela 13 de Medellín), mas no período de desmobilização (2002 – 2005) e sob o regime de pressão para obter números significativos que demonstraram a eficácia de Segurança Democrática passou para as mãos das Forças Armadas.

Na investigação de Bonilla identificaram-se dois modos de operação que também fornecem pistas sobre o perfil das vítimas. O primeiro corresponde a uma prática em que os militares contratam recrutadores para “caçar” as vítimas. Ou seja, uma forma de logro em que se prometia aos jovens das classes populares um emprego no campo, o que lhes permitia tirá-los do local de residência para depois matá-los, recriar uma luta, disfarçá-los como guerrilheiros e legalizá-los como mortos em combate pela guerrilha e proceder assim ao seu desaparecimento ao enterrá-los, em alguns casos, em valas comuns.

A outra modalidade é a do rapto: neste caso a vítima, que geralmente vive em áreas de conflito<sup>15</sup> e está envolvida em atividades agrícolas, é levada de noite ou de madrugada por unidades do exército para áreas desabitadas onde um confronto é simulado. Depois a vítima é torturada, assassinada e legalizada como uma pessoa morta em combate pertencente à guerrilha. Nesta modalidade destaca-se o papel dos informantes que alertaram os militares sobre quem poderiam ser possíveis vítimas, dado o seu perfil, mas muitos também foram escolhidos aleatoriamente (Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, 2015, p. 13). A recriação da cena do

---

<sup>15</sup> Refere-se a áreas de conflito armado como os territórios que estão em disputa e que representam interesses para um ou outro grupo armado, como territórios despojados de camponeses, territórios de cultivo de coca e de processamento de cocaína, rotas de tráfico de drogas, mineração ilegal, exploração de petróleo, etc.

suposto combate é feita vestindo as vítimas com fardas militares, que em várias ocasiões eram novas e sem impactos de balas, bem como as botas eram por vezes novas e colocadas ao contrário. Também eram colocadas armas nas vítimas que não respondiam às usadas pelos guerrilheiros, geralmente armas velhas e danificadas (Human Rights, 2015, p. 45).

Sob estas duas modalidades vários perfis de vítimas e intenções são identificados. A primeira intenção é a de mostrar resultados positivos no combate e assédio aos guerrilheiros do país, e a segunda a de aproveitar essa necessidade de resultados para exterminar aqueles que se pensam como sendo marginais ou que não respondem à dinâmica social estabelecida como normal: incapacitados, doentes mentais, moradores de rua, viciados em drogas, homossexuais, críticos do sistema, jovens pertencentes a tribos urbanas (punks, hippies, rappers, etc.), ex-infratores e pessoas envolvidas em crimes menores.

Assim, as vítimas eram na sua maioria: “homens jovens, habitantes de áreas rurais, famílias de classes populares que pudessem responder ao perfil de guerrilheiros, combatentes ou membros de organizações armadas, condição que eles queriam que fosse usada para justificar a sua morte violenta. Desta forma procurou-se mostrar que eles eram verdadeiros inimigos da sociedade, “terroristas” que mereciam uma morte violenta” (Coordenação Colômbia, Europa, Estados Unidos, 2012, p.103). Além disso, numa fase posterior (2005 - 2008), eram jovens habitantes das zonas periféricas e vulneráveis económica e socialmente das grandes e médias cidades do país: “Alguns trabalhavam, eram ajudantes de construção, ajudantes de autocarro, motoristas, um deles era administrador de um restaurante (casino), outros apoiavam nos trabalhos domésticos; aceitavam qualquer trabalho decente que lhes desse a possibilidade de sustentar as suas famílias; definitivamente não eram jovens delinquentes, não eram assassinos, não eram sequestradores, não pertenciam a gangues criminosos, não possuíam técnicas ou estratégias de comando em combate” (FEDES, 2012, p. 45), neste último aspecto note-se que, paradoxalmente, 40% das vítimas tinham servido no exército<sup>16</sup> (Rojas & Benavides, 2017, p.34).

Outro perfil de vítima que responde a outro objetivo, que não é muito registado ou evidenciado, devido ao medo e represálias que isso pode causar mas que grupos sociais identificaram através do trabalho com vítimas, foi o do líder social ou de pessoas que de um jeito ou de outro lideraram processos sociais, comunitários, políticos ou culturais; isto é, representavam ameaças aos interesses da elite ou do próprio Estado, casos como o de desapropriação de terras foi e é

---

<sup>16</sup> Neste aspecto é importante mencionar duas circunstâncias que se referem ao contexto social e económico que enfrentavam e enfrentam os jovens de classes populares na Colômbia: a primeira refere-se à obrigatoriedade do serviço militar ou no caso contrário ao pagamento da caderneta militar; a segunda é que até 2016 era obrigatório apresentar a caderneta militar como requisito para trabalhar, exigência que foi anulada pela Lei 1780 de 2 de Maio de 2006 promulgada pela Presidência da República.

muito evidente. (Entrevista com Cesar Santoyo, diretor do Coletivo Sócio-Legal Orlando Fals Borda, 19 de maio 2019). A esse respeito Bonilla (2017) citando o Tribunal Penal Internacional (2012) refere:

Em alguns casos, parece que os civis também foram selecionados por causa das suas atividades políticas, sociais e comunitárias. Entre as vítimas estão líderes comunitários e sociais, indígenas, pessoas acusadas de serem colaboradoras ou integrantes de guerrilhas, menores, camponeses e pessoas com deficiência. (p. 17)

As estimativas sobre esses casos são variáveis de acordo com a natureza das organizações e conforme as investigações progridem. Assim, por exemplo, o CCEEU estima 5.567 casos até ao ano de 2012 (2012, p. 126), número que não considera os corpos que foram enterrados em valas comuns e não estão identificados que nesse caso corresponderiam a desaparecimentos forçados. Outro dado alarmante é o de 10.000 casos, revelado por Eduardo Rojas Bolaños, ex-polícia que realizou a investigação *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia, 2002- 2010: obediencia ciega en campos de batalla ficticios* (2017). Estes números, no entanto, não são precisos devido à complexidade que representa um conflito com vários atores armados, diferentes modos de atuação (desaparecimentos, casas de pique<sup>17</sup>, corpos lançados a rios, espalhados por diferentes áreas e a não denúncia do desaparecimento forçado devido ao medo bem como à falta de crença na eficácia da justiça) e objetivos específicos.

O Relatório dos Human Rights *El papel de los altos mandos en falsos positivos: evidencias de responsabilidad de generales y coroneles del Ejército colombiano por ejecuciones de civiles* (2015) fornece evidências que vão desde registos criminais, declarações de testemunhas e análise de operações militares com o propósito de refutar a opinião de que havia “maçãs podres” dentro do exército, de expor que esses crimes respondiam a uma política do Estado de mostrar resultados a qualquer preço no combate às guerrilhas, de denunciar os autores intelectuais e mapear o modo de operar e a sistematicidade desses crimes.

Desta forma, o relatório analisa a documentação oficial do exército, onde são confirmadas as “ordens de operações” que são os documentos “do exército que autorizam operações militares e dão instruções às tropas sobre onde, como e contra quem executá-las” (p.36). Esses documentos funcionaram, conforme verificado pelo relatório, como a legitimação e legalização desses crimes; e só poderiam ter sido assinados pelos comandantes dos batalhões (ibidem, p.37).

Nesta documentação legal do exército que constitui mais uma prova da responsabilidade dos altos comandos, estão as ordens para a mobilização de tropas para áreas de conflito armado (ver nota 12), que só poderiam ser realizadas sob a direção de um comandante de batalhão, uma vez

---

<sup>17</sup> Pode-se consultar: <https://www.kienyke.com/krimen/asi-funcionan-las-casas-de-pique>

que é sempre necessária uma autorização para verificar o motivo do deslocamento, o número de soldados que são mobilizados e os movimentos operacionais a serem realizados, a fim de garantir também o cruzamento involuntário de unidades táticas no campo.

Da mesma forma, havia documentos em que os pagamentos a informantes eram autorizados e que sugeriam que eles também se estendessem aos recrutadores, remunerações que eram assinadas pelos comandantes (ibidem, p. 40). Esses altos comandos do exército tiveram a oportunidade de alertar para este tipo de crimes no momento em que os cadáveres foram legalizados como mortos em combate. Prova disso foi o alerta feito sobre esses crimes em 2003 ao presidente Álvaro Uribe Vélez, ao vice-presidente Francisco Santos e ao ministro da Defesa Juan Manuel Santos; isto é, cinco anos antes dos casos de “falsos positivos” em Soacha surgirem nos média. Diante desta advertência, as autoridades ignoraram, evitaram as responsabilidades e ocultaram os casos, atribuindo-os a crimes de paixão e ajustes de contas pessoais (ibidem, p. 46).

Há também evidência de represálias sofridas por soldados e militares de alto escalão que não concordaram em cometer esse tipo de crime<sup>18</sup>. Um caso que é significativo por causa do pedido por verdade e justiça feito por Raúl Carvajal Pérez, pai da vítima, é o do cabo Raúl Antonio Carvajal Londoño que desistiu matar jovens camponeses no Norte de Santander e foi assassinado e apresentado como morto em combate num confronto com os guerrilheiros; ele também foi vítima de execução extrajudicial<sup>19</sup>.

Atualmente (2019), no âmbito da Justicia Especial para la Paz (JEP) muitos comandantes e soldados envolvidos em casos de execuções extrajudiciais têm aproveitado esta medida de transição para dar o seu depoimento, destacando a responsabilidade de oficiais superiores nestes crimes contra a humanidade<sup>20</sup>. Dos comandantes que estão acusados está o general Mario Montoya, comandante do Exército Nacional no período de 2006 a 2008, o coronel Hernán Mejía, encarregado do Batalhão La Popa que até ao momento detém o maior número de execuções extrajudiciais confessadas na JEP.

---

<sup>18</sup> <https://www.semana.com/nacion/articulo/la-historia-inedita-falsos-positivos/349851-3>, no seguinte artigo podem-se ler os testemunhos de soldados que foram demitidos por se recusarem a cometer execuções extrajudiciais.

<sup>19</sup> <https://pacifista.tv/notas/raul-se-fue-a-la-guerra-que-horror-que-pena/>, neste artigo podem-se ler mais detalhes sobre esta questão.

<sup>20</sup> Nestes vídeos podem-se ver e ouvir alguns depoimentos de militares que confessaram e estão a confessar este tipo de crime, o modo de operar e os mentores: <https://www.youtube.com/watch?v=qUEjCKGD0bA> /<https://www.youtube.com/watch?v=JN7ECrfNBLs&feature=youtu.be>/<https://www.youtube.com/watch?v=wpsFcWdFhX4>/<https://www.youtube.com/watch?v=y3iKE7peqt8>/<https://www.youtube.com/watch?v=X18GsQDwMZ0&feature=youtu.be>/<https://www.youtube.com/watch?v=bMB6IyDsME&feature=youtu.be>

Estes depoimentos são importantes por vários motivos: mostram os danos e a crueldade dos crimes cometidos; revelam a responsabilidade dos altos comandos do exército; desmistificam a ideia de que apenas grupos fora da lei cometeram abusos e crimes contra a humanidade; e alertam os comandantes e os soldados sobre futuras operações e ordens que possam trazer de volta execuções extrajudiciais. Neste último aspecto é necessário mencionar a denúncia que alguns militares fizeram em Maio de 2019 aos meios de comunicação social nacionais sobre ordens e estatutos do exército<sup>21</sup> que possibilitariam a repetição dos ditos casos, denúncia que não foi atendida mas que foi reproduzida pela imprensa estrangeira como o New York Times<sup>22</sup> e que, graças ao impacto internacional que causou, levou a uma investigação dentro das Forças Armadas colombianas, ao cancelamento dessas ordens mas igualmente à perseguição e realização de ameaças contra os militares que fizeram as denúncias<sup>23</sup>.

### ***1.3. Crimes contra a humanidade e abordagem jurídica***

O que aconteceu na Colômbia em 2008 designado como “falsos positivos” corresponde a crimes de Estado, onde é realizada uma execução extrajudicial e, nalguns casos, um desaparecimento forçado. Gómez Cárdenas, citado por Rojas Bolaños, no seu artigo sobre *Terrorismo de Estado, el caso de los falsos positivos*, define-os como:

[...] As operações militares que resultaram em baixas de supostos guerrilheiros ou paramilitares mortos em combate. Falsos na medida em que as baixas não são pessoas que fazem parte de qualquer grupo fora da lei, são camponeses, moradores de rua, trabalhadores informais, entre outros. E positivo, já que esta é a terminologia usada pelas Forças Armadas da Colômbia para se referir ao sucesso operacional. (2017, p. 69)

Na Colômbia, esses crimes variavam no seu modo de funcionamento, dependendo da região. Ainda existe alguma dificuldade na definição dos “falsos positivos”, no entanto a Organização das Nações Unidas define-os como “execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias” (ONU, 2013) e coloca na base da sua definição o direito à vida, como o direito inerente mais importante dos seres humanos, de modo que ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente. Além disso, a ONU determina esse tipo de crime como sendo de interesse internacional e acolhe-o dentro dos mecanismos temáticos da Comissão de Direitos Humanos. O que implica que a atenção é direcionada para um tipo de crime cometido à escala mundial e que, devido à sua natureza

---

<sup>21</sup> O documento que entregaram os oficiais que fizeram a denuncia designa-se como *Planteamiento de objetivos 2019* e solicitava “soma aritmética de apresentações voluntárias, capturas e mortes no desenvolvimento de operações militares” (The New York Times, 2019).

<sup>22</sup> <https://www.nytimes.com/es/2019/05/18/colombia-ejercito-falsos-positivos/> artigo que expõe os testemunhos dos militares que advertem sobre o regresso dos “falsos positivos”.

<sup>23</sup> <https://www.semana.com/nacion/articulo/operacion-silencio-amenazas-y-presiones-sobre-los-militares-que-hablan-de-falsos-positivos-en-la-jep/620661> artigo que expõe as ameaças que sofrem os militares que denunciaram o possível regresso dos “falsos positivos”.

sistemática e ao crescente número de casos, requer um relator especial. Entre as funções do relator está: responder a apelos urgentes, como ameaças de morte, aos quais o relator deve garantir a vida do ameaçado através de mecanismos acionados com governos e entidades não-governamentais; tratar de outras queixas, incluindo casos de impunidade, falta de pagamento de indenizações, penalidades criminais não cumpridas, etc.; monitoramento e análise das respostas do governo a esse tipo de crime; visitar os países a quem são pedidas informações para as obter em primeira mão; fazer relatórios anuais sobre os casos reportados (ONU, 1997, p. 3-6). Assim, o trabalho do Relator Especial da ONU para este tipo de crime continua a ser mantido, o que garante às vítimas um veículo para as suas queixas, especialmente na Colômbia onde a justiça não é eficiente<sup>24</sup>.

De acordo com o Direito Internacional Humanitário, os “falsos positivos” são execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias, mas no Direito Penal colombiano catalogam-se como homicídios em pessoas protegidas (Martín, 2015, p. 4). Isso revela como na Colômbia existe alguma dificuldade na própria definição do termo, devido à complexidade dos casos mas também à falta de vontade política para penalizar legal e judicialmente esse tipo de crimes. Uma execução extrajudicial é: “um caso de violação de direitos humanos que consiste no assassinato deliberado de uma pessoa por um servidor público que se apoia na autoridade de um Estado para justificar o crime” (ibidem. p.5). E um homicídio em pessoa protegida refere-se ao artigo 135 da Lei 599 de 2000 e tem a seguinte descrição:

Qualquer pessoa que, por ocasião e no curso de um conflito armado, cause a morte de uma pessoa protegida sob os Pactos Internacionais de Direito Humanitário ratificados pela Colômbia, será detida (...).

Parágrafo. Para os fins deste artigo e demais disposições do presente título entende-se por pessoas protegidas pelo Direito internacional humanitário:

1. Membros da população civil.
2. Pessoas que não participam de hostilidades e civis mantidos pela parte adversa.
3. Os feridos, doentes e náufragos que estão fora do combate.
4. O pessoal médico ou religioso.
5. Jornalistas em missão ou correspondentes de guerra acreditados.
6. Lutadores que depuseram as suas armas para captura, rendição ou outra causa análoga.
7. Aqueles que, antes do início das hostilidades, eram considerados apátridas ou refugiados.
8. Qualquer outra pessoa que tenha esse estatuto de acordo com as Convenções I, II, III e IV de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais I e II de 1977 e outros que possam ser ratificados.

O artigo anterior relaciona-se com o contexto específico da Colômbia, quando se refere ao conflito armado e alude às regras do Direito Internacional Humanitário que proíbe, de acordo

---

<sup>24</sup> Pode-se consultar: <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/realidad-de-justicia-colombia-articulo-361051>; <https://www.semana.com/opinion/articulo/la-crisis-de-la-justicia-colombiana/519271>

com as quatro Convenções de Genebra (1949), “os ataques à vida e à integridade física, especialmente homicídio em todas as suas formas, mutilações, tratamento cruel e tortura[...]”.

Sob estas normas internacionais a definição de “falsos positivos” vai variando na discussão jurídica entre crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. A discussão gira, assim, em torno da questão de que os eventos não tiveram nada a ver com combates reais, mas que os autores usaram o conflito armado para matar civis inocentes, apoiados por uma política de incentivo. No entanto, como é mencionado pela Coordenação Colômbia - Europa - Estados Unidos no seu relatório *Colombia, la guerra se mide en litros de sangre: falsos positivos crímenes de lesa humanidad, más altos responsables en la impunidad* (2012), a discussão não deve ser se é sobre um crime de guerra ou crime contra a humanidade, embora o relatório o classifique na segunda categoria, mas sim se esses crimes devem ser julgados pelos tribunais comuns e não pelo sistema de justiça criminal militar. Porque no último caso a maioria das execuções extrajudiciais permanecerá impune, como tem sido demonstrado (p.22).

No que diz respeito à impunidade, o Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado), na sua campanha pela verdade<sup>25</sup> (2018 - 2019) revela através de folhetos publicitários como os funcionários de alto escalão envolvidos nos casos de falsos positivos foram e são recompensados. Ou seja, mais do que impunidade, há uma recusa do Estado em reconhecer os autores intelectuais desses crimes e a prova disso são as promoções, os prêmios e as não-demissões.

A campanha de Movice joga com a ideia e a ação política e simbólica de fazer “escrache” às forças armadas; “escrache” diz respeito a um tipo de manifestação coletiva que surge na Argentina no quadro da pós-ditadura, e que se espalhou para outros países hispânicos que consiste basicamente em expor os militares que torturaram e fizeram desaparecer pessoas durante o governo de Videla (1976 – 1981). Nesse sentido, a campanha pela verdade, além de fazer ativismo nas redes sociais, acompanha os depoimentos recentes e as chamadas para interrogatório que estão a ser realizadas pelos altos comandos no âmbito da Justicia Especial para la Paz (JEP). A seguir apresentam-se algumas das imagens da campanha do Movice que revelam e denunciam a impunidade na Colômbia no momento de julgar os altos comandos.

---

<sup>25</sup>Pode-se consultar: <https://movimientodevictimas.org/campana-por-la-verdad/>



**ADOLFO LEÓN  
HERNÁNDEZ  
MARTÍNEZ**

JEFE DEL COMANDO DE TRANSFORMACIÓN DEL EJÉRCITO DEL FUTURO

**2007 - 2009**  
COMANDANTE  
BATALLÓN DE ARTILLERÍA No. 2  
'LA POPA'

Durante su comandancia ocurrieron:

<b>23</b>	<b>39</b>
Casos	Victimas

Asesinatos de civiles presentados como combatientes.

- Alteración a la escena del crimen.
- Falsificación de documentos.
- Misiones tácticas sin informe de inteligencia.
- Incongruencia en testimonios.

ORGANIZACIONES DEFENSORAS DE LOS DERECHOS HUMANOS PRESENTARON INFORME:

**¿QUÉ FUTURO NOS ESPERA?**  
Y UNA COMUNICACIÓN A LA CORTE PENAL INTERNACIONAL.



**MARCOS EVANGELISTA  
PINTO  
LIZARAZO**

ACTUAL COMANDANTE  
XIII BRIGADA

**2006 - 2007**

COMANDANTE BATALLÓN DE INFANTERÍA No. 10  
ATANASIO GIRARDOT

Durante su comandancia ocurrieron:

<b>5</b>	<b>11</b>
Casos	Victimas

Asesinatos de civiles presentados como combatientes.

**2007 - 2009**

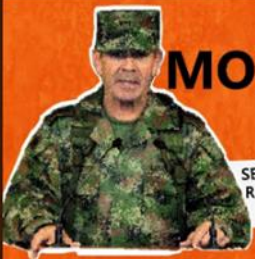
COMANDANTE BATALLÓN DE INFANTERÍA No. 27  
MAGDALENA

Durante su comandancia ocurrieron:

<b>21</b>	<b>34</b>
Casos	Victimas

Asesinatos de civiles presentados como combatientes.

ORGANIZACIONES DEFENSORAS DE LOS DERECHOS HUMANOS PRESENTARON INFORME A LA JEP EL 31 DE DICIEMBRE DE 2018



**MARIO  
MONTOYA  
URIBE**

SE SOMETIÓ A LA JEP Y NO RECONOCIÓ A TODAS LAS VÍCTIMAS

PRESUNTA PARTICIPACIÓN EN:

COMUNA 13 MEDELLÍN <b>ORIÓN</b> Alianza entre Militares y Paramilitares.	Ignoró alertas en <b>BOJAYÁ</b> Permitiendo un combate que acabó en masacre.
--	--

11 MUERTOS  
Entre estos 6 menores  
**SAN JOSÉ DE APARTADÓ.**

**2429**  
ASESINATOS DE CIVILES PRESENTADOS COMO COMBATIENTES.

ORGANIZACIONES DEFENSORAS DE LOS DERECHOS HUMANOS REALIZARON PLANTONES EXIGIENDO QUE

**#MONTROYADIGALAVERDAD**



**JUAN CARLOS  
BARRERA  
JURADO**

SE ACOGIÓ A LA JEP PERO SE DECLARÓ INOCENTE.

**2003 - 2004**

COMANDANTE BATALLÓN CORONEL JORGE EDUARDO SÁNCHEZ (BAJES)

Durante su comandancia ocurrieron:

<b>65</b>	<b>97</b>
Casos	Victimas

Asesinatos de civiles presentados como combatientes.

**2006 - 2007**

ESTADO MAYOR DE LA SÉPTIMA DIVISIÓN

**81** CASOS DE FALSOS POSITIVOS GENERADOS DURANTE SU COMANDANCIA.

**2007 - 2008**

COMANDANTE BRIGADA XIV

**47** CASOS DE FALSOS POSITIVOS DURANTE SU COMANDANCIA. **57** CIVILES ASESINADOS.

ORGANIZACIONES DEFENSORAS DE LOS DERECHOS HUMANOS PRESENTARON INFORME:

NI DESCUIDOS, NI MANZANAS PODRIDAS:  
UNA POLÍTICA DE ESTADO.

\*Imagens capturadas do site de Movice (movimentodevíctimas.org)

O relatório do CCEEU *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia 2002-2010: crímenes de lesa humanidad bajo el mandato de la política de defensa y seguridad democrática*, nas suas considerações finais, afirma que até 2012 95% dos casos estavam sem sentença e nos poucos casos em que as autoridades executaram uma sentença, concentraram-se em soldados de baixa e média patente (2012, p. 125). No outro relatório do CCEEU, do mesmo ano, afirma-se que os

casos que são conhecidos como “falsos positivos” são crimes contra a humanidade. Esse carácter ocorre quando as seguintes condições específicas se cumprem:

Ao interpretar o parágrafo 1 do artigo 7 do Estatuto, o TPI - Tribunal Penal Internacional estabeleceu que os seguintes elementos devem ser configurados para a classificação de crimes contra a humanidade:

- a) Ataque dirigido contra uma população civil;
- b) Política estadual ou organizacional;
- c) Natureza generalizada e sistemática do ataque;
- d) Nexó entre atos criminosos e ataque; e
- e) Conhecimento do ataque. (p. 13)

O relatório é contundente ao especificar cada uma dessas cinco condições por meio de investigações em sentenças, análise de documentos oficiais, testemunhos de vítimas e relatórios do relator especial para execuções extrajudiciais da ONU. O relatório também detalha e esclarece as regras do Direito Penal Internacional, a responsabilidade penal individual e coletiva, bem como a responsabilidade de comandantes de alto nível ou comandantes militares (p. 23). O relatório baseou-se em regulamentações internacionais, porque o sistema de justiça colombiano, apesar do escandaloso número de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados que recaem sobre as forças armadas, não adotou regulamentações legais especiais para esses casos. Somente até à criação da Justicia Especial para la Paz (JEP) em 2017 esses casos passaram a ter a atenção que merecem, dada a sua complexidade.

No âmbito do Acordo de Paz (2016) assinado em Havana, a discussão sobre se esses casos devem ou não ir para a JEP foi baseada justamente na sua natureza de crime contra a humanidade. E se os crimes cometidos estavam dentro do conflito armado ou não. Os estatutos da JEP estão centrados nos direitos das vítimas e procuram que aqueles que se submetam à JEP respondam às condições de verdade, justiça, reparação e não repetição. Além dos estatutos que compõem a JEP, várias câmaras foram criadas para determinar quais crimes ocorreram no contexto do conflito e, portanto, quais são viáveis para amnistias e perdões. No entanto, o Congresso da República na Lei 1280 de 2016 estabeleceu que sob nenhuma circunstância as pessoas que cometeram crimes contra a humanidade, crimes de guerra, tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais ou crimes cujo objetivo seja o benefício próprio ou de terceiros podem ser amnistiados ou perdoados (Bonilla, 2017, p. 92). A este respeito, o governo de Juan Manuel Santos, responsável pelo Acordo de Paz assinado em Havana em 2016, considerou que pode haver reduções de punição. A esse respeito os familiares das vítimas pedem e exigem que os seus casos continuem ou entrem, conforme o caso, para a justiça ordinária, porque os seus filhos não eram combatentes (princípio de distinção do DIH).

#### ***1.4. Estado da arte***

Os estudos sobre “narrativas” no campo da antropologia desenvolveram-se nas décadas de oitenta e noventa, com a viragem linguística que essa disciplina adaptou através dos modelos interpretativos. O seu campo de ação concentrou-se nas experiências e nas “histórias” não oficiais da memória, principalmente de populações vulneráveis e minorias (trabalhadores, homossexuais, mulheres, migrantes, vítimas, etc.), bem como na construção das memórias coletivas e sociais, estas últimas ligadas à dor e ao sofrimento (Visacovsky, 2016, p. 24). Os autores e antropólogos mais representativos que deram origem a esta corrente foram: Malinowski (1922) e os seus estudos sobre os mitos da Nova Guiné, como atos narrativos e performativos que se constroem e se transformam com o tempo e com as ações dos indivíduos, com os narradores e os contextos; Lévi-Strauss (1978 -1990) e os seus estudos linguísticos sobre os atos narrativos (de fala) e as mitologias, e como estes constituem formas de pensamento, estudos sobre relatos míticos e a sua influência na cultura; Franz Boas, nos Estados Unidos, trabalhou narrativas orais que constituíram textos nativos e que junto com os seus discípulos criaram o conceito de antropologia de resgate para preservar a história das culturas e das tradições; Dell Hymes, na década de sessenta, evidenciou a problemática das transcrições dos relatos orais e em alguns casos problemas na tradução, o que o levou a estudos sobre etnolinguística, etnografia da fala e o campo de estudo da pragmática. Outros autores que influíram ao campo de estudo das narrativas são: Wittgenstein, Austin e John Searle, William Labov e Jerome Bruner. Os estudos das narrativas como se conhece atualmente, isto é, como estudos que também consideram a ação e a experiência resultantes das narrativas, deram-se graças às elaborações teóricas de Geertz (2003), Ortner (1984) Turner (1975) e Bruner (1986). O enfoque das narrativas sobre o sofrimento, sofrimento coletivo e a violência é desenvolvido por Arthur Kleiman, Veena Das, Margaret Lock, Mamphela Ramphele e Pamela Reynolds.

O narrativo aqui é usado como uma qualidade que relativiza os discursos dominantes, públicos e oficiais, também como o discurso testemunhal das vítimas que devem transformar as suas dores particulares em vozes públicas perante os tribunais de justiça, os média e as exigências de burocracias estatais ou protestos perante órgãos estatais ou empresas privadas (Das, 2003, p. 304).

Da mesma forma, os estudos sobre “narrativas” em torno da violência podem ser rastreados na Europa e nos Estados Unidos aos trabalhos teóricos de Philippe Mesnard (2011), Primo Levi (2003) e Jeffrey Alexander (2012) sobre o nazismo. Na América Latina, a “narrativa”, como discurso com intenção, como discurso que possibilita a ação, tem sido vinculada à denúncia, também a partir da literatura. Jimeno (2016) a esse respeito menciona:

[...] na América Latina, a narrativa ocupa um lugar social há muito tempo, não apenas como narrativa do trauma, seja sobre a conquista espanhola ou sobre as ações das ditaduras, mas também sobre os abusos de proprietários e tiranos, e tem servido como núcleo de reorganização e recuperação social. (p. 15)

Existem vários antropólogos e sociólogos latino-americanos que estudam e analisam as narrativas de vítimas e minorias na América Latina, entre eles: Gabriel Gatti (Argentina), Ludmila Da Silva Catela (Argentina), Carlos Iván Degregori (Peru), Francisco Ferrandiz Martín (Venezuela), Elsa Blair Trujillo (Colômbia), Myriam Jimeno (Colômbia), María Victoria Uribe (Colômbia). Os autores argentinos focam-se nos contextos das ditaduras do Cone Sul e nos casos de desaparecimentos forçados e tortura; o autor peruano trabalha as narrativas em torno do conflito armado interno no Peru, no quadro sócio histórico da luta de contrainsurreição do Sendero Luminoso e nas consequências da discriminação, exclusão e desigualdade a si associadas, especialmente de povos indígenas; Francisco Ferrandiz trabalha as narrativas de violência a partir de culturas urbanas e a sua relação com o religioso a partir do culto a María Lionza (divindade feminina do folclore venezuelano); as autoras colombianas constroem uma abordagem teórica sobre as narrativas das vítimas do conflito armado interno e as consequências físicas e psicológicas que este causa, bem como as ações empreendidas pelas vítimas na procura de cura.

Na Colômbia, os estudos concentram-se no conflito armado em geral ou em casos muito específicos de violência, como massacres, assassinatos seletivos, deslocamentos forçados, etc. No caso específico dos chamados “falsos positivos”, que às vezes combinam dois crimes: desaparecimento forçado e execução extrajudicial, os estudos realizados referem-se especialmente aos casos de Soacha e Bogotá, porque esses foram os que deram a conhecer os crimes perpetrados pelo exército, e também pela atividade constante da Mafapo (Movimiento de Madres de Falsos Positivos de Soacha y Bogotá) em torno da memória, exigência de verdade, justiça, reparação e não repetição. Da mesma forma, os estudos realizados sobre essa temática analisam o papel das altas patentes, a Política de Segurança Democrática que possibilitou tais crimes, os *modi operandi*, a caracterização das vítimas, as implicações psicossociais, os julgamentos e a impunidade, etc. Poucos estudos se concentram nas ações das vítimas para lidar com a dor. Os estudos realizados correspondem principalmente a teses de especialização e mestrado nas áreas de Serviço Social, Direitos Humanos, Ciência Política, Psiquiatria, Psicologia, História e, finalmente, Sociologia e Antropologia. Não há bibliografia sobre a temática das narrativas especificamente. As teses que abordam a temática, por vezes a partir de outras perspectivas ou com outros atores envolvidos, e que estão nos repositórios institucionais de várias universidades colombianas são as seguintes:

Catherine Vasco Correa. (2012). *Trabajo Psicosocial con familiares de víctimas de ejecuciones extrajudiciales: experiencias y sentidos desde las familias, las organizaciones, y las entidades del Estado*. Bogotá: Universidad de los Andes.

Esta dissertação de mestrado foca-se na análise das ações do trabalho psicossocial realizado por psicólogos e assistentes sociais com familiares de vítimas de execuções extrajudiciais de Tolúviejo - Sucre, ou seja, o enfoque é no trabalho psicossocial, em termos de qualidade, relevância, utilidade e alcance terapêutico, desde as organizações de vítimas até às organizações estaduais. Aqui, as ações analisadas são, por um lado, as realizadas por entidades governamentais e que respondem em grande medida ao imaginário sobre o que as vítimas “precisam”, concentrando-se exclusivamente em ações terapêuticas, “indo ao psicólogo”; algumas dessas ações não coincidem com as ações coletivas realizadas pelas organizações de vítimas, porque estas defendem a ideia de que o seu trabalho psicossocial deve ser encaminhado para ações coletivas: reuniões de partilha, marchas, atividades em torno da representação do que aconteceu, ativismo, etc. Isto é, a abordagem psicossocial das organizações de vítimas é a adesão a um coletivo, a um movimento social cuja característica diferenciadora é a condição de vítima - sobrevivente.

O trabalho demonstra as dificuldades do Estado em lidar com a atenção exigida pelas vítimas e a estigmatização que sofrem, em particular, as dos casos conhecidos como “falsos positivos” por denunciarem o Estado. Também revela vários erros nos modelos de cuidado: há improvisação, não há rigor na realização das atividades, nem reflexão sobre elas; o tempo não é o que as vítimas precisam para a cura, o que resulta em modelos que não contribuem para o processamento da dor, mas sim o oposto; há desconhecimento da situação e das necessidades das vítimas o que as impede de aceder aos cuidados psicossociais, também não há momentos de escuta sobre isso.

Viviana Nitola Betancourt. (2012). *Las madres ante las ejecuciones extrajudiciales de sus hijos, sus familias y la resignificación de sus experiencias*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Esta dissertação de Mestrado em Serviço Social foca-se nas consequências, efeitos e transformações que uma execução extrajudicial ou um desaparecimento forçado provocou na subjetividade e na vida familiar de três mães vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos” de Soacha e Bogotá. O outro foco de análise são as ações que as mães realizam para combater essa violência estatal, com o olhar sobre a maternidade, que as levam da esfera pública à transformação da identidade: de mães para defensoras de direitos humanos. Os resultados, assim, encaminham-se para as alterações da identidade de mãe e do seu ambiente próximo, a sua família. A investigação dá recomendações aos assistentes sociais e psicólogos para o trabalho com as vítimas, o qual deve considerar todo o grupo familiar, por exemplo os pais, que muitas vezes são esquecidos nestes processos. Vale a pena destacar que este trabalho utiliza a fotografia como metodologia de pesquisa.

Dos estudos realizados sobre as ações de familiares de vítimas de “falsos positivos” para lidar com a dor, talvez este seja o que mais se aproxima da minha pergunta de pesquisa. No entanto, é necessário acentuar algumas diferenças: o foco do meu trabalho não está na análise exclusiva da transformação da identidade; a amostra não recai sobre a figura de mãe e mulher, duas das três pessoas entrevistadas são irmãos das vítimas, a terceira é esposa, e um dos entrevistados é homem; a região não é a mesma e não responde ao *modus operandi* de Soacha e Bogotá; finalmente, a minha pesquisa contempla a reflexão sobre as ações das vítimas, desde a esfera pública à privada.

Andrea Lineth Saray Latorre. (2013). *las madres de Soacha: acciones de resistencia que construyen paz*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Este trabalho de pesquisa para obter o título de especialista em Ação Sem Danos e Construção da Paz, foca-se nas ações chamadas de resistência para a construção de paz que realizam as Mães de Soacha. Essas ações são “em si propostas políticas frente à visibilidade das vítimas e ao dever de processos integrais de reparação; estão relacionadas com expressões artísticas, processos de formação política, produção acadêmica, da mesma forma que a participação em mobilizações se configuram como ações de resistência” (p.23). A análise dessas ações recai no coletivo exclusivamente e sobre a perspectiva de gênero e resolução de conflitos.

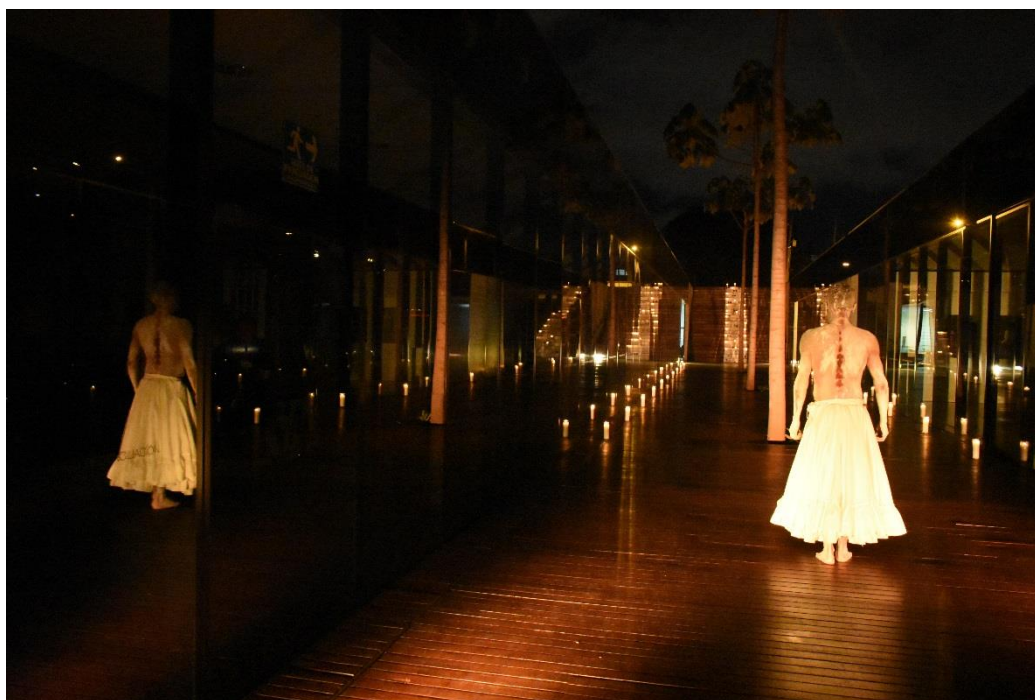
Natalia Rubio Castro. (2017). *Conmoverse para moverse: la experiencia de la Corporación Colectivo Sociojurídico Orlando Fals Borda. Narrativas emocionales que movilizan la acción colectiva en contra de las desapariciones forzadas y las ejecuciones extrajudiciales en los Llanos Orientales*. Bogotá: Universidad de los Andes.

Este artigo de investigação analisa as ações coletivas da Corporación Colectivo Sociojurídico Orlando Fals Borda, esclarecendo que é uma organização que não foi criada por vítimas e que se concentra exclusivamente em casos de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais na região dos Llanos Orientales. Este artigo é o primeiro que utiliza o termo “narrativa” para se referir às ações sociais das famílias das vítimas e dos coletivos. No entanto, a sua análise centra-se nas ações dos membros do coletivo (advogados, psicólogos, assistentes sociais, etc.), e não propriamente nas ações das vítimas. Estas ações enquadram-se no exercício de defensores dos direitos humanos e em como elas contribuem para a construção da identidade do coletivo no contexto nacional e no contexto das vítimas. Um contributo deste trabalho é a sinalização da componente emocional nos processos de procura de direitos e de acompanhamento às vítimas; o choque como ação que permite abordar a dor do outro, isto é o enfoque na dimensão emocional dentro dos processos de cura, o entendimento do dano que permite a cura. Vale a pena destacar que este trabalho também utiliza a imagem como metodologia de pesquisa

## 2. MARCO TEÓRICO – CONCETUAL

### 2.1. *As narrativas de sentido e sem sentido, praticas discursivas e simbólicas*

[...] *Aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais, estes últimos sendo tomados tanto na sua origem e na sua transformação, como construções humanas significativas*  
María de Souza (1997, p.8)



Fotografia 4. Representação do caminho da morte que percorrem as pessoas. Iniciativa de recuperação das tradições funerárias do Pacífico colombiano (11 de Maio, 2019. Centro de Memória Histórica, Bogotá).

O professor Gabriel Gatti, diretor do projeto “Mundo(s) de vítimas<sup>26</sup>” da Universidade do País Basco, cunha o conceito de “narrativas de sentido e sem sentido” para se referir aos “processos construtivos e políticos realizados pelos agentes através da interpretação reflexiva que fazem da sua ação. São processos performativos que se sustentam e se reproduzem em marcos gerais de sentido e que constituem o apoio das identidades sociais. Não são relatos senão posições discursivas associadas às identidades” (2011, p. 33). Este conceito articula-se com a noção de “sentido das ações” concebido por Fernando García Selgas (1994), sociólogo espanhol, que dá especial importância à representação das ações (o simbólico), assim como à sua intencionalidade. O propósito é a configuração individual ou coletiva do sentido da ação, que inclui outros estados intencionais como as crenças, os desejos e os medos mas também a

---

<sup>26</sup> Pode-se consultar: <https://identidadcoletiva.es/victimas-desapariciones/que-es-mundos-de-victimas/proyecto-mundos-de-victimas/>

representação que essa intencionalidade associa à ação. Por tanto, o sentido da ação é também a narratividade ao redor e o que os agentes<sup>27</sup> dizem sobre isso.

A ação geralmente insere-se num ambiente cultural e responde a um contexto, e uma das dinâmicas implícita no seu acontecer é a possibilidade de interação entre agentes, incluindo pesquisadores, diz García. Essa interação e o produto da ação possibilitam nos agentes um conhecimento prático sobre estas; isto é, os agentes desde a materialidade das ações podem aceder à sua carga simbólica. Assim:

[...] o sentido ou significado de uma ação é sua carga simbólico-representativa que excede a materialidade comportamental, está vinculada à narratividade discursiva e, uma vez entendida, permite a compreensão da ação e, eventualmente, sua explicação. A produção e reprodução de sentido, signos e significados, e mais especificamente a produção e reprodução de conteúdos intencionais, aparece assim como processo prático, interativo e impresso na experiência dos agentes (individuais e coletivos). (García, 1994, p. 496)

A intenção deste trabalho recai nessa dimensão simbólico-representativa da ação; analisa, portanto, as práticas, testemunhos e narrativas que os agentes, neste caso, as vítimas e os coletivos elaboram, que já foram refletidos ou compreendidos pelos mesmos agentes através da materialidade das ações, é dizer na sua construção e processo, mas também aqueles cujas consequências não foram mensuradas e que possibilitam a existência de outras ações ou narrativas. O trabalho de García (1994) pode ser entendido como um guia metodológico de pesquisa qualitativa, onde a ação, como objeto de estudo, é teorizada e depois analisada a partir da prática. Por isso, ele propõe analisar a ação a partir da sua organização intencional, contextual e estrutural.

De acordo com García (1994), há vários aspectos a considerar quando se analisa o sentido e o significado de uma ação: é necessário romper a dicotomia entre sujeito, intencionalidade e objeto, sistema ou contexto, para não cair em generalizações; ou seja, é importante observar como as ações estão inseridas nas correntes sociais, às quais o ser humano pertence, juntamente com o seu processo de identidade e as suas intenções, avaliando a ação como um fenómeno complexo. Observar também como as ações correspondem aos processos identitários, uma vez que “os propósitos e valores que o agente busca e dá sentido às suas ações são fins / valores sustentados por um modo de vida” (1994, p. 503) e porque os processos identitários são essenciais na reprodução de quadros de sentido, como o que faz sentido ou o que deve ser feito,

---

<sup>27</sup> A partir da antropologia social e a sociologia, entende-se por agentes aqueles sujeitos, indivíduos ou atores que realizam um processo de produção de significados através de ações em resposta a um sistema específico, neste caso refere-se às vítimas dos falsos positivos contra o Estado e contra a sociedade em geral.

e que, somado às narrativas e à reflexão sobre as ações, acaba configurando identidades políticas e autorreflexivas.

Essas narrativas, que o agente constrói e as reflexões que sobre estas produz, visam, diante de eventos de “catástrofe”, como refere Gatti (2011), conferir um significado ou pelo menos ferramentas para enfrentar os eventos a partir de construções narrativas e simbólicas, ou, em muitos casos, tratar do que não faz sentido. Assim, por exemplo, Gatti (2011), diante dos eventos de tortura e desaparecimento forçado na Argentina, constrói narrativas em torno das figuras do vazio, invisibilidade, ausência, etc. Nesse processo narrativo, discursivo, simbólico e de agência, de confrontar os eventos de catástrofe, as identidades são transformadas, elas estão a adquirir novas prioridades, outras buscas ou outros significados para a vida. Esse processo de transformação ou reafirmação das identidades é resultado de um percurso histórico e simbólico que se constrói inconsciente (não refletido) e conscientemente em resposta ao evento traumático, que os vai definir como agentes, e aos eventos traumáticos como acontecimentos a serem combatidos no presente e no futuro, a partir de um passado doloroso.

Esse percurso feito pelas vítimas não se pode delimitar de maneira rígida e não responde a dinâmicas específicas; cada pessoa elabora o seu processo de dor e reage de maneira diferente a eventos traumáticos. É necessário mencionar que as narrativas que se destinam a analisar e visibilizar estão enquadradas por alguns conceitos teóricos, que podem ser totalmente identificados pelas vítimas ou não, mas que são necessários para o desenvolvimento das suas respectivas análises. A antropóloga Ludmila da Silva Catela (2001) propõe, a partir das suas investigações com vítimas da ditadura militar argentina, uma cartografia das ações que fazem as vítimas, que contribuem para “as narrativas de sentido e sem sentido” e nos casos específicos dos “falsos positivos” a considerar as respectivas distâncias sócias históricas. Dessa cartografia trabalhar-se-ão quatro fases, necessárias para compreender o conceito de “narrativas de sentido e sem sentido” no contexto específico dos casos dos “falsos positivos”, assim: inversão do mundo (trauma, dor); territórios de memória (testemunho, silêncio, luto); procura de verdade e justiça (reparação e não repetição, luta) e movimentos sociais (movimentos de mulheres). As últimas três fases não se sucedem como processo, são simultâneas. Por último, com o objetivo de ampliar questões teóricas e questioná-las, incluem-se algumas seções dos testemunhos coletados.

## ***2.2. Inversão do mundo – catástrofe – eventos críticos – trauma<sup>28</sup>***

Para Da Silva (1998), a inversão do mundo é aquela etapa em que ocorre o evento traumático, neste caso a execução extrajudicial e / ou o desaparecimento forçado, que a ser tão terrível e inexplicável destrói o cotidiano da vítima (1998, p. 93). Essa ideia é semelhante ao conceito de catástrofe de Gatti (2011), onde o evento catastrófico produz o colapso de todos os conceitos, sentidos e relações que o indivíduo tinha com as instituições, com os outros e com a própria família. Igualmente, este conceito baseia-se nas ideias de trauma e evento que trabalha Ignacio Lewkowicz (2004). Assim no trauma “a desestabilização é profunda, mas provisional, porque há instituições com a capacidade de regular os desajustes [...] Depois de um tempo tudo retorna ao seu lugar; assimila-se, normaliza-se” (Lewkowicz, 2004, p. 36). Por sua vez, o evento tem o poder de desestabilizar os padrões simbólicos diante de um impasse, mas tem um período de duração definido, são eventos os terremotos, as inundações, as revoluções, etc. Desta forma, a catástrofe é, ao contrário do trauma e do evento, “algo assim como o retorno ao não ser [...] é uma dinâmica que produz desmontagem sem armar outra lógica equivalente [...] é uma inundação que chega para ficar, por isso não há nem esquemas prévios nem novos capazes de iniciar o reiniciar o jogo. Há subtração, mutilação, devastação” (Lewkowicz, 2002, p. 154). É uma dor perpétua.

A catástrofe diferencia-se do trauma pela intensidade: a desestabilização rompe as estruturas ontológica, social, cultural e política dos indivíduos, todas as relações familiares e institucionais se quebram. Do acontecimento diferencia-se pela duração, isto é, o que a catástrofe quebra dura para sempre, não há forma de retorno, não há reparação. (Gatti, 2011, p. 37). A respeito disto, da catástrofe como uma ferida que não tem cura, que perdura no tempo, uma das mães dos “falsos positivos da Soacha” que ainda não achou o corpo do seu filho diz:

Quando eu percebi a quantidade de desaparecidos por todo o país nessa mesma época, na mesma forma de proceder (os levaram com enganos, mentiras, os mataram, os assassinaram a sangue frio, roubaram-lhes o seu rosto, sua identidade, foram enterrados numa fossa comum, para que não fossemos a encontra-los) foi um acordar: “isso não aconteceu só comigo” pensar na quantidade quebrou a minha alma. A primeira coisa que pensei foi dar tranquilidade ao meu coração achando o corpo de Óscar, esse é o meu objetivo, enquanto eu não o alcançar, não vou curar esta dor, porque sempre sai, apesar do esforço, há um vazio que não tenho onde ir chorar. (Entrevista a Doris Tejada, Canal Encuentro, 2018)

Essas catástrofes causadas por extrema violência ou guerras, naquele estágio que Da Silva (2001) chama de “inversão do mundo”, não permitem que a vítima expresse a sua dor ou incerteza, e

---

<sup>28</sup> Neste sub-capítulo os conceitos de “catástrofe” (Gatti) e “eventos críticos” (Das) vão a complementar-se, ainda que se faça um desenvolvimento teórico para cada um e se refiram neste caso às execuções extrajudiciais e/ou aos desaparecimentos forçados.

além disso produz sobre ela uma incapacidade narrativa para encarar o acontecimento, um silêncio, uma não agência, uma desorientação em relação às ações, mesmo as mais cotidianas. Uma enorme contribuição para este tópico e que acresce à discussão teórica deste trabalho é feita pela antropóloga indiana Veena Das, que cria o conceito de “eventos críticos” (1996) para referir eventos que produzem experiências desestruturantes, que como texturas emocionais associadas a sofrimentos profundos desafiam constantemente a vida na comunidade e a vida em si, produzindo um colapso diário do mundo construído. Para Das (1996) é mais importante (1996) o desaparecimento dos critérios que fundamentam a vida das pessoas, produto do acontecimento que o evento crítico. Isto pode-se aproximar ao conceito de trauma, que também desenvolve Das (2003) e sugere entendê-lo como um evento que, de uma forma ou de outra, impossibilita a ocorrência diária e destrói a identidade. No seu texto *Trauma and Testimony: Implications for Political Community* (2003) o silêncio é a expressão que abriga esses eventos traumáticos, porque as palavras que poderiam explicá-lo foram eliminadas, anestesiadas e somente o testemunho pode devolvê-las à casa (2003, p.302-304).

Um aspecto que não se pode ignorar no desenvolvimento conceitual do evento crítico (Das), ou de catástrofe (Gatti), é a relação com a memória, portanto Francisco Ortega (2009), historiador colombiano, define duas dimensões que a envolvem: a primeira, a maneira pela qual a(s) memória(s) luta(m) pelos significados do acontecimento; e a segunda, como os legados desse evento estruturam o presente, embora algumas vezes este não seja muito claro. Ortega também menciona que o evento traumático, dentro da sua impossibilidade de compreensão, atua sobre a vítima como um desejo que quer tornar-se consciente, e que está constantemente a assediá-la. Esses cercos atuam como forças mnemônicas que moldam o presente e o olhar sobre o passado e ajudam na tarefa da supressão da dor, na restauração de critérios e valores, na reestruturação simbólica e na construção da memória histórica (2009, p. 20 - 33).

Com relação ao exposto, pode-se afirmar que o familiar da vítima experimenta uma fratura psíquica e social que transforma o seu mundo próximo e o seu ambiente, uma catástrofe que leva a um rompimento com o seu ser, uma cicatriz que acabará a ser incorporada à construção da sua nova identidade, individual e coletiva. Nesse processo de construção identitária, a corrente psicanalítica fornece elementos para a sua compreensão.

Leplanche e Pontalis, psicanalistas franceses, trabalham as teorias de Freud e Lacan, para definir o trauma. Em seu dicionário psicanalítico (2004), este é definido como um evento cuja característica especial é a sua intensidade, a incapacidade de agir contra o evento, e os efeitos e doenças patogênicas temporárias que determinam a organização psíquica (2004, p. 447 - 448). De Freud recuperam o conceito de neurose traumática (1920), a fim de demonstrar como o trauma atua em certos eventos; os processos mentais são semelhantes às relações biológicas

entre um organismo e o seu ambiente, o organismo tem uma camada protetora que responde a estímulos externos e permite que apenas certos níveis de estimulação ou excitação passem. Quando estes não são toleráveis, o trauma aparece como resposta, a exercer todas as forças disponíveis para trazer para o normal as quantidades de excitação.

Outra ideia que os psicanalistas franceses adotam de Freud é o papel que cumpre o evento pessoal na história do indivíduo, porque este permite guardar a data e o momento exatos do que aconteceu e, portanto, permite encaminhar o processo de cura. Freud apresenta o trauma como um corpo estranho que responde de acordo com as circunstâncias do evento, assim, as condições psicológicas do sujeito e o ambiente circundante, o seu contexto social, condicionam o trauma. No entanto, o aspecto mais relevante para Freud na neurose traumática é a incapacidade de assimilar esse evento na vida e na identidade do indivíduo (Leplanche e Pontalis, 2004, p. 450).

No contexto da violência do Estado, em que se foca este trabalho de pesquisa, a ideia de trauma não está completa sem o conceito de trauma psicossocial, que surge em meados do século XX, como uma reflexão sobre as consequências deixadas pela opressão, as atrocidades e os crimes contra a humanidade perpetrados na Segunda Guerra Mundial e no Terceiro Reich na Alemanha, sobre os quais vários filósofos e artistas trabalham. Na América Latina, o conceito entra em vigor no âmbito das ditaduras do Cone Sul e da América Central. O psiquiatra chileno Carlos Madariaga (2002) usa diversos conceitos sobre o trauma psicossocial para abordar as consequências sofridas pelas vítimas da ditadura de Pinochet (1973-1990) e para observar quais são as possibilidades terapêuticas da memória coletiva. Uma das contribuições que Madariaga utiliza é a obra concetual do psicanalista austríaco Bruno Bettelheim, vítima sobrevivente do Holocausto nazi, que estabelece como ponto de partida na análise do trauma e suas consequências, a contextualização do evento traumático. Além disso, através das suas experiências pessoais e do que observou nos campos de extermínio, ele cria o conceito de “situações extremas”, concebidas como destruidoras de barreiras psíquicas, que Freud chamou de protetoras, e que fisicamente destroem a vítima e acionam um estado de trauma extremo, porque as pessoas encontram-se perante espaços e situações em que as suas vidas estão constantemente em risco (ibidem, p. 12 - 13).

Outro trabalho que Madariaga utiliza é o do psicanalista Hans Keilson, também sobrevivente da ocupação alemã na Holanda, e cuja contribuição para o conceito de trauma psicossocial é a visibilidade do Estado como agente repressor e terrorista, responsável pelo trauma das sociedades e dos indivíduos, que também atua com objetivos específicos. A este respeito Madariaga (2002), a citar Keilson, refere:

São as condições sócio históricas concretas que produzem a descarga traumática sobre o indivíduo; os conflitos políticos em torno da questão do poder são resolvidos através da produção

e implementação de estratégias de dominação pelas forças hegemônicas. Essas estratégias, transformadas em políticas de Estado, são implementadas na forma de processos violentos que são periodicamente modificados de acordo com os resultados práticos dessa implementação (p. 14).

Igualmente, diz Madariaga (2002) ao citar Keilson, que este prossegue a proposta de Bettelheim de contextualizar o evento traumático, porque evidencia as estratégias do Estado sobre o indivíduo e as coletividades, e as consequências traumáticas que elas causam: stress contínuo; risco de trauma crônico, que não apenas falha na superação junto do indivíduo, como também o transmite às gerações futuras; continuação da experiência traumática, uma vez terminados os eventos; e ameaça de rutura do tecido vital das estruturas sociais, porque permanece no inconsciente coletivo por um tempo indeterminado. Madariaga (2002) também refere sobre Keilson, que ele esboça a característica processual do trauma no que diz respeito ao dano que deixa um evento como uma execução extrajudicial sobre o familiar da vítima. Martha Soto, diretora do Movice delegação de Antioquia, numa entrevista que faz parte do trabalho de campo, diz:

*A família fica chocada, no pânico mais impressionante... têm um medo terrível, o medo colou-se sobre eles... sente-se que ainda têm esse terror intato, é um medo que traspassa gerações, o mesmo se passa com as mães desta delegação.*<sup>29</sup> (19 de Junho 2019, Medellín)

Para enquadrar o conceito de trauma psicossocial no contexto latino-americano, Carlos Maradiaga menciona as ideias do jesuíta espanhol Ignacio Martín-Baró (1990) sobre o trauma psíquico no âmbito do conflito armado salvadorenho. O religioso, diz Madariaga (2002), traz para a discussão sobre trauma a estrutura socioeconômica da sociedade, especificamente os conflitos entre classes sociais, como causa de diferenças, discórdias e ações bélicas, que originam processos desumanizantes e aniquiladores do outro, que afetam as dimensões físicas e psicológicas da vítima. Martín-Baró sustenta, como Keilson, a ideia do trauma como um processo que deixa marcas nas próximas gerações e afeta toda a sociedade, a depender do grupo social a que pertence. A contribuição mais significativa que Martín-Baró faz ao conceito de trauma psicossocial, segundo Madariaga, é o papel ativo que ele descobre no indivíduo vítima em relação ao trauma e que se concretiza num processo de traumatização que não está isolado, bem pelo contrário, ele é processado inconscientemente ou conscientemente nos contextos sociais (família, bairro, organizações coletivas, partidos políticos) de pertença que contribuam para o processo de cura (ibidem, p. 17 -18).

Madariaga, após a recolha de várias noções em torno do conceito de trauma psicossocial, expõe as suas ideias sobre esta matéria, tomando como base prática o trabalho realizado em CINTRAS,

---

<sup>29</sup> Não se apresentam os erros nos discursos orais devido à impossibilidade de tradução fidedigna.

organização a que pertence e cuja função é prestar cuidados terapêuticos a mais de 3.000 vítimas da ditadura militar chilena. Assim, define que o trauma no indivíduo faz uma transição que vai do individual para o coletivo: no indivíduo, as pessoas afetadas experimentam mudanças e rupturas nas dimensões psíquicas e biossociais, que se manifestam nos distúrbios físicos, mas também nas incapacidades de relacionamento, e que se experimenta como uma experiência única, que depende e responde à história individual de cada pessoa; no social, refere-se ao trauma como uma instalação em grandes grupos humanos ou em espaços coletivos, como movimentos sociais e lutas específicas que visibilizam as distribuições do poder na sociedade e as estratégias de violência que o Estado aplica para o indivíduo (procedimentos de tortura, morte, genocídio, alianças internacionais, etc.). Este último refere-se ao envolvimento da comunidade. Assim, a conclusão mais importante em relação ao trauma, que Madariaga fornece, é que é causa e efeito (ibidem, p. 24 - 27).

### **2.2.1. Dor**

*Como ajudar a um homem que sangra de modo tal?*  
Fredy Yezzed

Entende-se como dor a reação ou expressão, individual ou coletiva, consciente ou inconsciente, diante de um evento desestabilizador, como doença ou morte, permeado por valores culturais e familiares. Nesse último aspecto, Pérez Sales e Lucena (2000) mencionam que nem todas as sociedades se lamentam de forma igual e que, pela concepção sociológica, antropológica e psiquiátrica, a dor pode ser analisada sob diferentes perspectivas. A primeira é a distinção entre “grief” (dor) e “mourning” (luto); “grief” refere-se ao indivíduo e ao sentimento associado à dor por uma perda, que se manifesta em sintomas físicos e psicológicos; e “mourning” para a comunidade e a construção de ritos e práticas culturais associados à dor e à morte. Outra dimensão da análise é a etnolinguística, que determina como as pessoas e as sociedades definem ou expressam a dor; portanto, os psiquiatras espanhóis lembram que, para algumas expressões sobre dor ou emoções não há traduções, apesar do esforço acadêmico de delimitá-los universalmente.

Veena Das (1996) é outra teórica que desenvolve o conceito da dor, das dimensões do corpo e da linguagem a partir da experiência histórica da Independência da Índia (1942 - 1947), marcada pela violência contra as mulheres que foram vítimas de sequestros e estupros. Assim, a antropóloga indiana foca-se nas manifestações corporais da dor e na sua passagem para a linguagem, uma transição que:

[...] leva a uma articulação do mundo, na qual a estranheza deste é revelada pela morte, pela sua não habitabilidade, pode ser transformada num mundo que pode ser habitado novamente, com plena consciência de uma vida que deve viver em perda. Este é um caminho para a cura; as mulheres chamam essa cura simplesmente de poder para suportar. (p. 69)

A este respeito, María Arango, uma das vítimas entrevistadas diz: *“às mulheres a vida não nos pergunta se queríamos ser fortes, ela simplesmente nos obriga”* (4 de Junho 2019, Medellín).

Das (1995) usa a gramática filosófica de Wittgenstein para descrever como, através da linguagem, damos corpo à dor, como pedimos ao outro o reconhecimento do que dói, uma ação comunicável, mesmo que o outro possa apenas intuir a sua existência. Também reafirma a posição de Wittgenstein sobre a propriedade inalienável da dor e sobre a ideia de que, através da compaixão, reconhecimento e escuta, a dor deixa a dimensão individual, torna-se parte de um corpo coletivo que cura o indivíduo e estabelece uma comunidade moral (1995, p. 185).

Há uma dimensão da dor que expressa a profundidade do trauma que a precede e que inevitavelmente cai no silêncio: a vítima não possui as ferramentas discursivas para expressar o que aconteceu, e a sociedade também não tem a capacidade de ouvir. O que Das sugere é permitir que as experiências da dor privada passem para a esfera do público (1995, p. 187). A respeito desta noção de narrar a dor e a expor em público, ir do âmbito privado para o âmbito público, María Arango diz:

*Eu sempre fui uma mulher “verraca” (forte), mas a experiência de pertencer a uma comunidade onde as pessoas sofreram o mesmo que eu, incentivou-me para falar melhor, tirou-me o medo para contar o meu caso. É engraçado porque ... eu já há seis meses que frequentava o coletivo e ainda não tinha narrado o meu caso, e foi uma vez que me perguntaram e ... eu falei, falei muito e as mulheres que me escutaram choraram e disseram-me: «você é uma verraca». Narrar o que me aconteceu e o caminho que tenho percorrido não vai curar toda a dor, mas ajuda e muito.* (4 de Junho 2019, Medellín).

Das também menciona (1996) como a cura, além da renúncia ao desejo pelo objeto perdido ou do retorno à experiência do trauma, é o encontro e a construção de um relacionamento com a morte. Essa relação Das descreve-a como uma sinfonia, que pode ir para a linguagem, e afirma o exposto com o exemplo do ritual de luto realizado pelos gregos que descreve Nadia Serematakis:

A interação entre orientações acústicas, linguísticas e corporais fornece uma definição pública de uma “boa morte” e a distingue de uma “má morte”. A acústica da morte incorporada em “gritos” e lamentos, e a presença ou “aparência” (fanerosi) de familiares constituem a “boa morte”. A morte silenciosa é a chamada “morte ruim” sem o apoio de familiares. O silêncio denota aqui a ausência de testemunhas. Assim, o papel especial das mulheres é “testemunhar” a morte e converter o silêncio em linguagem. (p. 78)

Talvez, como Pérez Sales e Lucena (2000) mencionaram, isto é mais evidente nas sociedades não ocidentais, na Colômbia, por exemplo, as comunidades afrodescendentes do Pacífico colombiano cantam no velório para acompanhar os mortos na sua transcendência para “o outro

lado” e são as mulheres que se encarregam das canções e da cerimónia fúnebre, da proteção da tradição. Nesse sentido, a Fundación Cultural Andagoya (2014) afirma:

Com base na ideia do outro lado como parte da própria vida, os “gualíes”, elogios e levantamentos de tumbas são uma herança e um símbolo da identidade e espiritualidade das nossas comunidades afro no município de Medio San Juan. A partir dessa manifestação, conseguimos enfrentar a perda de entes queridos e a dor da morte, orientando-nos na promoção de valores essenciais, como a unidade e a solidariedade coletiva. (p. 22)



Fotografia 5. Iniciativa de recuperação das tradições funerárias do Pacífico colombiano, cantoras de *alabaos* para os mortos; cantam durante nove dias para que a alma do defunto chegue até ao outro lado (11 de Maio, 2019, Centro de Memória Histórica, Bogotá).

Na mesma linha de pensamento está um dos princípios teóricos de Veena Das (1996) sobre a dor baseado na ideia de Wittgenstein sobre a dificuldade do espírito de se lamentar perante o outro e, portanto, sobre a importância do testemunho, do ato de falar e de escutar para a construção do luto, para o “retorno ao mundo” desde a perda, o colapso e a fratura. Em suma, o que Das (1996) deseja apontar na sua abordagem da dor é a necessidade urgente de conduzir as reflexões das ciências sociais sobre o sofrimento social, sobre a maneira pela qual os seres humanos lamentam ou negam a dor um do outro, ao reconhecimento de nós mesmos, a sociedade em geral, como agentes sofredores e como entidades ouvintes do outro. Neste sentido, Claudia Garcés, dramaturga colombiana, familiar de vítima de “falsos positivos”, expressa o seguinte:

*Eu tenho um caderno, um registo para o final da obra ... e eu acho que o contexto da obra, é um velório, possibilita que as pessoas escrevam, ... aí... no caderno percebo que chegam algumas vítimas, porque dizem-me: “hoje encontrei o meu irmão” ... são como testemunhos que se encontram, que se partilham. É uma possibilidade de falar, assim seja por meio da obra, a possibilidade de dar visibilidade a todas as vítimas a partir de isso... e também acredito que alguém não tem que ser vítima para falar disso. É uma situação que precisa da linguagem, que se diga, que se diga, para que não se repitam as histórias... há pessoas que dizem “isso acontece?”.* (12 de Junho 2019, Medellín).

As possibilidades da escuta, da narração com a comunidade, com os outros contribuem para os espaços de cura da dor, do sofrimento, e ampliam o espectro das ações para exigir justiça,

verdade, reparação e não repetição. Nessa exigência aparece outro aspecto relevante no estudo da dor que Das (1996) elabora, que é como o Estado, no seu exercício do poder, é executor da dor e do processamento que dela se faz. Assim, Das (1995) refere como o Estado valoriza principalmente a voz dos profissionais em detrimento da voz das vítimas, o que significa que “as estruturas conceituais das nossas disciplinas conduzem a uma transformação do sofrimento elaborado pelos profissionais que substituem a voz da vítima e nos distanciam do imediatismo da sua experiência” (p. 178). Essa “supremacia intelectual” privilegiada nos julgamentos sobre a violência estatal no mundo, leva Das a questionar-se sobre as maneiras de definir a dor e o seu papel no desenvolvimento da teoria social.

Finalmente, uma das afirmações que complementariam a definição com a qual esta seção começa é a noção de que a dor é o meio pelo qual “a sociedade estabelece a sua propriedade sobre os indivíduos” (ibidem. p. 178), por meio de rituais de iniciação. Das define duas teorias sobre a dor: a primeira refere-se às consequências do contexto sócio histórico sobre o indivíduo e as suas representações sobre o corpo, que para Das se manifestam como críticas sociais; o segundo, uma forma de integração na comunidade (rituais de iniciação - casos que podem ser definidos como tortura); nesse sentido, a sociedade marca o sujeito e o seu corpo através da dor e da cicatriz que ela deixa, que por sua vez resulta numa prática de memória. A dor do indivíduo é a resistência à pertença a uma comunidade e à incorporação na sociedade (ibidem. p. 183). No caso aqui tratado o indivíduo vítima responderia à primeira teoria, na qual o contexto sócio-histórico age sobre o corpo e o comportamento do sujeito.

### ***2.3. Territórios da memória***

Falar de memória na América Latina é necessariamente citar a socióloga argentina Elizabeth Jelin, que elabora um quadro teórico em torno desta a partir da experiência traumática da ditadura argentina. No seu livro *Los trabajos de la memoria* (2002) descreve três pilares centrais que permitem que o conceito seja localizado em contextos violentos e de pós-guerra, assim:

[...] entender as memórias como processos subjetivos, enraizados em experiências e marcas simbólicas e materiais. [...] reconhecer as memórias como objeto de disputas, conflitos e lutas, que têm como objetivo prestar atenção ao papel ativo e significativo dos participantes nessas lutas, enquadrados nas relações de poder. [...] “historizar” as memórias, isto é, reconhecer que há mudanças históricas no sentido do passado, bem como no local atribuído às memórias em diferentes sociedades, climas culturais, espaços de lutas políticas e ideológicas. (p. 15)

Jelin também sugere compreender a memória como um conceito que pode ser abordado a partir de duas perspectivas: como ferramenta teórica e metodológica; e como uma categoria social a que os agentes se referem a partir do seu uso e abuso social e político (ibidem. p. 30). Com essas premissas, a memória como conceito é configurada a partir de vários campos teóricos que podem alcançar desenvolvimentos de conceitos contrários às noções gerais que a sociedade tem

em torno a ideia da memória. Assim, as memórias são lembranças, bem como esquecimentos (silêncios), nas quais o racional e o emocional interagem. O indivíduo que lembra ou esquece entra num espaço de configuração coletiva, ele lembra e constrói a memória com os outros. A memória, como um universo em expansão e com vida própria, é determinada pelo conteúdo, isto é, pelo que é lembrado e esquecido, pelas crenças, pelo latente, o invisível, o silêncio, o consciente e o inconsciente; e é ativada por mecanismos, ou seja, existem detonadores como os traumas, certas sensações, imagens, etc. (ibidem. p. 30).

A memória vem acompanhada do medo de a perder, porque é um dos configuradores da identidade, graças a ela cada pessoa tem e elabora as suas próprias lembranças e pode trazê-las para o presente, e também age como um sentido de permanência, de ser individual, de preservar a coerência e a continuidade no tempo e no espaço. Essas memórias, embora correspondam a cada indivíduo, também estão dentro da estrutura social que, para Halbwachs, citado por Jelin (2002), ajuda na configuração de visões do mundo e no sistema de valores que as sociedades partilham, e que também se fortalecem em rituais e comemorações coletivas. Uma ideia que nos leva a pensar que a memória é mais uma construção do que uma lembrança, como um processo cognitivo, e que, como afirma Halbwachs, pode ser uma possível afirmação da realidade (p.33). Essa afirmação dá-se por meio da linguagem, a qual permite a construção de narrativas e a reconstrução do olhar sobre o passado.

Conceptualmente concebida como uma entidade viva, a memória tem crises causadas por eventos traumáticos, que colocam em risco ou fraturam a identidade do indivíduo, uma rutura determinada pelos comportamentos familiares e sociais; ou seja, aquelas crises de memória que afetam a identidade do indivíduo estão associadas às tradições de uma sociedade, aos comportamentos aprendidos geracionalmente e que, em última análise, constituem o que é conhecido como “memória habitual” (Jelin, 2002, p. 39). Essa quebra na “memória habitual” é evidente nos casos dos familiares das vítimas de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados (falsos positivos). A magnitude do evento traumático e tal que rompe com os hábitos quotidianos e busca, no entanto, que o indivíduo seja mobilizado para a compreensão do que aconteceu e para a busca de cura e luto, o que lhe permite continuar a reconstruir a sua identidade, assim como o que esta era ou será.

José Alexander Castro, familiar de vítima de falsos positivos relata como era a sua vida antes do acontecimento traumático e como esta se alterou:

*Na minha vida, antes do que aconteceu, passava necessidades, como agora, mas era feliz, porque eu sabia que ia de férias para a fazenda trabalhar com o meu tio e o meu irmão, mas a minha vida depois disso mudou muito... para os cem por cento, a minha mãe e eu ficámos doentes, eu já não sou a mesma pessoa. Mudou porque eu tive que sair da minha casa por causa das ameaças, eu demorei algum tempo para perceber o que aconteceu, a minha vida, pela urgência de fazer justiça foi... e é outra, tenho outras prioridades. (10 de Junho 2019, Medellín)*

Os eventos traumáticos transformam a “memória habitual” porque têm que se fazer outras coisas depois do evento, a vida não continua igual, há uma fratura que tem que se curar. Os eventos traumáticos atuam como detonadores da memória, estes precisam de ser narrados, compreendidos, disseminados, transformados; histórias que vão da dor à luta por justiça, verdade, reparação e não repetição. Essas formas de narrar o evento traumático materializam-se em ações concretas e difusas, nas quais também é concebido o silêncio ou o esquecimento. A este respeito diz Da Silva (2005), que os eventos históricos, de certa forma constroem e transformam identidades e memórias, que por sua vez questionam os discursos da história oficial e constroem outros em torno da cultura política em que estão inscritos. Em contextos de conflito armado, as vítimas promovem e lembram políticas nas quais a memória seja uma garantia de não repetição e onde a vida daqueles que a reivindicam seja garantida.

Essas memórias que provêm de eventos traumáticos e que constroem um presente desde o passado, junto com as memórias silenciadas, são consideradas memórias narrativas (Jelin, 2002, p. 28), que também são coletivas porque estão inseridas em contextos sociopolíticos e culturais, e completam a sua função de transformação ou reconstrução de identidade quando forem partilhadas com outras pessoas. Nessa troca de narração e escuta, começam a ser construídas memórias coletivas, que antes do evento traumático, de certa forma, também faziam parte da configuração das pessoas, mas que adquirem pela força dos eventos ou das experiências narradas maior significado. Assim, há memórias que são reconstruídas ou transformadas no coletivo, prova disso são as organizações de familiares das vítimas dos desaparecidos e das vítimas do Estado, que encontram apoio naqueles que sofrem ou sofreram o mesmo que eles. A esse respeito, Jelin (2002), parafraseando Bourdieu, diz:

A memória como construção social narrativa implica o estudo das propriedades de quem narra, da instituição que outorga ou nega o poder e o/a autoriza a pronunciar palavras [...] a eficácia do discurso performativo é proporcional à autoridade de quem o enuncia e implica também prestar atenção aos processos de construção do reconhecimento legítimo, outorgado socialmente por o grupo ao qual se dirige. (p. 35).

Essa legitimidade é frequentemente alcançada através de lutas de longo prazo, que necessariamente envolvem comunidades ou grupos sociais, e que além disso implicam estratégias que permitem aos indivíduos validar e partilhar a sua narrativa de memória, o que lhe dá significado. Esse sentido de luta e validação das suas memórias é um tecido individual e coletivo, que precisa coexistir com a dinâmica da escuta e o planeamento de atividades e objetivos. Por exemplo, Martha Soto, diretora do Movice, delegação de Antioquia, diz:

*Uma forma de cura, de consolo ... alívio é trabalhar nisto, trabalhar... levar as fotografias para rua, as histórias, essa é uma maneira de aliviar a dor, mesmo que não pareça, nós temos um lençol grande com as fotografias das nossas vítimas que levamos sempre para rua... eu acho que isso ajuda, é pelo menos sair daí, conhecer outras pessoas, falar com outras pessoas, fazer outras coisas. Nós tornámo-nos uma família grande, todos conhecemos a história do outro e isso ajuda a que ... eu sei que se essa pessoa é a esposa de um desaparecido, eu sei o que tem*

*experimentado... a pessoa fala destas dores muito mais facilmente com alguém que os têm experimentado, e essa pessoa compreende-nos melhor. (19 de Junho 2019, Medellín).*



Fotografia 6. “Plantón” em frente ao prédio da procuradoria, comemoração dia do detido – desaparecido (24 de Maio 2019, Bogotá).

O apoio social que encontram as vítimas é essencial e contribui para que lidem de forma mais fácil com a dor. Sobre este ponto Jelín cita Alphen, para conciliar e compreender as relações e diferenças entre o indivíduo e a sociedade em torno da ideia de memória:

A experiência é vivida subjetivamente e partilhada culturalmente. É a agência humana a que ativa o passado, corporizado nos conteúdos culturais (discursos num sentido amplo). A memória, então, produz-se enquanto há sujeitos que partilham uma cultura, enquanto há agentes sociais que tentam “materializar” estes sentidos do passado em diversos produtos culturais que são concebidos como, ou que viram, *veículos da memória*, tais como livros, museus, monumentos, filmes ou livros de história. Também se manifesta em atos e expressões que em vez de representarem o passado, o incorporam performativamente (Van Alphen, 1997). (2002, p.37)

Estas são ideias fundamentais que dão uma perspetiva da memória como agência, é dizer, como construção, divulgação, transformação e performatividade, que permite por sua vez às sociedades praticar o perdão, a solidariedade, a compaixão, mas isto só sucede quando as pessoas partilham as suas memórias, quando fazem algo com elas, colmatando a dificuldade e impossibilidade de narrar e de lembrar.

### **2.3.1. Testemunho**

Quando a ideia de testemunho aparece em contextos de desaparecimentos forçados ou de violência extrema é preciso diferenciar dois aspectos: “é testemunha quem viveu uma experiência e pode, num momento posterior, narrá-la [...] também um observador, que presenciou um acontecimento, que viu algo ainda que não tenha tido participação” (Jelín, 2002,

p. 80). Também é testemunha quem, de certa forma, não é uma vítima direta, mas foi afetada pelo evento; nesse caso, os familiares das vítimas de “falsos positivos” podem testemunhar sobre os eventos nos quais os seus familiares morreram, isto enquanto investigadores que procuram verdade e justiça. São eles quem se encarregam de investigar o que aconteceu e, posteriormente, denunciam-no aos que o solicitam, como parte de investigações judiciais, por exemplo, ou àqueles que estão dispostos a ouvi-los; nesse caso, o testemunho aparece como um processo de reconstrução da verdade sobre o que aconteceu. Dois dos três casos que se apresentam nesta tese foram processos judiciais bem-sucedidos graças às pesquisas dos familiares das vítimas. María Arango narra:

*Um ano depois da morte de Alberto eu já tinha todas as provas ... então o procurador tinha como argumentar esse caso... as provas foram coletadas por mim própria porque apesar de eu solicitar acompanhamento para ir ao lugar onde assassinaram o meu esposo isso não foi possível ... eu falava para mim: «María tens que ser forte, tens que acordar, tens que te despentear, tens que continuar a luta». Diziam-me: «isto é para pesquisadores, isto é o papel da lei, não é o seu papel» e eu respondia «a lei não o vai fazer como o faço eu». (4 de Junho 2019, Medellín)*

Também, no testemunho é preciso a figura dum interlocutor, porque às vezes os testemunhos tornam-se repetições ritualizadas, o ouvinte deve ter empatia com a história, procurar nos silêncios da vítima, acompanhá-la, dialogar com ela e ajudar a reconstruir parte da sua memória. A intencionalidade política do ato de testemunhar é relevante na medida em que estes se dão em contextos específicos de violência e agem como questionadores de discursos e histórias oficiais e hegemónicas, e como denunciadores de abusos, excessos de poder, silêncios, inoperâncias judiciais, etc. O testemunho e a memória relacionam-se em distintos níveis, assim o descreve Jelin:

*Como narrativas dos acontecimentos e as memórias desse passado; como sentimentos recordados e como sentimentos gerados no ato da rememoração [...] como formas de transmissão entre gerações [...] como reflexões sobre o vivido, em função do momento do curso da vida em que se viveu, e os olhares atuais sobre esse passado como reflexão sobre o próprio lugar de cada um no mundo e sobre a própria responsabilidade social. (Jelin, 2002, p. 40)*

Esta relação é importante para os casos de desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais, porque a possibilidade de testemunhar dá outras vozes frente à história oficial e age como depoimento jurídico, como prova, em alguns contextos, diz Blair Trujillo no seu texto *Los testimonios o las narrativas de la(s) memoria(s)* (2008).

O testemunho também responde a componentes emocionais, que se confrontam com o olhar da realidade e a verdade do acontecido, sobretudo em contextos judiciais, o que torna difícil estabelecer limites entre realidade e ficção, porque estes componentes emocionais, as lembranças, estão ligados a medos, silêncios, fantasmas, que são gerados pelo evento traumático.

Para as vítimas, o ato de testemunhar, de que a sua história seja ouvida e legitimada por outro(s), representa uma das formas de construção da identidade, porque coloca no mesmo plano uma reflexão sobre a memória e sobre si mesmo, sobre o que é dito e o que é omitido (Da Silva, 2014, p. 4).

Para que o diálogo e a escuta sejam possíveis, devem existir pessoas que estejam dispostas a escutar, uma sociedade sensível que reconheça o testemunho da vítima, que possa reviver com ela o seu caso e compadecer-se ou pelo menos respeitar a sua dor. No caso colombiano diz Blair Trujillo, a indiferença social é alta:

Não há, evidentemente, a condenação moral suficiente que o drama exige [...] ignora-se a problemática e se há um reconhecimento, “hierarquiza-se o sofrimento”, isto é, consideram-se as vítimas como de “primeira” e/ou de “segunda” categoria, numa carreira competitiva entre vítimas que é macabra, inútil e profundamente injusta. (2008, p. 97).

Neste sentido e na conversa sobre o ato de narrar, de testemunhar, de encontrar escutas não somente no âmbito privado, Alexander Castro, uma das vítimas entrevistadas, afirma: “*Quando surge a oportunidade de falar... é importante para que as pessoas conheçam o que nos aconteceu, para que as pessoas não sintam quando lhes aconteça o mesmo que era mentira*” (10 de Junho 2019, Medellín).

Perante esta indiferença o trabalho das vítimas na Colômbia é muito árduo, porque têm que lutar contra um sistema judicial que ampara, muitas vezes, os verdugos dos seus familiares e além disso têm que fazer com que a sociedade acredite no seu testemunho, que acredite que são vítimas do Estado, que têm uma dor, um luto por resolver, e que nalguns casos, sem dar sentido ao mesmo não podem continuar. Para além disso, as vítimas têm que enfrentar retaliações dos perpetradores do crime contra os seus familiares, por causa da procura pela verdade, justiça, reparação e não repetição. E é aqui, nessa procura de justiça onde aparece uma figura complexa dentro do contexto de violência que atravessa a Colômbia, que é a revitimização, uma realidade constante para as vítimas. Frequentemente os familiares das vítimas são ameaçados de morte por falar ou testemunhar contra os oficiais de alto escalão do exército. Muitas vítimas tiveram de exiliar-se para salvar as suas vidas e a dos seus outros familiares sobreviventes.

Elsa Blair Trujillo (2008), investigadora latino-americana que tem trabalhado sobre o conceito de memória e testemunho, tem como uma das contribuições mais significativas do trabalho a sinalização do poder político que o testemunho possui e a sua relação de oposição à história oficial. O testemunho constitui-se como uma versão plural, diversa e alternativa da história, de acordo com Achugar, citado por Blair, age como uma denúncia e uma legitimação de um discurso que está ancorado em experiências pessoais, onde a oralidade afirma a veracidade do discurso. Sob essa perspectiva, Blair destaca a importância do testemunho como diálogo, como

criação coletiva (p.88), por exemplo, nos casos aqui assinalados, os depoimentos vão ganhando relevância e veracidade à medida que as vozes das vítimas se acumulam e nelas se encontram pontos em comum. As mães de Soacha são um exemplo disso porque elas têm enfrentado o discurso que o Estado quer impor sobre os casos dos seus filhos, assim, a luta enquadra-se na busca de verdade e na construção de um contra-discurso.

O testemunho como ação de fala, escuta e diálogo, com intenções explícitas, enquadra-se na categoria de “narrativa”, como definido neste texto. Ação que é individual e coletiva, e que se pode exprimir em diferentes suportes, não apenas no oral. Assim, na atualidade, na Colômbia, as vítimas começam a testemunhar em sítios públicos, como universidades, teatros, praças, etc. Isso é possível no contexto de um acordo de paz (2016, Havana) que oferece a possibilidade de agir sobre a legitimação e visibilidade dos casos das vítimas, para que se saiba a verdade sobre o que ocorreu e que a responsabilidade do Estado seja aceite e não apenas a dos grupos subversivos. Lugares que servem como “cenários de memória” como Claudia Feld (2002) os designa.



Fotografia 7. Instalação pública de evocação das vítimas de desaparecimento forçado e das vítimas de crimes de Estado, evocação do assassinato de María Pilar Hurtado, líder social de Tierra Alta, Córdoba (10 de Julho 2019, Bogotá (capturas de fotogramas)).

### 2.3.2. Silêncio

*Carta a um morto querido que nunca conheci*  
Tenho uma pedra quente na minha boca  
Uma pedra enorme que eu não consigo engolir  
pedra que por sua vez tem muitas bocas.  
A pedra com sua dureza impõe sua verdade,  
Os lábios sangram, os dentes explodem na frente de sua violência  
Tento mastigá-la, engoli-la esquecê-la:  
mas ela, com seus braços, se apega com força.  
Pedras enormes e quentes, querido López, nos colocaram na boca.  
Nós não as vemos, não as vemos, até que  
as sentimos chegar pela manhã.  
As pedras amordaçam por dentro, nos colocam  
uma adaga na raiz da língua, a sede nos herda.  
Esta pedra sangra, o que fala por nós.  
Grita esta pedra, que nos impõe medo.  
Cale seu nome esta pedra.  
Fredy Yezzed

O silêncio considera-se dentro das ações narrativas da memória, porque longe de ser sinônimo de passividade ou inatividade, refere-se a algo que não pode ser manifestado por algum motivo e, portanto, adquire maior significado dentro do relato testemunhal que faz uma vítima. O silêncio, dentro dos testemunhos de eventos traumáticos e situações de extrema violência, raramente se refere ao esquecimento. Da Silva (2004), baseada na sua experiência como investigadora em situações extremas na América Latina e no mundo (ditadura argentina, brasileira, o holocausto nazi), define alguns motivos que podem dar origem ao silêncio no âmbito dos testemunhos:

- A militância política da vítima (na Colômbia, é evidente por notícias e relatos de organizações não-governamentais o estigma que causa pertencer a partidos contrários aos do governo ou a partidos que claramente têm ligações com ideologias de esquerda, um exemplo disso foi o extermínio da UP – Unión Patriótica em 1986).<sup>30</sup>
- A ajuda que eles podem obter dos seus vitimizadores, é dizer, o Estado e alguns governos, através do estabelecimento de leis, dão ajudas às vítimas, que consistem em subsídios que pretendem contribuir para o “retorno da vida”. No entanto o silêncio nestes contextos aparece porque as vítimas temem ser julgadas por quem pode ouvi-los, pelas organizações às quais pertencem e pelos seus familiares, porque não há coerência, mas isto têm que se analisar com cuidado, dadas as condições de pobreza da maioria das vítimas.

---

<sup>30</sup> Pode-se consultar: <https://www.elheraldo.co/colombia/648-personas-fueron-victimas-de-la-violencia-politica-en-colombia-en-2018-630060>

- Alguns silêncios surgem porque alguns detalhes da história estão prestes a ser divulgados e as vítimas que testemunham não podem, por motivos legais, esclarecer ou aprofundar os detalhes.
- Algumas pessoas escondem detalhes no que testemunham ou preferem permanecer silenciosas sobre certos detalhes devido a possíveis leituras que os ouvintes possam fazer sobre eles. (Da Silva, 2004, p. 53, 54).

Elizbeth Jelin (2002), por sua vez, refere-se ao silêncio como uma expressão para situações nas quais a vítima ainda não encontrou palavras; não existe uma estrutura narrativa que permita à vítima expressar o que aconteceu. Os silêncios também ocorrem porque não há ouvintes para “histórias tão dramáticas”; em certos contextos, por exemplo, a sociedade colombiana, em geral, quer virar a página da violência, sem dar tempo para ouvir e dar espaço para a cura daquelas pessoas que padeceram a guerra<sup>31</sup>. Outro fator influente no silêncio é a forma como a comunidade assinala a existência de vítimas e o justifica, “se isso aconteceu com essa pessoa da sua família é por alguma coisa”; ou seja, a revitimização não é feita apenas pelos perpetradores, como retaliação às denúncias feitas pelas vítimas, mas também pela comunidade. Jelin menciona que muitas vezes não é o silêncio que aparece, mas a impossibilidade de ouvir. Martha Soto, diretora da delegação do Movice de Antioquia, diz:

*As vítimas de execuções têm muito medo de falar... Nós, este ano fizemos uma reunião onde comemoramos o dia da mãe, e a ideia era que as pessoas fizessem um vídeo, mas os familiares de execuções não quiseram, somente duas famílias quiseram falar, as outras pessoas falaram que tinham medo, que uma câmara não, que uma fotografia não. (19 de Junho 2019, Medellín).*

O silêncio na Colômbia é imposto muitas vezes pela sociedade civil, não há espaços nem vontade de escuta, sobretudo nas cidades, e nas aldeias o julgamento é constante. Essa noção de escuta é importante na elaboração conceptual de testemunho e memória que faz Jelin (2002), porque um ouvinte é considerado como tal quando tem a capacidade de interrogar sobre um passado doloroso, sente empatia com a vítima e compaixão, e pode entender que o testemunho também é uma construção subjetiva, onde há coisas que não se desejam partilhar com o público. Uma pessoa que ouve a vítima pode contribuir para o seu processo de cura, pode fazer parte do alívio concedido pelo ato de narrar (p.86).

---

<sup>31</sup> Pode-se consultar: <https://www.revistaarcadia.com/contenidos-editoriales/arcadia-en-la-filbo-2019/articulo/duela-la-indiferencia-colombiana-la-necesidad-de-la-empatia-para-la-busqueda-de-desaparecidos/74095>

### 2.3.3. *Luto*<sup>32</sup>

O luto é um processo “pelo qual uma pessoa que tenha perdido algo importante para ela adapta-se e prepara-se para viver sem ela” (Fernández e Rodríguez, 2002, p. 98). De acordo com Corredor (2002), parafraseando Rando, o luto “é o processo de adaptação que segue as perdas, sejam estas físicas ou simbólicas e inclui o impacto direto das perdas tanto como as ações empreendidas para lidar com estas consequências e adaptar-se à perda” (p. 36). O luto responde à violência extrema, incluindo execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados ou desmembramentos e quando se realiza é feito sob condições complexas, algumas vezes inicia-se mas fica incompleto (sobretudo nos casos de desaparecimento forçado); isto é, o indivíduo inicia a fase de negação, confronto, mas não atinge a fase de acomodação, aí as intensidades e durações são excessivas. O luto é único e particular e responde à história da vida e às condições de perda do objeto amado.

Fernández e Rodríguez (2002) propõem um modelo de luto para esses casos, em que este é visto como um trabalho de concessão de significado que o indivíduo e a comunidade fazem diante de uma experiência específica (p.97) e que permite transformar ou reconstruir a identidade da vítima. Nesse último aspecto, o conceito de “narrativas de sentido e sem sentido” aproxima-se do luto, porque as narrativas são ações com intenções e procuram significados sobre o que aconteceu, embora esses, algumas vezes, não apareçam.

O modelo de luto proposto por Fernández e Rodríguez (2002) oferece certas vantagens: as vítimas são concebidas não como doentes senão como sobreviventes, que participam ativamente do seu processo de cura; elas diferem dos doentes (pacientes) por causa da sua condição ativa; ao ser o luto um trabalho que as vítimas realizam, dão conta das dificuldades vivenciadas diante da experiência que se pretende enfrentar, o evento traumático, “na medida em que os mecanismos individuais, interpessoais e comunitários que intervêm nos processos “normais” de sofrimento são destruídos ou alterados pela mesma situação de guerra, violência ou catástrofe” (p. 97); e permite identificar os diferentes elementos deste trabalho, a fim de desenvolver ferramentas que ajudem o processo da vítima, do sobrevivente.

Para elaborar esse modelo, Fernández e Rodríguez (2002) analisaram várias propostas de luto, como a psicanalítica de Freud, o modelo das fases e estágios de Parkes e Kubler Rose, respetivamente, e o modelo de “tarefas de luto” de Worden. Os psiquiatras espanhóis diferem do

---

<sup>32</sup> Nesta seção, o conceito de luto abrange o que é comumente entendido como perda e definido como: “Sentimento, pesar pela morte de alguém; período após a morte de alguém em que é costume usar um traje ou limitar determinados comportamentos; Processo durante o qual um indivíduo consegue desligar-se progressivamente da perda de um ente querido” (Priberam, consultado a 5 de Julho 2019).

modelo de Freud porque este atribui maior importância ao objeto perdido e ao desejo que a pessoa afetada deposita nele e ao seu desapego subsequente, pela compreensão da realidade; isto é, pela fixação exclusiva no indivíduo dentro do processo. Em contextos de guerra, a vítima sente que o seu mundo interno e externo está constantemente ameaçado, o seu tecido social é instável ou nulo; ou seja, as esferas públicas também são destruídas na guerra, portanto, a participação da comunidade no enfrentamento da experiência da perda também está presente, ao pertencer ao mundo externo da vítima.

Fernández e Rodríguez (2002) destacam a vantagem do modelo de fase ao descrever com precisão as situações específicas que ocorrem no luto. Assim, as enunciam: *fase de choque*, aceitação da realidade; *fase de protesto*, esforços intensos para manter contato com o perdido; *fase de desesperança*, comportamento desorganizado, depressão e sentimentos de desamparo; *fase de reorganização*, restauração de novos relacionamentos, força no coletivo (p. 104).

O modelo de tarefas de Worden é a base central do modelo de Fernández e Rodríguez (2002). Nesse modelo, as tarefas descritas como parte de um processo único estão determinadas pela história do indivíduo e da sua comunidade e não respondem a um quadro sequencial e fixo. As tarefas resumem-se numa tabela elaborada por Fernández e Rodríguez e podem ser lidas como uma sintomatologia sofrida pelo indivíduo, onde se evidenciam reações emocionais, físicas e cognitivas. Nesta tabela e quadro sintomático, os psiquiatras espanhóis destacam a qualidade da tarefa, de trabalho, que essas reações seguem.

A primeira tarefa é aceitar a perda do objeto, sem a qual não há possibilidade de luto, tarefa que em casos de desaparecimento forçado se torna difícil e que, nesses casos, é geralmente definida como um luto suspenso. Não aceitar que se perdeu o objeto pode causar sentimentos de irrealidade, alucinações com o objeto, negação da evidência, etc. As relações estabelecidas com a morte, social e culturalmente, como o funeral, a despedida do cadáver, os enlutados, ajudam o indivíduo a desempenhar essa tarefa, a possibilitar ambientes de certa normalidade; definitivamente, ajudam a narrar a perda, o que aconteceu, o que foi vivenciado.

A segunda tarefa é permitir a experiência de emoções associadas à perda, como raiva, tristeza, culpa, medo, ressentimento, etc. Fernández e Rodríguez (2002) diferenciam essa tarefa de acordo com os tempos de paz e guerra: nos primeiros aos enlutados, pela noção socialmente aceita de luto, são-lhes permitidos tempos e espaços para experimentar essas emoções; em tempos de guerra, há muitos poucos espaços para a dor e contemplar a possibilidade de experimentar tais emoções pode representar um risco de morte. No entanto, procurar esse suporte físico e interpessoal já é o início desta tarefa. As vítimas entrevistadas manifestaram

uma mistura de sentimentos, a tristeza vai e vem no meio da luta, é uma correspondência, Alexander Castro diz:

*Há dor, é claro, especialmente da minha mãe, assassinaram o seu filho e o seu irmão, então para mim é uma dor dupla, mas essa tristeza dá-me forças para continuar nessa luta. (10 de Junho 2019, Medellín).*

A terceira tarefa é a formação para existir no mundo sem o objeto perdido, isso significa que o indivíduo que perde um ente querido também perde o apoio que essa pessoa representava, então o que acontece é um período de aceitação e treino que permite à vítima aprender e executar as tarefas da pessoa que morreu. É uma aprendizagem sobre a vida quotidiana, sobre a resolução prática dos problemas diários. Essa formação, geralmente, é fornecida por familiares, amigos ou especialistas, daí a importância do tecido social como entidade de reconstrução da vida após a perda de um ente querido. María Arango manifesta que apesar de ser uma mulher forte, ela teve que começar a trabalhar mais para sustentar a sua família:

*Imagina, eu tenho quatro filhos, para mim foi uma época muito difícil por causa da morte do meu marido, estava triste, com raiva e também com a urgência de sustentar a minha família. Foi um final e um começo de luta em muitos aspectos. (4 de Junho 2019, Medellín)*

No caso das vítimas, a formação e treinamento também vem dos coletivos aos que pertencem. María e Alexander concordaram com a afirmação de que o coletivo do qual fazem parte é de várias maneiras uma escola.

A quarta tarefa é o desenvolvimento da capacidade de experimentar sentimentos semelhantes aos anteriormente orientados para o objeto perdido, o que não significa que se substitua o objeto perdido, mas sim demonstrar a si próprio que se é capaz de reconstruir o mundo, a vida, sem o objeto perdido; ser capaz de tecer novos relacionamentos com objetos dignos de serem amados. Em situações de guerra ou violência extrema, esses novos relacionamentos voltam-se para o cuidado de outras vítimas, das mais fracas.

María Arango é a única pessoa na sua cidade que foi reconhecida como vítima do Estado e demonstrou que o seu marido não era guerrilheiro, sem mencionar que é uma das poucas pessoas que conseguiu levar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ao referir-se às outras vítimas da sua cidade, diz:

*É que somos muitos, muitos, 112 casos de execuções extrajudiciais. Eu às vezes ajudo as pessoas que me solicitam... se eu somente fosse por causa do meu caso eu já tinha saído daqui, mas o meu interesse é conseguir sucesso no meu caso, mas também nos casos de muitas pessoas, porque com o meu caso eu posso ajudar os outros, é um impulso, uma força, e eu sei que devo estar aí e eu vou estar para ajudar muitos dos meus companheiros. (4 de Junho 2019, Medellín)*

O modelo de luto oferecido por Fernández e Rodríguez (2002) permite que as vítimas se identifiquem como sobreviventes com capacidades de resistência e resiliência, o que é evidente no trabalho com vítimas. Assim se autodenominam as mães de Soacha.



Fotografia 8. “Mães de Soacha”. Conta de Twitter do Mafapo (Movimiento de Madres de Falsos Positivos de Soacha y Bogotá). (Recuperado em 9 Agosto 2019).

Ana María Corredor (2002) pergunta-se como a impunidade afeta o trabalho do luto por homicídios na Colômbia e, apesar do que se possa pensar, o luto com impunidade não resulta num número maior de sintomas, no entanto, há modificações comportamentais, como em todo o luto, e mudança no sistema de valores e crenças sobre a sociedade: “as pessoas não são boas, a sociedade é corrupta e o mundo não tem sentido”. Alterações no sentido de segurança, auto-estima, confiança, controle e apoio social são evidentes no indivíduo (p. 37). Corredor menciona que uma das emoções mais frequentes nesses tipos de luto é a raiva contra o executor do homicídio, que impede aceitar a perda e iniciar o trabalho de luto, mas também promove sentimentos de vingança, retaliação e destruição do agente nocivo, e que, no entanto, por uma série de esforços cognitivos e culturais são minimizados, demonstrando que o luto é também uma construção que é mediada pela cultura e pela sociedade. Na Colômbia a religião ajuda a diminuir esses sentimentos, por exemplo na entrevista realizada a María Arango, ela realçou o seguinte:

*O assassino do meu esposo morreu devido a uma vingança, isso foi o que me falaram ... ele era um simples soldado, ele foi o único que aceitou a responsabilidade do assassinato... e quando eu soube da sua morte e mandei celebrar uma missa para ele, dois dos meus filhos criticaram-me, mais eu senti que quando mataram esse rapaz matavam outra vez o Alberto... ele era um rapaz que tinha que obedecer as ordens... à noite eu sonhei que o Alberto e esse rapaz se encontravam. (4 de Junho 2019, Medellín)*

#### **2.4. Procura de justiça y verdade**

A luta que fazem as famílias das vítimas na Colômbia pela verdade e pela justiça é imensa, dada a complexidade do conflito armado e a natureza do sistema judicial: milhares de vítimas, vários atores envolvidos, autoridades judiciais ameaçadas, pouco orçamento nacional para avançar nos processos judiciais, subornos, ameaças e assassinatos para quem denuncia, etc. Depois de conhecidas as estratégias das Forças Armadas colombianas para aumentar os números de combate e liquidação de grupos armados fora da lei, graças ao escândalo das mães de Soacha em 2008, o sistema judicial colombiano ainda mantém processos abertos, poucos oficiais de alta patente têm sido processados, ainda há pessoas e corpos desaparecidos, não há retificação de identidades (os executados não eram guerrilheiros e não participaram em nenhum combate) e o mais grave é que voltaram no novo governo (2018 – 2022) as ditas estratégias para inflacionar números.

A maioria dos familiares das vítimas que pedem justiça e verdade são mães e esposas, que levaram os seus casos a tribunais internacionais, porque o sistema judicial da Colômbia não é eficiente e está pouco interessado em investigar e processar queixas contra o Estado e processos contra as Forças Armadas, que geralmente são protegidas pela justiça penal militar. Levar os casos aos tribunais internacionais significou o reconhecimento enquanto vítimas de crimes contra a humanidade, o que obriga o Estado colombiano a reparar, a fazer correções públicas nos casos dos jovens executados, a oferecer desculpas aos familiares das vítimas e à sociedade em geral, e a realizar ações de memória e verdade para evitar a repetição dos casos, embora existam muito poucos casos que tenham conseguido isso.

Uma das lutas mais importantes para as famílias das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos” é a retificação da identidade dos seus familiares, “a limpeza dos nomes”, porque os autores intelectuais das execuções em favor da sua defesa continuam a alegar que estes eram guerrilheiros e terroristas. Os familiares das vítimas têm constantemente de pedir em tribunal uma retificação. Martha Soto, diretora da delegação de Antioquia do Movice diz:

*Acredito que o dano maior que fazem às pessoas é o dano ao “bom nome” o fato de dizerem: “essa pessoa tinha um fúsil, tinha 10 kilos de dinamite para explodir uma torre de energia, ia*

*deixar a cidade sem luz” então não só dizem mentiras, também as exageram, a mentira acrescenta dor ao assassinato. (19 de Junho 2019, Medellín)*

Essa luta que é assumida como um trabalho constante é evidente através de ações com intencionalidade, que neste texto são nomeadas de “narrativas de sentido e sem sentido” e que também podem ser discursos, enunciados, com os quais os familiares das vítimas se identificam e se defendem. O trabalho em torno do luto, a busca pela verdade, a justiça e a reparação e a ajuda a outras vítimas fazem parte de um processo que não foi escolhido e que, de uma maneira ou de outra, permite a reconstrução ou reafirmação da identidade dos familiares das vítimas. As donas de casa, as mães, tornam-se defensoras dos direitos humanos, expõem a sua dor na esperança de que a população que não foi vítima direta desses crimes e do conflito armado interno os acompanhe no processo de trâmite da sua dor e na exigência de não repetição.

Essa luta move-se entre o individual e o coletivo, priorizando o último aspecto. São lutas construídas através de ações individuais, intuitivas, que buscam a verdade sobre o que aconteceu com os seus filhos e familiares; consolidam-se no coletivo, na união de casos, no reconhecimento da dor e do sofrimento, no desejo de serem ouvidos e na certeza de que, como coletivo podem lutar melhor e serem mais fortes, mais enérgicos.

Nos casos de “falsos positivos”, a verdade e a justiça aparecem como objetivos primordiais a serem alcançados. Em matéria de verdade, as famílias das vítimas exigem que o paradeiro dos seus familiares seja conhecido (em casos de desaparecimento forçado), as condições de morte enfrentadas pelo familiar e o reconhecimento da verdadeira identidade deste (eles não pertenciam a grupos fora da lei e não estavam em combate). No caso da justiça, essa busca é direcionada para o reconhecimento dos familiares das vítimas como vítimas, ou seja, a reparação completa e a ação penal dos responsáveis. No entanto na Colômbia as pessoas entendem mais a verdade como castigo para os responsáveis, Martha Soto diz:

*Esta é uma sociedade que ... foi ensinada que a justiça é a cadeia e nós temos entendido (Movice) que a cadeia não é justiça, ou seja a partir da cadeia continua-se a cometer crimes, que as prisões neste país não são centros de ressocialização senão escolas de criminalidade... então nós não sentimos que isso seja um castigo, acreditamos mais no tema da verdade como castigo, porque é importante que a sociedade conheça o que aconteceu, isso seria justiça. (19 de Junho 2019, Medellín)*

Esta procura de verdade e justiça só pode dar-se quando um trabalho de memória transcende a sociedade, que muitas vezes foi e é ainda indiferente. É uma luta que espera o respaldo da sociedade civil e a não impunidade por parte do Estado. Como refere a socióloga argentina Elizabeth Jelin no seu livro *Los trabajos de la memoria* (2002) quando reconcilia o conceito da justiça com as narrativas em torno do acontecido e as exigências de verdade e reparação que as vítimas fazem:

Há uma luta política ativa com respeito ao sentido do acontecido, mas também com respeito ao sentido de memória. O espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes esta luta é concebida em termos de luta “contra o esquecimento”: lembrar para não repetir. (p. 6)

Assim a procura de verdade e justiça nos casos conhecidos como “falsos positivos” faz-se através de pedidos formais perante a justiça penal, mas também mediante narrativas, que são iniciativas de memória e paz, porque para as vítimas esquecer significa a repetição do acontecido; da dor, da tortura e da dominação pela violência. O esquecimento e o silêncio não são entendidos como justos. A memória daqueles que padeceram a violência do Estado possibilita a permanência das suas histórias, são tempos presentes, memórias vivas, que adquirem novos compromissos: a aproximação à reconciliação, o reconhecimento de direitos, o castigo aos responsáveis e a promessa de não repetição. A justiça, assim, é o desejo de saldar as contas com o passado, para reconciliá-lo com o presente e o futuro.

Numa entrevista que Ludmila da Silva deu no encontro “Futuro da memória” organizado na Colômbia em 2017 ela refere:

A memória tem que servir de trabalho para chegar à justiça, à justiça com minúscula no sentido de reparar socialmente o que aconteceu, de poder entregar um perdão às vítimas. Mas também tem que chegar à Justiça com maiúsculas: que o Estado julgue aqueles que cometeram crimes contra a humanidade, nos que todos estamos involucrados, porque afetam-nos a todos, não somente aqueles que viveram a violência na primeira pessoa. (Pacifista TV, 2017).

O que se relata, na lista subsequente, são as exigências<sup>33</sup> que os familiares das vítimas dos “falsos positivos” têm feito em relação à procura de justiça, essa que Ludmila da Silva nomeia como justiça com maiúscula:

- Que os casos dos seus filhos não sejam julgados na JEP (Justicia Especial para la Paz), justiça que resulta das negociações em Havana, dentro do processo de paz (2016). As mães argumentam que os assassinatos dos seus filhos não foram o resultado de confrontos armados, foram execuções por parte do Estado e que por isso os autores materiais e intelectuais não devem gozar dos benefícios que outorga a JEP. Neste mesmo ponto reclamam uma justiça ordinária, não militar.
- Que os casos dos “falsos positivos” se conheçam com o nome que corresponde: execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, isto com o fim de reconhecer a magnitude do crime e a responsabilidade do Estado nos mesmos, pois foram assassinatos premeditados, a sangue frio, de civis inocentes.

---

<sup>33</sup> O resumo dessas exigências é baseado nas declarações ouvidas nas marchas e nas redes sociais.

- Que as identidades dos jovens assassinados seja a que corresponde, ou seja, que o Estado e as Forças Armadas da Colômbia retifiquem em público e em frente a todo o país que esses jovens e adultos não pertenceram a grupos armados subversivos e fora da lei.
- Que as condenações sejam também para os oficiais de alta patente, pois o que acontece é que os soldados que realizaram a execução são julgados, mas não os autores intelectuais.

Refere Omar Eduardo Rojas Bolaño, autor do livro *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia, 2002- 2010* (2017) que perante estas exigências das vítimas, os militares e os seus advogados, assim como as Forças Armadas centram o debate no seguinte:

Discursos para que as denúncias de execuções extrajudiciais sejam tomadas como falsas denúncias. Promoção de projetos legislativos para limitar o julgamento de assassinatos de civis feitos por militares. Ampliação da jurisdição militar. Ampliação das funções da polícia judicial para todos os integrantes das Forças Armadas. Traslado da jurisdição ordinária à penal militar das investigações de execuções extrajudiciais e vice-versa. Realização de ações ministeriais e de altos mandos militares tendentes a desacreditar as investigações judiciais. Enfoque em casos reconhecendo-os como erros militares. Exigência de maiores recursos para o aparato militar e policial. Implementação de um sistema de incentivos para que os integrantes das Forças Armadas não transgridam os direitos humanos. Atribuição de papéis policiais aos militares e de funções militares aos integrantes da polícia. Reforma do código penal militar. Implementação de um sistema de segurança cidadã cada vez mais militarista. Gritos e apelo ao apoio para que a sociedade acompanhe, cegamente, o agir das Forças Armadas. Tentativas de reestruturação das instituições militares. (p.29).

Através destes pontos é possível observar a forma de agir dos militares e das Forças Armadas, como instituições e funcionários do Estado, que estão pouco ou nada interessados nos processos de reparação das vítimas das execuções extrajudiciais, uma vez que centram a sua atenção na implementação de políticas e mecanismos que permitam a impunidade destes crimes contra humanidade e do agir indiscriminado com atos que eles acham que defendem o Estado e a paz.

Vários coletivos de famílias têm-se constituído por causa dos desaparecimentos forçados e das execuções extrajudiciais, e vários deles têm logrado ações que contribuem para que o crime seja visibilizado, denunciado, impedido em grande medida, no entanto o caminho em direção à justiça penal é longo; as garantias adquiridas no acordo estabelecido em Havana em 2016 estão em perigo, porque o novo governo, nas suas últimas ações e comunicados confirma não reconhecer o Acordo e favorece os altos patentes militares. Exemplo disso é a reforma da justiça que propõe o partido político ao qual o presidente atual pertence, que vai outorgar atribuições

judiciais ao congresso e ao procurador dos casos de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais que devem entrar para a tutela da justiça ordinária<sup>34</sup>.

María Teresa Villarreal Martínez (2016), investigadora mexicana associada à Universidade de Monterrey, diz que a origem destes coletivos está na luta individual de algumas mães e de alguns pais que decidiram visibilizar a sua dor nos espaços públicos para depois encontrarem outros que partilhavam a sua dor, constituindo assim coletivos de luta e de reclamação por justiça. A ação de estes coletivos de associar-se juntamente com organismos de direitos humanos tem sido importante, porque acrescenta força à luta e orienta-a. Porém, no contexto da América Latina e dada as condições e dinâmicas em torno dos delitos contra a humanidade (onde a impunidade é a constante, justamente por falta de legislação), o Estado muitas vezes não reconhece a participação das vítimas em termos de procura de justiça, por isso todo o caminho está a ser construído. Na Colômbia, a Lei 1418 de Vítimas e Restituição de Terras que foi criada pelo governo de Juan Manuel Santos em 2011, estima reparar as vítimas do conflito armado, no entanto os familiares dos “falsos positivos” não se consideram vítimas do conflito armado interno mas sim do Estado, por isso não desejam aderir ao sistema de justiça transicional que oferece a Lei citada.

O marco de ações políticas que procuram justiça, criação de leis que considerem os delitos contra a humanidade e a reparação de vítimas, são feitos dentro de uma ação coletiva e na criação de redes críticas que logram penetrar espaços jurídicos, sociais, oficiais e obter alterações a esses sistemas. A esse respeito Ibarra, Gomá e Martí citada por Villarreal Martínez (2016) mencionam os tipos de ações coletivas:

[...] de carácter simbólico quando conseguem alterações nos sistemas de valores e condutas sociais; interativo quando favorecem a emergência de novos atores políticos ou geram alterações na estrutura de representação política; institucional quando habilitam novos procedimentos administrativos e novos espaços de negociação com as autoridades; ou substantivo quando forçam a alteração de certas políticas governamentais.

A luta dos coletivos de familiares das vítimas dos “falsos positivos” localiza-se no carácter simbólico institucional e substantivo. No entanto, essa luta não é possível sem uma associação que reúna esforços, porque o caminho que têm de percorrer para encontrar o que entendem como verdade e justiça requer estratégias jurídicas e informativas, que lhes permita dar a conhecer os seus casos, para obter reconhecimento social e exigir a criação de leis ou normas vigentes. Esse reconhecimento social, que talvez procurem inconscientemente (mais pelo impulso), para que novos casos não apareçam, conseguem-no através de narrativas simbólicas e

---

<sup>34</sup> Pode-se consultar: <https://www.eltiempo.com/politica/congreso/el-proyecto-de-reforma-a-la-justicia-del-centro-democratico-273744>; <https://www.semana.com/nacion/articulo/reforma-a-la-justicia-del-centro-democratico-es-perversa-fomenta-la-impunidad-alejandra-barrios/584690>

atos públicos consecutivos, constantes, que evocam as memórias das vítimas. Na Colômbia a luta por reconhecimento social é enorme e muitas vezes vem só do estrangeiro, exemplo disso é o resultado do plebiscito de 2016, onde se perguntava aos colombianos se aceitavam o acordo estabelecido em Havana, e cujo resultado foi desalentador para as vítimas, já metade do país (52%) diz não o aceitar; simbolicamente foi uma negação do conflito e das vítimas. O silêncio, a negação e mesmo justificação são as atitudes de muitos colombianos perante a atrocidade das execuções extrajudiciais. Na voz dos perpetradores o discurso da reconciliação e do perdão muitas vezes gira em torno do esquecimento e da desvalorização, tendo como justificação a ideia de que os jovens assassinados e desaparecidos tinham sido guerrilheiros que deviam ser assassinados.

Com os resultados das ações das vítimas e no âmbito do acordo de paz, foi criado o Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación e No Repetición, que através de diferentes mecanismos judiciais e extrajudiciais procura:

A maior satisfação possível dos direitos das vítimas, responsabilizar-se pelo que aconteceu, garantir a segurança jurídica daqueles que participam do Sistema Integral e contribuir para assegurar a coexistência, reconciliação e não repetição do conflito e, assim, garantir a transição do conflito armado para a paz. (Oficina del Alto Comisionado para la Paz)

Os mecanismos judiciais que foram criados são: Comisión de Esclarecimiento de la Verdad, la Coexistencia y la No Repetición; a Unidad de Búsqueda de Personas Dadas como Desaparecidas en el Contexto y por causa del Conflicto Armado; a Jurisdicción Especial para la Paz; e medidas de reparação integral. Estas procuram plena reparação para a vítima em termos do direito à justiça, à verdade e à não impunidade, e estabelecer que crimes contra a humanidade não possam ser perdoados ou fazer parte de amnistias. Para além disso, procuram agilizar os processos judiciais defendendo que a sua natureza é excepcional e transitória. Os crimes cometidos até 2016 serão julgados pela Jurisdicción Especial para la Paz. Haverá três tipos de sanções: próprias, alternativas e ordinárias. As próprias são para quem assume total responsabilidade e diz a verdade sobre o que aconteceu, terá um conteúdo restaurador e reparador, e terão uma sentença de 5 a 8 anos de prisão. As alternativas serão impostas àqueles que aceitarem a responsabilidade tardiamente, antes de proferir sentença terão uma função de privação de liberdade de 5 a 8 anos. As ordinárias recairão sobre aqueles que não tinham aceitado a responsabilidade e foram considerados culpados pelo tribunal, e terão uma pena de privação de liberdade não inferior a 15 anos e não superior a 20. (Oficina del Alto Comisionado para la Paz).

A reparação integral a partir destes mecanismos é concebida em dois sentidos, o material e o simbólico, com ações concretas, como: compensação, restituição de terras, reabilitação, não repetição, a lembrar, nos casos em que corresponde, a reparação coletiva territorial; isto é uma

reparação às comunidades camponesas, indígenas, afro-colombianas, e todas aquelas que se constituem sobre figuras coletivas.

Os objetivos em relação à verdade contemplada no Acordo de Paz assinado em Havana em 2016 são:

Ajudar a esclarecer o que aconteceu e fornecer uma explicação abrangente da complexidade do conflito armado. Promover e contribuir para o reconhecimento das vítimas; da responsabilidade daqueles que participaram direta e indiretamente no conflito armado; e de toda a sociedade do que aconteceu. Promover a convivência nos territórios, através de um ambiente de diálogo e criação de espaços para ouvir as diferentes vozes. (Oficina del Alto Comisionado para la Paz)

### ***2.5. Movimentos sociais - ações coletivas***

Os movimentos sociais como conceito são analisados aqui a partir de uma perspectiva contemporânea, localizada no contexto latino-americano e colombiano. Santos (2001) aponta a dificuldade de enquadrar dentro da mesma análise conceptual a diversidade de movimentos sociais que surgem na América Latina após a transição para novas democracias (anos 80 - 90 em diante). Com esta dificuldade latente este trabalho terá como eixo central o conceito de “novos movimentos sociais” que desenvolve Santos. O sociólogo português menciona as frentes de luta que esses novos movimentos sociais enfrentam, modelos novos e eficazes de opressão: “a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou produtivismo” (2001, p. 178), sob o lema de obtenção de cultura e qualidade de vida, da transformação das condições primárias e presentes dos cidadãos e, em alguns casos, como nos movimentos ecológicos e nos de defesa dos direitos humanos, responsabilidades intergeracionais.

Santos (2001) faz uma distinção entre os movimentos sociais e os novos movimentos sociais, estes últimos diferem dos primeiros principalmente por:

- A luta não é apenas política, é principalmente pessoal, social e cultural.
- Defendem uma democracia participativa.
- Já não se limitam a exigir o cumprimento dos direitos; as lutas são direcionadas para a transformação global e estrutural das condições e modelos de desenvolvimento ou a transformações específicas.
- Os novos movimentos sociais querem questionar mais a sociedade civil do que o Estado, enquanto ainda o questionam. (p. 180)

Não há pureza nos novos movimentos sociais diz Santos (2011) isto é, não estão constituídos por uma única classe social e não respondem a uma luta específica, neles convergem distintas classes e várias frentes de luta, isto devido ao sentido de ação coletiva e as relações sociais que estes estabelecem, muito menos na América Latina, onde a complexidade dos conflitos e a desigualdade os determinam: “Assim, os movimentos sociais com as inúmeras energias que incluem enriquecem-se-me, em sua constituição, a partir de formas orgânicas de ação social para o

controle do sistema político e cultural, até formas de transformação e participação cotidiana da auto-representação corporativa.” (Santos, 2011, p.181). Neste sentido, Emilia Brito Valdés (2017) menciona algumas características dos novos movimentos sociais na América Latina:

- Constituem movimentos que expressam um forte conteúdo de identidade, a deixar de fora a pertença a classes sociais.
- A rejeição dos partidos políticos, sem que isso seja exclusivo.
- Expressam um alto grau de exclusão social (movimentos indígenas, camponeses, vítimas).
- Experimentam novas formas de expressão, originais, moldados em práticas artísticas, simbólicas ou de grande impacto, etc.
- Há um papel de liderança das mulheres, não em todos os casos, porque, pelo contrário, há casos de estigmatização. (p.57)

Outro conceito que se adapta ao contexto latino-americano é o de Alain Touraine (2006), que coloca a ideia de conflito no centro da discussão, portanto: “O movimento social é o comportamento coletivo organizado de um ator que luta contra o seu adversário pela direção social da historicidade num coletivo específico” (p. 255). Os movimentos sociais analisados como conflitos têm um adversário e um objetivo a ser alcançado, são apresentados como uma combinação de princípios: de identidade, oposição e totalidade. Luta-se em nome de alguém, contra alguém e num campo específico (ibidem, p. 259). Touraine menciona que, quanto mais articulados esses três princípios forem no movimento social, mais a capacidade de ação histórica será forte. Também afirma que os movimentos sociais não intervêm sozinhos, estão inseridos num sistema, e respondem a reivindicações, pressões, crises e rupturas, e por isso dão origem a diferentes tipos de luta, sendo o movimento social o mais importante, ou seja, para Touraine os movimentos sociais são um dos tipos de luta (ibidem, p. 262). Touraine condiciona a luta a três aspectos: 1) Deve ser dirigida em nome de uma população específica; 2) deve estar organizada e não pode existir apenas no nível da opinião; e 3) deve lutar contra um adversário que pode ser representado por um grupo social.

Essas características respondem a movimentos associados à defesa dos direitos humanos, que surgem como resposta à inação e ineficiência dos atores que detêm o poder. Salvador Martí I Puig (2004) menciona que os movimentos sociais afetam diferentes áreas políticas:

- Na esfera simbólica, porque é um sistema de narrativas que visa criar novos registros culturais, explicações e prescrições de como certos conflitos são expressos socialmente e de como o status quo “deveria” ser redesenhado.
- Na esfera interativa, porque é um ator político que afeta o conflito social e visa mudar a correlação de forças numa área particular do conflito;
- Na esfera institucional, porque afeta e impacta (transforma ou realça) os espaços que regulam e canalizam os comportamentos dos atores por meio de ações não convencionais e contenciosas;
- Na esfera substantiva porque é um instrumento de mudança da realidade. (p. 95)

No caso aqui analisado, as vítimas de “falsos positivos”, pode-se dizer que na Colômbia surgiram vários movimentos sociais em resposta à violência desencadeada pelo conflito armado, quase todos constituídos por vítimas do Estado e de grupos ilegais (guerrilhas, paramilitares,

narcotraficantes). O primeiro e um dos mais importantes, pelo número de participantes e ações em diferentes territórios, é o Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado), fundado em 2005 no âmbito da criação da Lei de Justiça e Paz (Lei 975 de 2005). Nesta pesquisa trabalhou-se com o Movice, entre outras fontes, porque dois dos três entrevistados pertencem a este movimento e porque as ações do movimento nas delegações de Bogotá e Antioquia foram acompanhadas durante a investigação. O movimento autodenomina-se como:

[...] um processo organizacional que reúne mais de 200 organizações de vítimas de desaparecimento forçado, execuções extrajudiciais, assassinatos seletivos e deslocamento forçado, além de organizações de acompanhamento e defensores de direitos humanos. Tem 14 anos de existência e presença territorial em 15 departamentos do país. (movimientodevictimas.org)

A criação e as ações deste movimento datam de 1996, onde um grupo de organizações de direitos humanos decidiu criar o projeto *Nunca más* “que impulsionou o trabalho de investigação, criação de metodologias e análise de informações sobre crimes de Estado cometidos em todo o país” (movimientodevictimas.org). Os objetivos definidos e transformados em ações concretas respondem aos desenvolvimentos conceptuais de Touraine (2006) Puig (2004) e Brito Valdés (2017). O Movice está composto por “organizações de sobreviventes, familiares de vítimas, organizações sociais, políticas e jurídicas” (movimientodevictimas.org), que incluem organizações étnicas, camponesas e sindicais e cujos membros foram vítimas. Isso significa que a identidade do coletivo recai sobre a figura da vítima e do sobrevivente, deixando de lado a identidade da classe social. Vale a pena mencionar que a maioria das vítimas que deixou o conflito armado na Colômbia são habitantes rurais de classes populares: camponeses, indígenas e afro-colombianos que, por causa da guerra, tiveram que se deslocar forçosamente, o que os deixou numa situação de maior pobreza e desigualdade.

O Movice procura a transformação histórica do país “através da luta frontal contra a impunidade por crimes e violações de direitos humanos, perpetrada pelo Estado através da sua estrutura militar e paramilitar e outras expressões de terrorismo de Estado” (movimientodevictimas.org). Aqui vários aspectos podem ser apontados: o movimento social definido por Touraine (2006) encaixa-se perfeitamente porque um movimento social procura fomentar a capacidade da sociedade de agir sobre ela mesma. No caso específico da Colômbia, luta para que deixem de existir violações dos direitos humanos, impunidade e sistemas políticos e económicos repressivos onde a vida é desprezada e não tem valor. Claramente, estabelece-se um adversário, que é o Estado e os seus mecanismos de terror contra a sociedade civil, também são colocadas exigências específicas: a não continuidade das violações dos direitos humanos, a defesa da vida, “o desmantelamento de todas as estruturas de guerra, a desmilitarização da vida civil e a

assinatura imediata de acordos humanitários que diminuam o impacto do conflito armado contra a população” (movimientodevictimas.org).

O Movice tem como objetivo a solidariedade para com todos aqueles que procuram uma vida digna e exijam verdade histórica, justiça, reparação integral e não repetição. Nesse sentido, a luta é direcionada não apenas para o campo do político, mas também para o pessoal, social e cultural. No âmbito das suas exigências, o Movice propõe que as vítimas sejam reconhecidas como sujeitos políticos nos quais “os direitos à oposição, à organização e à dissidência sejam garantidos” (movimientodevictimas.org), em suma, para estabelecer condições que possibilitem uma verdadeira democracia participativa.

O Movice tem uma série de estratégias que lhe permitem consolidar os seus quadros de ação e os seus campos de luta, o que o leva a ultrapassar o plano da opinião. As estratégias são elaboradas para combater os crimes contra a humanidade e a ineficiência e a inação do Estado contra eles. Assim, elaboram-se estratégias judiciais, de memória, de apoio solidário às vítimas, de luta contra o desaparecimento forçado, contra o genocídio político, e estratégias organizacionais. O Movice influencia o campo simbólico porque, por meio de ações com intenção (“narrativas de sentido e sem sentido”), cria novas explicações sobre “como certos conflitos se expressam socialmente e como o *status quo* deveria ser redesenhado” (Martí I Puig, 2004, p. 95). Assim, por exemplo, sobre o conflito armado interno na Colômbia eles invertem o significado que para a maioria da sociedade colombiana este tem: na Colômbia “boa parte dos crimes contra os movimentos sociais e populares são devidos a interesses políticos e económicos de grandes grupos nacionais e internacionais” e essa violência sociopolítica e estatal origina o conflito, isto é, não é um produto do conflito armado. Essas definições e narrações sobre o que é assumido como verdade histórica e o que se opõe a um movimento como o Movice expressam-se através de estratégias não convencionais, que também entram em jogo como a arte.



Fotografia 9. Mural público de Movece na Universidad Nacional de Colombia (Abril, Bogotá).

O Movece também trespassa as esferas interativa, institucional e substantiva, porque se concebe como ator político coletivo com intenções específicas e metas estabelecidas que tem alcançado, ao longo dos anos, significativas transformações sociais no sistema de valores, opiniões e atitudes perante as vítimas do Estado e dos grupos ilegais. Uma realidade dentro deste e de outros movimentos sociais de vítimas, representados em associações e coletivos, é a capacidade de afirmação, reconstrução e transformação da identidade, que é fortalecida por práticas de solidariedade e assistência a outras vítimas. María Arango diz:

*Eu considero-me uma mulher forte, mas pertencer ao Movece e ao Coletivo Jurídica Libertad dá-me muito, é uma aprendizagem grande, de mim mesma também, eu não sabia que me podia exprimir como o faço agora. Eu sempre digo para mim, o coletivo é uma escola, que me possibilita as ferramentas para continuar esta luta... para me defender (4 de Junho 2019, Medellín).*

### 2.5.1 Movimentos sociais de mulheres



Fotografia 10. Captura da peça de teatro: “Antígona, tribunal de mujeres”. Corporación de Teatro Sala Seki Sano (13 de Abril de 2019, Bogotá).

Na América Latina e na Colômbia, durante os anos 70 e 80, o estudo sobre os movimentos de mulheres focou-se em diferenciar se eram feministas ou não, que depois ficou expresso nas funções e objetivos que esses movimentos estabeleceram com respeito à luta. Assim, movimentos maternalistas (Mães Plaza de Mayo), de sobrevivência, de interesses estratégicos ou práticos começaram a ser enunciados nos movimentos femininos (Lamus, 2007, p. 123). Essa diferenciação levou a esclarecer os objetivos de um movimento feminista e um de mulheres cujos interesses não se enquadram exclusivamente na luta contra o hétero-patriarcal; no entanto, essa diferenciação originou posições que afirmaram que o inseparável não deveria ser separado, uma vez que as lutas das mulheres eram e são, em certo sentido, direcionadas para reivindicações feministas.

É necessária uma abordagem dos movimentos de mulheres quando se trabalha na questão da ação coletiva e da luta pela reivindicação dos direitos humanos, que as vítimas fazem na Colômbia. Essa necessidade surge do número de vítimas femininas deixadas pelo conflito armado, cerca de 4.200.000 mulheres sofreram a guerra, em diferentes esferas, por diferentes motivos, com vários tipos de violência e por vários atores armados (unidadvictimas.org). No caso específico do que se conheceu como “falsos positivos” em 2008, as vítimas diretas, a excluir os executados e desaparecidos, foram milhares de mães, esposas, filhas, irmãs, etc., especialmente aquelas que cuidaram e ainda estão encarregadas de procurar os corpos dos seus familiares, exigir justiça, reivindicar a verdade e garantir através do seu testemunho, de narrativas de memória e luta, a não repetição. Ou seja, a participação das mulheres nesses movimentos de vítimas é mais ativa e constante. As quatro pessoas entrevistadas (três mulheres

e um homem) coincidiram em afirmar que a participação e a luta das mulheres estão marcadas pelo carácter insistente, paciente e constante, diferente do dos homens, que “*desejam tudo já, ficam cansados rapidamente, estes processos judiciais demoram anos a resolver-se... e eles não têm paciência... mas além disso têm vergonha de expor a sua dor em público*”. (María Arango, 4 de Junho 2019, Medellín).

O escândalo e o conhecimento sobre o que as Forças Armadas colombianas estavam a fazer com jovens civis em todo o território deveu-se à busca incansável de 16 mães pelo paradeiro dos seus filhos: o caso conhecido como “falsos positivos de Soacha e Bogotá”, mães que encontraram os corpos dos seus filhos, identificados como guerrilheiros mortos em combate, em cemitérios clandestinos a 750 quilómetros das suas casas. Graças a essa revelação de crimes contra a humanidade, começaram os processos por desaparecimentos forçados e casos de execuções extrajudiciais; começou a ser conhecida a magnitude da barbárie. A reação natural após o que aconteceu foi a exigência de verdade, de reivindicação dos nomes e identidades dos seus filhos, uma luta complexa pela não repetição de casos e um acompanhamento e solidariedade para com as mães e familiares que sofreram a mesma violência estatal. Nesse contexto de luta das mulheres e na questão das “narrativas de sentido e sem sentido”, cria-se a necessidade de contar como surge um movimento de mulheres vítimas, o que a participação nesses movimentos significa para elas na sua vida pública e privada e qual é a sua função na reconstrução da identidade e da vida.



Fotografia 11. Marcha cujo objetivo foi exigência da detenção de assassinos a líderes sociais, aqui uma associação de mulheres exige a detenção de assassinos de “lideresas” (26 de Julho 2019, Bogotá).

Um movimento de vítimas em geral surge instintivamente, Martínez (2010) relata o caso de Las Madres de la Candelaria que começaram a marchar pela libertação de soldados sequestrados pelo ELN (Exército de Libertação Nacional) e pelas FARC (Forças Armadas da Colômbia), ao qual se juntaram mais vítimas de diferentes crimes e diferentes atores, dada a visibilidade que essas marchas e mobilizações começaram a ter.

No geral, esses movimentos constituem-se como associações de familiares de vítimas, que encontram escuta e voz em pessoas que sofreram as mesmas circunstâncias de violência e guerra. Quando as vítimas identificam semelhanças nos seus casos e encontram pontos em comum nas suas condições de vida, iniciam um árduo trabalho de reconstrução, transformação e fortalecimento da identidade, que às vezes não é consciente e que é um processo vinculado ao trabalho individual de luto. Condições de vida semelhantes, neste caso, mulheres e homens de classes populares, com ensino médio, alguns deslocados à força dos seus territórios, envolvidos em atividades agrícolas ou industriais ou trabalho doméstico, permitem a construção de uma identidade, que como diz Martínez (2010) é o que os diferencia do outro. Esse espaço de situações partilhadas e similares possibilita um encontro onde não há espaço para julgamento, para a estigmatização que recai sobre a vítima (“por algo foi”), pelo contrário é um espaço para ouvir a dor, de conforto, unidade, solidariedade e de procura de alternativas para as dificuldades legais dos seus casos.

*Sem o apoio desta família grande, que como família tem problemas... dificuldades... encontros violentos, a luta não é possível, porque você não pode lutar sozinha, a sua voz é fraca, mas a voz de muitas pessoas a reclamar o mesmo faz barulho, não é? (Martha Soto, 19 de Junho 2019, Medellín)*

A presença feminina nesses grupos de vítimas é a maioria, o que não exclui a participação de homens, que se têm gradualmente ligado. Deve-se notar que as mulheres que participam desses espaços coletivos e de construção da comunidade não reconhecem o feminismo como um dos seus pilares estruturais, embora reconheçam que há uma maior persistência por parte das mulheres nesse tipo de luta, pelo caráter da mulher.



Fotografia 12. Marcha pela paz. Red Nacional de Mujeres Defensoras (26 de Julho 2019, Bogotá).

Embora não haja consciência ou identificação completa com os movimentos feministas, há uma reavaliação e ressignificação de práticas associadas às mulheres, um exemplo disso é o “Costurero de la memoria: kilómetros de vida y memoria”, um grupo que, através do conceito de tecido desenvolve uma série de atividades que vinculam as vítimas do Estado e o conflito armado em geral. A sua ação estende-se por todo o território colombiano e por espaços internacionais. Todas as quintas-feiras, cerca de 20 mulheres, incluindo as do coletivo Mafapo (Movimiento de Madres de Falsos Positivos de Soacha y Bogotá), reúnem-se no Centro de Memoria, Paz y Reconciliación do Distrito de Bogotá para tecer, bordar, costurar, partilhar um espaço cujo objetivo principal é a reconstrução da “memória histórica das vítimas do conflito armado e, em geral, a violência sociopolítica da Colômbia, com a perspectiva de incidência e denúncia política, e reivindicação de direitos, pela verdade, justiça, reparação e não repetição e promover um trabalho terapêutico e de cura” (facebook.com/costurerodememoria). Esses objetivos são alcançados com ações como: testemunhos e oficinas em universidades e escolas, circulação nacional da costureira, apresentar e vincular novas vítimas ao coletivo, além da realização de oficinas, exposições dos resultados das oficinas, instalações de tear e “arpilleras” em espaços e datas específicos.



Fotografia 13. Exposição na rua de uma “arpillera” feita por mulheres do Movice e do “Costurero de la memoria: kilómetros de vida y memoria” (24 de Maio, Centro de Bogotá).

Outro aspecto que aborda as estruturas conceituais dos movimentos feministas é a reivindicação da vida realizada por mães e esposas, por quem cuida do lar e da família, por quem protege os filhos que é extensível à participação nestes coletivos e na partilha da luta; isto é, reclama-se uma maternidade social (Martínez, 2010, p.15) onde filhos não-próprios são adotados, onde se

assume o papel de mãe de desaparecidos, sequestrados, estuprados e onde a proteção e os cuidados com a vida não são apenas para os familiares. É uma reafirmação da maternidade que, a partir do papel da mãe também é questionada, porque além do fato de que as mulheres lutam nas ruas pelas lembranças dos seus familiares, têm que enfrentar a sua família devido à mudança no papel de mães, elas não são agora as mulheres que ficam em casa, que cuidam dos seus filhos, que pedem licença para sair aos seus maridos; são mulheres livres, que têm voz, voto e decisão sobre sua vida e o seu corpo, e não apenas nas ruas.

Martínez (2010) cita Offen para mencionar que no âmbito da defesa dos direitos individuais das mulheres e nos movimentos que constituem, não é necessário aderir ao feminismo ou proclamar o gênero como identidade, e que isso no entanto não os exclui de serem feministas. O argumento da perda de autonomia com a maternidade não é válido para algumas mulheres e, ao contrário, reafirma a sua posição em relação ao feminino e à luta. No contexto da guerra, a prioridade das mulheres é a busca pela paz; portanto, as fronteiras entre o que é e o que não é feminista não são vistas como prioridade.

A participação nesses coletivos e tudo o que isso implica proporciona à vítima uma reconstrução e afirmação de sua identidade após um evento traumático, como já foi mencionado. Ou seja, há uma transformação do privado a partir do público, que permite processos de força, perda de medo, acesso a formação e, especialmente, uma transformação da linguagem, um empoderamento que permite às vítimas realizarem-se. Essa transformação da identidade também acontece no seio dos coletivos, onde a luta também se transforma, apropria novos conceitos, prioridades e estratégias.



Fotografia 14. Performance de mulheres sobre a paz na Plaza de Bolívar (praça principal de Bogotá) (8 de Março 2019).

### 3. METODOLOGIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO

As ferramentas metodológicas que permitiram o alcance dos objetivos abordados nesta tese são:

- Histórias de vidas temáticas, realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante moderada<sup>35</sup> e registo fílmico.
- Análise do discurso, uma ferramenta dos estudos literários, que permite examinar, por meio de uma leitura crítica dos testemunhos e do material coletado, elementos e tópicos fundamentais na história de vida das famílias das vítimas, principalmente nas narrativas e nas ações realizadas pelas famílias das vítimas.
- Arquivo e documentário interativo, ferramentas que a partir da antropologia visual, contribuem para a análise e a visualização das ações e narrativas das vítimas.

Apresenta-se de seguida, um breve desenvolvimento conceptual sobre as ferramentas metodológicas utilizadas, seguida de uma seção sobre a experiência de trabalho de campo, a fim de fornecer reflexão sobre a abordagem metodológica da pesquisa que permita compreender a análise proposta sobre as ações e narrativas das vítimas.

#### ***3.1. Histórias de vida temáticas***

*Narrar a vida não é esvaziar uma sucessão de eventos vividos, é fazer um esforço para entender o passado, o presente e o que ele contém como projeto.*  
Teresa Valdés

Esta ferramenta metodológica tem origem em métodos utilizados pela psicologia e psiquiatria, onde os pacientes são questionados sobre a sua história de vida, a fim de rastrear a origem das doenças e traumas. Nas ciências sociais foi estabelecida como uma ferramenta de pesquisa metodológica no início do século XX, especialmente no campo da sociologia e da antropologia, uma técnica que se usou como método para preservar a memória de uma determinada comunidade, especialmente a partir dos relatos dos avós (Veras, 2010, p.149).

---

<sup>35</sup> É uma observação que se bem envolve a participação do pesquisador, esta mantém uma distância com os contextos e os indivíduos estudados.

Esta técnica perdeu relevância com o advento da estatística como método científico considerado mais objetivo para as ciências sociais, contudo a percepção da objetividade dos números foi rapidamente superada. A escola brasileira de sociologia, liderada por Fernandes (1971) e Pereira de Queiroz (1991), defendeu o uso desta técnica, tecendo relações e diferenças conceptuais entre história oral<sup>36</sup> e história de vida, biografia e autobiografia. A história oral é constituída por um conjunto de histórias sobre um evento específico e a história da vida como um gênero principal, em que a voz do protagonista narra a sua existência ao longo do tempo, as suas experiências significativas e os eventos ou ações que o registam num coletivo (Pereira de Queiroz, 1991, p. 6). A biografia e a autobiografia diferem basicamente pela mediação do pesquisador. A biografia e a história da vida relacionam-se quando se passa do relato exclusivo do indivíduo (biografia) para o seu contexto social ou a sua pertença a um coletivo (história da vida). Martins (1998) afirma que o pesquisador deve considerar na biografia e na história da vida as ruturas que o indivíduo experimenta nos seus campos sociais, culturais e pessoais, porque isso visibiliza as transformações sociais, os pontos altos na crise e o que isso significa na vida das pessoas e finalmente a transformação das identidades (p. 92).

McKernan (1999) afirma que as histórias vitais de vida são uma ferramenta de pesquisa qualitativa que permite analisar as experiências e reflexões que o indivíduo ou um grupo específico faz sobre elas. Essas histórias podem ser analisadas a partir de todo o tipo de material: áudios, vídeos, cartas, fotografias, arquivos, que, por sua vez, permitem uma análise mais profunda e são fundamentais para o exercício de interpretação (p.157). As histórias de vida devem ser conduzidas pelos protagonistas, daí a tarefa do pesquisador: analisar que pontos são decisivos para o indivíduo na sua história, ou seja, descobrir quais são os mais importantes, quais o configuram.

McKernan (1999) também estabelece os diferentes tipos de história de vida: completas, temáticas e editadas. As completas têm três características: “as histórias de vida da própria pessoa; o ambiente cultural em que essa pessoa e outras pessoas respondem; e a sequência de eventos” (ibid., p. 158). Nesta tese usa-se a história de vida temática que compartilha características da história de vida completa, mas que se concentra num tema, evento ou num

---

<sup>36</sup> Para Paul Thomson (2000), a história oral num sentido amplo é “a interpretação da história, das sociedades e das culturas nos processos de mudança através da escuta e gravação das memórias e experiências de seus protagonistas [...] é um método [...] interdisciplinar, uma espécie de cruzamento de caminhos entre a sociologia, a antropologia, a história, a análise literária e cultural. Por outro lado, para Passerini (1985), a subjetividade é um elemento fundamental na história oral, onde é possível ver representações coletivas com crenças e mitos, atitudes mentais e emocionais, visões de mundo e identidades culturais incorporadas nas tradições escritas e orais.

processo específico, neste caso: a execução extrajudicial e / ou o desaparecimento forçado de um membro da família, as consequências desse crime (trauma) e o processamento da dor (luto).

A história de vida, como metodologia qualitativa de pesquisa, é realizada por meio de várias técnicas de recolha de dados: entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, conversas, coleta de materiais de arquivo, gravação audiovisual, observação participante moderada, etc. Após a recolha de dados realizada por vários métodos, é necessário realizar uma análise e interpretação que permita ao pesquisador compreender a história de vida e extrair as informações que considerar necessárias para o seu tópico de pesquisa. Segundo Molano (1998), as histórias de vida devem respeitar a voz e a linguagem do narrador individual, para não perder a riqueza e a cor nelas explícitas, uma vez que essa “linguagem direta é o grande instrumento de análise” (p. 103).

Molano (1992) estabelece dois momentos nas histórias de vida: o primeiro é o da captura, onde a escuta é fundamental, uma verdadeira escuta que não esteja viciada por preconceitos, desejos, críticas, distâncias, mas atenta à história do outro. Um segundo momento é o da análise, o da interpretação, o da reescrita, onde a intuição está envolvida, a relação que foi estabelecida com as pessoas e um processo analítico e crítico, que não está longe da criação, a esse respeito Molano diz:

Acredito que, no final, há algo, o digo sem pretensões, na elaboração da história de vida, há algo criativo, há algo que relaciona esse trabalho intelectual com o trabalho de um artista, ou seja, é necessário criar, e não devemos ter medo da criação, nem podemos ceder à intimidação pelo “coco (monstro)” da subjetividade. Não devemos ter medo da subjetividade, acredito que as histórias de vida devem escapar do campo de ação puramente intelectual, para procurar campos de trabalho mais emocionais; o que a história da vida deve reivindicar é uma estrutura emocional como um todo, deve colocar em primeiro plano os sentimentos das pessoas e deve olhar entre suas cores e não entre o plano frio da elaboração intelectual puramente teórica. (1992)

Estas histórias de vida, como Molano as coloca, atuam como uma contraposição à história oficial, dão conta de representações imaginárias e simbólicas e estão enquadradas num contexto específico o qual elas também questionam e expressam, geralmente entregando sentidos através das comunidades, coletivos e movimentos sociais (Puyana & Barreto, 1996, p. 185, 186).

As histórias de vida desta tese levam em consideração as ações dos familiares das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos”; ou seja, elas abordam a partir da voz do familiar as próprias ações em torno do evento que despoleta o processo, a execução extrajudicial e/ou desaparecimento forçado e, em menor grau, a vida da vítima, destacando que isso é decisivo para analisar o caso e a história de vida do familiar vítima. García (2018) menciona que os conceitos de testemunho, memória e identidade são combinados na metodologia da “história da vida”, de modo que devem ser levados em consideração no momento da análise e interpretação (p.71). García também menciona as etapas que devem ser consideradas na metodologia da

história de vida: “criar uma linha do tempo da história; desenvolver os tópicos mais interessantes relacionados com a vida da pessoa; organizar a história; determinar o comprimento e a escrita da história; apresentar a história de vida” (p.72).

Com essas etapas determinam-se outras metodologias de investigação que explicam as ações realizadas pelos familiares das vítimas; assim, nesta tese a análise do discurso criará uma linha do tempo da história, desenvolverá e analisará os tópicos mais interessantes e organizará a história, apoiada pelo registo audiovisual dos testemunhos e pelo acompanhamento das atividades (observação participante moderada). Os conceitos de arquivo e documentário interativo serão as ferramentas com as quais serão apresentadas as histórias de vida e as ações das famílias das vítimas.

### ***3.2. Análise do discurso***

A análise do discurso é um campo dos Estudos Literários e das Ciências Sociais que teve vários desenvolvimentos teóricos nas últimas décadas; parte de conceitos e procedimentos da linguística, como as dimensões semântica, sintática e pragmática do discurso oral e escrito ou a narrativa, retórica, análise de conversas, entre outros. Mais do que uma escola ou disciplina especializada, um dos seus expoentes mais reconhecidos define-a como “uma tentativa de oferecer um “caminho” ou “perspetiva” diferente de teorização, análise e aplicação em todo esse campo de pesquisa” (van Dijk, 1999a, p. 22).

Um dos pressupostos da análise do discurso é o de que as palavras são mais que sons articulados, como sempre foram concebidos, e que, pelo contrário, podem ter um impacto direto na realidade, ou seja, podem transformá-la:

Em particular, a partir das obras de John L. Austin e John Searle, argumentou-se que (em alguns casos) as palavras são “fatos” e devem ser tratadas de acordo com isso. [A análise do discurso] é a disciplina que lida precisamente com o que esses autores chamam de “atos linguísticos ilocucionários”, ou seja, naquelas ocasiões em que “dizer” é “fazer”. (Estrada Gallego, 2001, p. 41)

Por exemplo, a sentença de um tribunal são palavras escritas, mas elas têm repercussões muito concretas na realidade, como a privação ou não da liberdade, entre outras ações punitivas; dizer “sim” num casamento tem implicações para toda a vida, assim como a promulgação de uma lei transforma a realidade de muitos indivíduos, entre outros casos.

Essa dimensão ilocutiva do discurso também é conhecida como “ato de fala” e é relevante para a análise social em contextos de conflito armado, porque permite identificar “os mecanismos que “convertem” palavras em ações, ou seja, quando a retórica transforma as ações dos homens,

quando o discurso “faz” com que as coisas possam ser diferentes, enfim, levam a ideologia subjacente ao discurso e às práticas sociais ao laboratório analítico” (Estrada Gallego, 2001, p. 42). Assim, ao perceber as estratégias para fins pragmáticos latentes num discurso (ato de fala ou ato ilocutivo), os interesses e ideologias subjacentes a esta também podem ser identificados. Outra consideração a ser feita é a de que os discursos em contextos de conflito e pós-conflito são ricos em atos ilocutivos, como ordens, promessas, ameaças, reclamações e acusações contra inimigos ou antagonistas, pedidos de perdão, confissão de verdade, provações, convicções, reconstrução da memória, entre outros processos sociais de natureza discursiva. Nesta tese, o foco da atenção são os depoimentos das vítimas sobre o que aconteceu com os seus familiares e as ações que realizaram para fazer o luto e a exigência de verdade, justiça, não repetição e reparação; isto é, a análise do discurso é sobre os testemunhos das narrativas e das próprias narrativas, entendidas estas como atos de fala.

O referido anteriormente mostra que a análise do discurso tem uma dimensão crítica e política, o que não significa que seja “não científica”; além disso, Teun van Dijk acredita que toda pesquisa é política, mesmo que não tenha nada a ver com problemas sociais e, como resultado,

[...] o desenvolvimento da teoria, descrição e explicação, também na análise do discurso, são “situados” sócio politicamente, gostemos ou não. A reflexão sobre o seu papel na sociedade e na vida política torna-se assim um constituinte essencial da empresa do discurso analítico. (van Dijk, 1999a, p. 22)

Para entender as dimensões políticas dos atos de fala, devemos lembrar algumas considerações de van Dijk (1999b) sobre a análise do discurso político (ADP). Em primeiro lugar, o autor indica que inevitavelmente todo discurso é de alguma forma um tipo de ação política e parte do processo político, levando em conta a dimensão ilocutiva que já abordámos; no entanto, e apesar dessa condição, os discursos específicos estudados pelo ADP devem ser identificados, caso contrário, qualquer ato de fala seria considerado suscetível de análise política. Van Dijk identifica uma condição para que um discurso possa ser considerado político: é um texto que tem um papel funcional direto dentro de um tipo de ação política e está incorporado num processo político. É essa condição que nos permite distinguir um discurso político de um discurso no campo da educação, saúde, negócios ou academia, e está intimamente relacionado com a natureza ilocutiva do discurso. Assim, um discurso político é aquele que utiliza estratégias textuais para promover certas mudanças na realidade social (seja opinião pública, estruturas económicas etc.), enquanto o ADP é uma perspectiva teórica que permite enriquecer a compreensão de eventos políticos e comunicativos a partir da análise de estratégias discursivas tais como sintaxe, léxico, semântica (conteúdo), figuras retóricas, estruturas de expressão (tom de voz, volume), pragmática (interferência na realidade), entre outros.

Outra abordagem da análise do discurso, também cunhada por van Dijk, é a análise crítica do discurso (ACD), que partilha com o ADP a intenção de descobrir estratégias de dominação e controle social, embora amplie o seu espectro de análise para outros discursos políticos não rigorosos, como os dos média, academia ou conversas quotidianas. Esta abordagem oferece outras ferramentas conceptuais e de análise relevantes para o presente trabalho. Primeiro, a ACD também tem um carácter político marcado:

[Pesquisadores críticos] aspiram produzir conhecimento e opiniões, e se comprometem em práticas profissionais que podem ser úteis em geral dentro de processos de mudança política e social, e que apoiam, em particular, a resistência contra o domínio social e a desigualdade. O que significa que eles estarão com frequência ao lado dos diferentes grupos e pessoas socialmente dominados no mundo, por quem preferirão trabalhar e com quem declararão solidariedade. (van Dijk, 1999a, p. 24)

Além disso, a ênfase da ADC nos problemas sociais e na desigualdade do poder político exige abordagens multidisciplinares, uma vez que “o uso da linguagem, discursos e comunicação entre pessoas reais possui dimensões intrinsecamente cognitivas, emocionais, sociais, políticas, culturais e históricas” (van Dijk, 1999a, p. 24). Essa necessidade de expandir os horizontes teóricos e conceptuais, que combina as abordagens de várias disciplinas, também tem sido constante neste trabalho.

Uma terceira característica da ADC é que transcende outros tipos de análise do discurso, uma vez que não se limita à descrição, promove uma explicação funcional da realidade “[...] que vai além dos limites da frase e além da ação e interação, e que tenta explicar o uso da linguagem e do discurso também nos termos mais extensos das estruturas, dos processos e das restrições sociais, políticas, culturais e históricas” (van Dijk, 1999a, p. 24).

Para cumprir esse último objetivo, van Dijk acredita que deve colmatar-se as lacunas entre o que é tradicionalmente considerado como “o micro” e “o macro”, percebendo o primeiro como as interações dos atores sociais num “nível micro” da ordem social, enquanto o segundo se refere aos grupos e relações dos grupos com o poder social. Por tanto, propõe três dimensões dos “atos de fala” que devem ser considerados na perspetiva da ADC:

- Participação num grupo. Refere-se à condição que têm os atores sociais que emitem os discursos como indivíduos, mas ao mesmo tempo como membros de diferentes comunidades; quem escreve um relatório pode fazê-lo como mulher, como afrodescendente, como colombiana, como pertencente à classe média, entre outras identidades que se manifestam implícita ou explicitamente no discurso.
- Relações entre ação e processo. Da mesma forma, um ato de fala particular não deixa de ser uma ação relacionada com outras num processo; por exemplo, a escrita de um

relatório refere um trabalho diário numa sala de imprensa, mas ao mesmo tempo os processos dos média na sociedade; “dessa forma, as ações dos níveis mais baixos podem conformar direta ou indiretamente processos sociais globais ou relações sociais entre grupos” (van Dijk, 1999a, p. 25).

- Representações sócio-mentais. Está relacionado com a dimensão cognitiva dos discursos; van Dijk acredita que, em certo sentido, a dimensão mental possibilita outras conexões: “os atores, as ações e os contextos são construções mentais e sociais. As identidades das pessoas, como parte de grupos sociais, as forjam, as atribuem e as apreendem os outros e, portanto, não são apenas sociais, mas também mentais. Os contextos são construções mentais (modelos) porque representam o que os utilizadores da linguagem constroem como relevante na situação social. A interação social em geral, e o envolvimento na fala em particular, não pressupõem apenas representações individuais, como modelos (por exemplo, experiências, planos); também exigem representações partilhadas por um grupo ou uma cultura, como conhecimentos, atitudes e ideologias” (van Dijk, 1999a, p. 26).

Note-se que tanto a ADP quanto a ADC têm como foco de interesse os discursos do nível macro, a fim de identificar e demandar como as estruturas de poder e dominação são perpetuadas e qual é a relação do discurso com elas. Pelo contrário, aqui o nosso interesse é no nível micro e como os discursos (narrativas) envolvem formas de ação política e construção de identidades. No entanto, e como foi observado, a análise do discurso fornece ferramentas de análise muito relevantes para abordar as narrativas e testemunhos das pessoas entrevistadas. Vale a pena mencionar que também se entende como discurso outras expressões ou linguagens, fora dos “atos de fala” e da palavra escrita, por exemplo as imagens e os materiais audiovisuais que também se têm em conta na análise a realizar.

Uma análise do discurso que aborda a questão das vítimas do conflito na Colômbia é a de López e Guerrero (2018), que desenvolvem o conceito de institucionalização discursiva, que se refere ao empoderamento de discursos historicamente relegados. Os autores consideram que os atores sociais (especificamente as vítimas) constroem-se tanto pela linguagem quanto pelas ações e que “... eles se tornam símbolos para os observadores, porque representam valores, posições morais, ideológicas e pontos de referência” (López e Guerrero, 2018, p. 175). Também indicam que a institucionalização discursiva considera não apenas o conteúdo substantivo das ideias “... mas também o processo interativo do discurso num determinado contexto institucional. Portanto, poder e discurso têm uma característica comum e essa é precisamente a sua propriedade relacional e interdependente” (López e Guerrero, 2018, p. 175). Dessa forma, pode-se afirmar que as narrativas são “atos de fala” políticos.

Por outro lado, e em relação às representações sócio-mentais de van Dijk, “institucionalização é um processo que consiste em interiorizar novas identidades e interesses, não algo que ocorre no exterior e afeta apenas o comportamento; a socialização é um processo cognitivo, não apenas comportamental” (López e Guerrero, 2018, p. 175). Assim, discursos como as narrativas das vítimas adquirem uma dimensão ilocutiva inteira, transformando múltiplos contextos e as identidades de quem as praticam. Nesse processo, uma análise do discurso pode ajudar a identificar como estão ocorrendo os sentidos, valores e cognições coletivos dos agentes mais representativos.

Conceitos como “ato de fala”, “discurso político”, as três dimensões de van Dijk ou institucionalização discursiva, bem como os métodos de análise de discurso (identificação de estratégias discursivas nos três níveis linguísticos, de recursos estilísticos e retóricos) foram ferramentas válidas e relevantes para a interpretação das narrativas das vítimas. Estas permitem entender diferentes áreas da realidade pessoal e social dos entrevistados, os interesses e as incidências do que eles dizem, assim como o fenômeno dos desaparecimentos forçados e as execuções extrajudiciais numa perspectiva que envolva os diferentes contextos sociais.

### ***3.3. Antropologia visual***

Nesta tese, as reflexões conceptuais sobre antropologia visual sustentam algumas das práticas metodológicas e analíticas. Dessa forma, a coleta de histórias de vida foi realizada através do registo fímico dos depoimentos; a observação participante moderada foi acompanhada de um registo fotográfico; e finalmente a criação de um arquivo que combina elementos do documentário interativo, dá visibilidade às narrativas dos familiares das vítimas e possibilita a participação e o diálogo de outras vítimas, familiares e da sociedade civil em torno dessas narrativas de memória, de luta e luto, procura de verdade, justiça, reparação e não repetição. Assim, o desenvolvimento conceptual apresentado abaixo responde aos processos metodológicos e analíticos desta tese e reflete sobre os trabalhos mais recentes do papel do visual na antropologia.

O visual na antropologia concebe-se teoricamente quando os antropólogos visam objetivos semelhantes aos do cinema: desejo de observação científica (Ribeiro, 2005, p.615) onde a câmara garante registos objetivos e próximos aos registos da realidade, premissa que tempos depois foi debatida e negada pela figura óbvia da interpretação do pesquisador, do cineasta e até dos operadores das câmaras; desejo de conhecimento e disseminação de outras culturas. A antropologia, no início e nos meados do século XX, falha em abordar o visual por causa das

dificuldades técnicas e económicas que os pesquisadores têm para viajar com câmaras, editar, divulgar, etc. e pela dinâmica da indústria cinematográfica, que deve criar o conteúdo para vender. Ribeiro (2005) diz que somente com o advento da era digital colapsam essas dificuldades e se inicia uma discussão não apenas sobre a representação da realidade, mas também sobre conceitos como simultaneidade, telepresença, interatividade (p.618) que também se nutrem com os debates sobre interdisciplinaridade, coleta, produção e divulgação excessiva de material com pouca reflexão analítica, fronteiras entre arte e ciências sociais, rigor da pesquisa profissional e amadora, etc. Ribeiro (2005) coloca no centro do debate a era digital e as dinâmicas que esta possibilita para a antropologia, no entanto, alerta que esses meios não são apenas ferramentas de coleta de dados ou processadores de texto ou imagens, são e podem ser concebidas dentro da prática antropológica como:

[...] um poderoso meio de (autoria) apresentação de resultados de investigação – como o filme em DVD, a hipermídia, o lugar de convergência com teorias e paradigmas de investigação (pós-estruturalismo, teoria crítica, teoria das redes) capazes de desenvolver uma apresentação multissensorial (escrita, sons, imagens), de relacionar dados com a interpretação, de justapor vozes e perspectivas, de permitir ao utilizador processos interativos de descoberta e de utilização ativa e criativa no processo de aprendizagem, de gerar produtos culturais ou científicos para grandes públicos (Landow, 1995; Clement, 2000; Bairon, 2002). (Ribeiro, 2005, p. 620).

Na mesma medida, o audiovisual atualmente permite expor com mais facilidade produtos científicos, bem como a construção coletiva e participativa do conhecimento, por meio da interatividade, não se trata mais de dar voz, senão de possibilitar espaços de escuta e de criação coletiva de conhecimento. O caminho do reconhecimento do visual como ferramenta de pesquisa, teoria e difusão de resultados e conhecimentos foi longo e exigiu o trabalho de vários teóricos e antropólogos. MacDougall (1997) e Marcus Banks (2000) refletiram sobre essa desvalorização do audiovisual no campo da antropologia e em geral nas ciências sociais, numa época em que a antropologia visual era concebida como uma subdisciplina ou uma ferramenta de trabalho auxiliar, e não como uma exploração dos usos do filme e das possibilidades e ferramentas analíticas oferecidas pelo visual, como é mencionado por Murphy (1994, p. 119).

MacDougall (2009) diz que a contribuição do visual para a antropologia foi questionar a ideia de cultura “como um conjunto de estruturas discretas e distintas e a percebam como uma série de variações de um tema: uma convergência do pessoal, o histórico e o material num determinado momento e local” (p. 79). Talvez seja também outra maneira de conceber a antropologia. A aposta da imagem nesta tese é como aponta Rodrigues Brandão (2004):

...a fotografia [e o audiovisual em geral como um] intervalo entre a imagem dada à ciência e a imagem ofertada à arte, como algo inevitável na fronteira entre a evidência e o mistério; como um objeto de diálogo entre quem mostra e quem vê, equilibrado à força ou gosto entre informação e comunicação; entre a compreensão, a interpretação e fruição generosa e desejável de um raro e preciso momento de beleza (p. 29).

É também o desejo de tornar conhecidos os processos de luta e luto dos familiares das vítimas de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, de maneira mais contundente; tem-se comprovado, em geral, a eficácia das imagens nos processos de reivindicação. Exemplo dessa eficácia é o uso que da imagem tem feito as vítimas, quando usam o “escrache”<sup>37</sup> para denunciar as Forças Armadas colombianas, quem estão atualmente a enfrentar, uma vez que as denúncias de responsabilidade dos altos comando têm sido feitas através de murais públicos, que para as vítimas representam reivindicações judiciais e perseguições, mas que comprovam a contundência das imagens, uma vez que os militares apagam apressada e violentamente os murais que os denunciam.



\* Imagens capturadas da conta de Twitter do Mafapo.

Quando as imagens e o “visual” se utilizam de forma criativa, ou seja, quando os seus significados são potenciados ultrapassa-se a concepção da representação e transmissão da realidade e geram-se novos significados e reflexões sobre esta e a sua construção. Nesta tese, a imagem, o registo fotográfico e o filme são utilizados como metodologia de pesquisa (coleta de dados); como resultado para analisar (as imagens e vídeos feitos e o que eles contêm fazem parte da interpretação dos resultados); e como material de visualização das práticas e ações das

<sup>37</sup> Ver a página 26.

vítimas, através da construção de um arquivo de memória virtual, que também se move entre as fronteiras do documentário interativo.

### **3.3.1. Arquivo**

A ideia de criar um arquivo aparece porque, no seu sentido geral, os arquivos são instituições que envolvem uma série de espaços, agentes e processos que dão ordem, significados e classificações a um repertório de documentos e coleções de determinadas comunidades. Também porque os arquivos permitem a convergência de diferentes grupos sociais e diferentes campos do conhecimento, porque estão no meio “[...] das disputas entre memórias oficiais e memórias coletivas, entre os sentimentos privados que constroem identidade, entre interesses públicos que se destacam em nome do patrimônio (fins nacionais, provinciais, locais) e científicos” (Da Silva Catela, 2002, p. 382).

Os arquivos envolvem uma série de dinâmicas, agentes e espaços que respondem a interesses que podem ser públicos-oficiais e privados:

Pode-se dizer que o arquivo é o espaço que protege a produção, organização e conservação de objetos (na maioria dos casos, manuscritos ou papéis impressos) que registam, documentam e ilustram as ações de indivíduos, famílias, organizações e dependências do Estado. Um arquivo implica um conjunto de coleções ou fundos documentais, sonoros e visuais, localizados numa sala ou num prédio, com agentes que as produzem, classificam e garantam sua existência e consulta. O relacionamento triplo entre coleções físicas – agentes e espaço físico estará sempre presente e caracterizará o tipo de arquivo, seus usos e finalidades. (Da Silva Catela, 2002, p. 384)

A proposta é criar um espaço virtual em vez de físico, no qual as três entidades identificadas pela autora (coleções, espaço e agentes) se reúnam. Antes de abordar especificamente a importância dos arquivos em contextos de violação dos direitos humanos, apresentaremos outras características que Ludmila Da Silva Catela identifica.

Em primeiro lugar, os arquivos são produtos históricos, porque resultam de uma seleção e classificação que envolveu diferentes profissionais (arquivistas, historiadores, técnicos de preservação, entre outros) que, em conjunto com a comunidade, lhes dão significado; por outras palavras, os objetos de um arquivo em si não têm interesse em ser preservados, são os utilizadores que lhes conferem um poder decisivo que se consolida quando são estabelecidos como “os documentos de uma coleção”. Essa característica explica o fato de que alguns arquivos que passaram despercebidos durante longo tempo possam repentinamente adquirir relevância e atenção e, ao contrário, alguns arquivos que tiveram momentos de glória possam cair no esquecimento; essas mudanças têm a ver com fatores históricos, político-econômicos,

religiosos ou mesmo com modas. Nesse ponto, deve-se notar que há um conflito ao considerar que os motivos de seleção, acumulação e transmissão são da responsabilidade da arbitrariedade social e histórica da produção cultural<sup>38</sup>

A importância que adquiriram os arquivos como instituição tem a ver com o papel preponderante do documento, da imagem e do elemento escrito nas sociedades modernas como forma de preservar a memória e como objetos com poder de prova, diferentemente das sociedades de tradição oral. No entanto, Da Silva considera que “[...] a variedade de formas de registo (escrita, imagens, internet, etc.) gera um sistema de apoio que não suplanta ou elimina tradições de base oral, mas as sobrepõe, um jogo de tensões” (Da Silva Catela, 2002, p. 387). Assim, os arquivos fazem parte de uma luta contra o esquecimento em que “[...] especialistas no domínio dos instrumentos dão registo da passagem do tempo (historiadores, arquivistas, geólogos, arqueólogos, etc.)” (Da Silva Catela, 2002, p. 387), além dos utilizadores, orientam os sentidos e as experiências dos documentos. É preciso advertir que os agentes do arquivo proposto não são necessariamente profissionais nessa área, são as vítimas e outros utilizadores do arquivo em diálogo com a pesquisadora, sem que possa excluir a participação futura destes.

Outro aspecto a considerar é que, assim como a passagem do tempo confere aos documentos de um arquivo um valor diferente do da sua origem, ou seja, adquirem um valor histórico que os torna objeto de interesse dos pesquisadores, “também lhes dá um valor de identidade, permitindo que os indivíduos e as instituições configurem memórias fragmentadas ou violentadas” (Da Silva Catela, 2002, p. 387). Neste ponto, a autora considera a importância do que tem sido conhecido como arquivos da repressão, referindo-se aos documentos das ditaduras militares na Argentina e no Chile:

Nos arquivos da repressão [...], o acesso a documentos por muitos anos ocultos, negados e silenciados permite a investigação, redação da história sobre períodos repressivos. Por outro lado, e não menos fortemente, permite a reconstrução de memórias “feridas” por tortura, ocultação e violência. Ou seja, concede ferramentas e dados aos historiadores, mas também fornece elementos às vítimas e afetados para legitimar memórias e reconstruir identidades. (Da Silva Catela, 2002, p. 387)

Embora os contextos históricos das ditaduras militares no sul do continente e as execuções extrajudiciais na Colômbia sejam contextos históricos distintos, como já se observou, é

---

<sup>38</sup> A autora reconhece os cenários dessa contingência: “A complexidade das decisões, disposições e oposições sobre o que deve ser salvo e o que deve ser deitado fora, sobre as limitações de acesso e proteção das pessoas, sobre a necessidade de entender e garantir a unidade a dispersão de papéis que compõem coleções dentro dos arquivos constitui, em minha opinião, um objeto de análise que amplia a importância do estudo dos arquivos e do seu mundo” (Da Silva Catela, 2002, p. 389).

pertinente para esta pesquisa enfatizar o papel dos arquivos como instrumentos de memória histórica e construção de identidade.

Por outro lado, para Da Silva, os arquivos resolvem a diferença entre memória (como entidade viva que se transmite entre indivíduos) e história (como reconstrução do que não é). Para explicá-lo refere a perspectiva de Maurice Halbwachs:

Para Halbwachs, a história começa no ponto em que as memórias coletivas são apagadas ou quebradas. Nesta exprimem-se alguns elementos a reter: o fundamento da memória são os próprios indivíduos e grupos, localizados em espaços e tempos específicos, que a preservam e a expressam na lembrança. Assim, já a história baseia-se na escrita e na referência de eventos que não estão necessariamente vinculados às memórias coletivas e devem ser consistentes em relação aos esquemas cronológicos e espaciais. A história examina grupos desde fora; com distância; a memória coletiva é produzida e observada desde dentro. (Da Silva Catela, 2002, p. 390)

Da Silva considera que a memória coletiva se distingue da história porque é vigente e não é artificial. Os arquivos constituem uma ferramenta poderosa para vincular objetos, lembranças, documentos, imagens e tradições de determinadas comunidades com os significados que lhes são atribuídos e com os usos que lhes dão. Assim, os arquivos, coleções e tradições deixam de ser entidades neutras, dadas ou estáticas, e tornam-se formas de representação dos grupos sociais aos quais pertencem. Assim, para Da Silva, os arquivos são um espaço duplo de memórias e história, e é essa a condição que lhes permite não ser apenas instituições passivas que mediam a produção da história, mas gestores ativos de memória.

Percebe-se então que Da Silva identifica uma série de características relevantes para definir a natureza do arquivo proposto: primeiro, os arquivos não são apenas uma coleção de documentos, também envolvem espaços, agentes e usos; segundo, o uso e o significado de um arquivo depende de fatores históricos; terceiro, por serem a instituição por excelência para preservar a memória, os arquivos são ferramentas poderosas para capacitar as vítimas em contextos de repressão; uma quarta característica é que, sendo um espaço duplo de memória e história (conceitos geralmente antagônicos), os arquivos desempenham um papel muito importante na constituição de identidades e práticas dos coletivos aos quais pertencem, neste caso, de vítimas.

Em relação à importância dos arquivos em contextos de violação de direitos humanos, é relevante consultar a *Política pública de archivos de derechos humanos, memoria histórica e conflicto armado* (2017), publicada pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia. Este documento contextualiza a importância dos arquivos em contextos de justiça de transição, como o que a Colômbia está a atravessar após os acordos de paz assinados entre as FARC e o governo nacional (2016). Primeiro, indica-se que a palavra-chave no desenho das estratégias de justiça de transição é a ponderação, que se traduz no esclarecimento dos fatos, na acusação dos atores e pessoas responsáveis e na reparação profunda das vítimas. Assim, os arquivos provam

ser uma ferramenta extremamente relevante para atender a essas necessidades da justiça de transição: “... Os arquivos de direitos humanos, memória histórica e conflito armado foram reconhecidos como instrumentos essenciais para: (a) a recuperação da memória histórica; (b) o trabalho de pesquisa histórica; (c) a determinação de responsabilidades criminais; e (d) acesso à reparação integral” (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, pp. 26 - 27).

O primeiro fator refere-se ao fato de que os arquivos, apoiados por políticas, devam ser uma garantia para que as práticas de recuperação de memória histórica não neguem (negação) ou deturpem (revisão) a violação dos direitos humanos. A segunda característica tem a ver com o fato de os arquivos fornecerem uma estrutura para a proteção e segurança jurídica dos documentos, o que permite a pesquisa e consulta dos documentos para a caracterização dos contextos e das circunstâncias dos eventos de violação dos direitos humanos. A terceira vantagem dos arquivos é que eles permitem a implementação de dispositivos institucionais para que o Estado de Direito seja restaurado, para que não haja impunidade e que as responsabilidades criminais relevantes sejam aplicadas. Por fim, a quarta característica mencionada pelo CNMH faz referência direta à reparação das vítimas: “Além de seu valor como testemunho histórico e como evidência em termos judiciais, os arquivos são essenciais para o exercício dos direitos individuais e coletivos derivados de políticas especiais de reparação de vítimas” (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, p. 28).

Além dessas dimensões, o CNMH considera que os arquivos também têm uma função essencial em termos administrativos, pois são instrumentos de acesso a direitos, fontes de memória coletiva e pesquisa sobre o passado por acadêmicos, instituições e sociedade civil. Essa característica marca uma relação entre os arquivos e os processos de transição política, como o que a Colômbia está a atravessar:

[...] a integração, preservação, custódia e acesso a esses arquivos tem sido vista nas sociedades em transição como uma garantia para que a comunidade e as vítimas possam conhecer as causas, atores e práticas que definiram os períodos de conflito armado ou colapso do Estado de Direito e uma possibilidade de facilitar o trabalho da justiça, bem como o acesso às reparações materiais e simbólicas exigidas pelas vítimas. Assim, existe um vínculo estreito entre a aspiração de transição (para a paz), a luta contra a impunidade e os arquivos de direitos humanos. (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, p. 28)

Antes de abordar a estrutura legal geral dos arquivos, vale a pena apontar um incidente relacionado com os arquivos da CNMH que ocorreu em fevereiro de 2019. Após a decisão do Presidente da República de nomear para diretor da CNMH Darío Acevedo, um historiador que causou polêmica ao afirmar que na Colômbia não houve conflito armado, senão levantamentos subversivos ou terroristas, vários grupos de vítimas solicitaram a devolução dos documentos que haviam depositado voluntariamente na diretoria de arquivos de Direitos Humanos da CNMH. Sobre os motivos das vítimas, um funcionário do CNMH indicou: “o que eles nos

disseram é que não têm garantias sobre o tratamento que irão dar aos documentos. A confiança, o pilar sobre o qual eles doaram os seus arquivos, está quebrada. Algumas vítimas têm medo porque narraram coisas delicadas e temem correr riscos ou que sejam alvo de represálias” (Semana, 2019). Esse tipo de evento revela a relação entre eventos políticos e os arquivos como mencionado por Da Silva, e projeta, com outros eventos recentes, o panorama perturbador da justiça de transição sob o governo atual, bem como a necessidade de criar arquivos em áreas não oficiais que vão ao encontro dos interesses e processos de denúncia das vítimas.

Por fim, deve-se notar também que os arquivos estão associados a uma série de direitos, como o direito à memória, verdade, justiça, a conhecer os responsáveis por crimes contra os direitos humanos, as vítimas a saberem o paradeiro dos seus familiares desaparecidos, entre outros. Em termos internacionais, alguns dos instrumentos legais relacionados com os arquivos são a Resolução da Impunidade 2005/81, E / CN.4 / RES / 2005/81, da Assembleia Geral da ONU, que estabelece três direitos: o direito inalienável à verdade, que se refere ao conhecimento das circunstâncias e causas dos eventos de violação maciça ou sistemática dos direitos humanos; o direito de lembrar que está relacionado com o conhecimento, por parte dos povos, da história da sua opressão como parte do seu património e que deve ser garantida pelos Estados; e o direito das vítimas de saber, indicando que, independentemente das ações legais adotadas, as vítimas têm o direito imprescritível de saber a verdade sobre os fatos e circunstâncias em que foram cometidas violações dos direitos humanos, bem como o destino que a vítima sofreu, em caso de morte ou desaparecimento.

Outro instrumento internacional relevante é a Declaração Universal dos Arquivos (DUA), adotada na 36ª sessão da Conferência Geral da Unesco, em 10 de novembro de 2011. Estabelece os seguintes princípios, que destacam a relevância da criação de um arquivo como parte desta investigação:

- i. Os arquivos guardam decisões, ações e memória.
- ii. Os arquivos mantêm uma herança única e insubstituível que é transmitida de geração em geração.
- iii. Os documentos são fontes confiáveis de informações que garantam a segurança e a transparência das ações administrativas.
- iv. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento da sociedade, contribuindo para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva.
- v. O livre acesso aos arquivos enriquece nosso conhecimento da sociedade, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida. (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, p. 34)

A proposta de criar um arquivo é uma ferramenta que permite que esta investigação tenha impacto na realidade das vítimas, além de criar um espaço que possa continuar sendo construído

com outros testemunhos a fim de possibilitar redes de conhecimento e apoio entre as vítimas de execuções extrajudiciais.

É importante explicitar que o arquivo que se pretende construir não contempla, nos primeiros momentos, os arquivos estatais sobre estes crimes, se bem que se possa, numa etapa próxima, solicitar e exigir ao Estado, especialmente aqueles relacionados com as forças armadas e o Ministério de defesa onde se ditaram as diretrizes que possibilitaram estes crimes e as legalizações dos supostos mortos em combate, o que seria importante dentro dos processos de memória das vítimas, como o foi para o caso da Guatemala com os arquivos da Polícia que deu a conhecer Kister Weld no seu livro *Papers cadavers, The Archives of Dictatorship in Guatemala* (2014) quem, para o caso colombiano, recomenda o seguinte:

Primeiro, entender que as condições e características de uma guerra civil serão reproduzidas nas condições em que a mesma sociedade constrói a sua paz e que, por sua vez, essas condições políticas determinarão a administração dos seus arquivos: “não podemos esperar uma política de arquivos muito democráticos, abertos e transparentes se essas condições não existirem em outras áreas da vida política e social do país”

Segundo, entender a importância do tratamento institucional, legal e profissional dos arquivos. Ou seja, é muito importante que em qualquer país exista uma lei nacional de arquivos. “Em Espanha, por exemplo, embora em 2010 o presidente Zapatero se tenha esforçado para montar um arquivo de documentação da guerra civil espanhola, ele não pôde modificar a lei nacional de arquivos da era de Franco, que diz que qualquer documento que teve um selo “segredo, confidencial ou reservado” nunca pode ser aberto ao público. Esse é outro obstáculo para os cidadãos e o seu desejo de procurar verdade, justiça e memória, por isso é importante conhecer e fortalecer a lei nacional de arquivos e lutar para se modernizar e que a proteção da informação não dependa de um governo”.

Terceiro e fundamental, a pressão dos cidadãos e das organizações sociais “para que eles não parem de lutar na exigência para que o governo abra e desclassifique os arquivos do Estado que, tanto na Colômbia como na Guatemala, podem ajudar a conhecer informações de milhares de pessoas desaparecidas que deixaram o conflito, entre outros crimes”.

E, finalmente, que é necessário comprometer os cidadãos com os arquivos a partir de diferentes ângulos, ou seja, que eles os concebam como elementos de valor e os apropriem, não apenas na estrutura judicial, mas também como inspiração artística, ferramenta da educação popular, fonte de documentários, de música, de obras de arte”. (Maya, 2017).

O anterior motiva a criação deste arquivo, especialmente a última parte; a construção de uma memória coletiva. Mas também o compromisso com as pessoas que participaram desta pesquisa, porque eles fazem parte dos destinatários aos quais são dirigidos os resultados e porque, de certa forma, eles testemunharam com a intenção de dar visibilidade à sua voz, que os seus casos sejam conhecidos e isso faz parte da devolução na antropologia.

Para o presente trabalho propõe-se a criação de um arquivo porque, apesar de há mais de 12 anos se terem começado a conhecer os casos dos “falsos positivos” e da luta imensa que têm empreendido as vítimas, estes não são plenamente conhecidos, ignoram-se as causas, as consequências, os *modus operandi*, as ações que fazem as vítimas para curar a dor causada

pelos estes crimes, os processos judiciais, etc. Também o arquivo, planejado para o futuro, vai possibilitar: a tarefa de análise sobre o modo de operação destes crimes segundo a região, assim como a resposta das vítimas a estes; a magnitude dos crimes; a organização da informação sobre estes que se tem produzido; a possibilidade de criação de peças interativas que dêem conta dos casos e das ações das vítimas ao redor destes.

Projeta-se o pedido de apoio estrangeiro para a continuação do arquivo e para o trabalho que este implica (investigação, viagens às regiões, trabalho com comunidades vítimas, oficinas de produção audiovisual e artísticas com as vítimas<sup>39</sup>, compra de ferramentas eletrônicas para o registro, suporte digital, etc.). O arquivo que se vai apresentar e que é o produto visual desta tese, está na etapa inicial, contendo os testemunhos das vítimas entrevistadas (três documentários interativos curtos), algum material organizado a partir da pesquisa nos média e o material que se recolheu durante o trabalho de campo e na pesquisa para a tese em geral.

No seguinte endereço pode-se observar o arquivo que se está a constituir: <https://luchaporunaverdadpositiva>

### ***3.3.2. Documentário interativo***

O arquivo que se propõe construir articula elementos do documentário interativo, a fim de expandir e até desconstruir a dinâmica da produção e recepção visual no quadro específico de execuções extrajudiciais na Colômbia, para que se torne um espaço de diálogo e luta das vítimas. Indicar-se-ão as principais características do documentário interativo para abordar posteriormente a sua relevância em contextos sociais.

Para definir o documentário interativo, Arnau Gifreu (2013) parte da divisão tripartida do documentário clássico:

Substituiremos a figura do diretor (associada ao gênero audiovisual e cinematográfico) pela do autor (já que o conceito de autoria é um dos pontos-chave do problema em questão), o texto (entendido como roteiro e discurso linear audiovisual) por o termo narração ou fala (interativo não linear ou multilinear) e o conceito de espectador (audiovisual passivo) pelo de interator (com atributos ativos, contributivos e generativos). (p. 304)

A partir dessas redefinições, Gifreu aponta uma série de características de cada uma das partes do documentário interativo. Em relação ao autor, ele considera que perde o controle sobre o fluxo do trabalho, uma vez que os utilizadores têm poder de criação, de modo que o resultado

---

<sup>39</sup> O fim das oficinas artísticas é contribuir à formação das vítimas para o desenvolvimento próprio e autêntico das suas histórias de vida e das ações que empreendem; que eles próprios encontrem seu jeito e a forma como querem dar a conhecer seus casos e sua luta.

final do documentário (o que é dito) e a ordem discursiva (como é dito) são diferentes do que havia sido planeado no estado inicial do guião. Outra característica que o identifica é que, como consequência do exposto, o autor perde a exclusividade da autoria da obra e adquire um papel de assistência; isso supera uma premissa dos discursos tradicionais nos quais o autor-diretor ensina e propõe, um autor que dialoga com o espectador e o ajuda a descobrir. “Em resumo, o controle do discurso não cabe somente ao autor da obra, senão aos interatores, que devem aprender algumas diretrizes e mecanismos sem os quais não serão capazes de avançar na narração” (Gifreu, 2013, p. 304). Essas diretrizes, porém, são intuitivas.

Em relação ao discurso ou narração do documentário interativo, Gifreu (2013) identifica diversas características. Primeiro, indica que existe uma terminologia diferente para se referir a projetos e produtos semelhantes: aplicativos multimédia, aplicativos hipermédia, hiperdocumentos, aplicativos multimédia interativos, hipertexto, etc. Em segundo lugar, também considera que esse género poderia ser registado de maneira mais geral como aplicativos multimédias interativos de natureza informativa. Pretende-se indicar que esses produtos são de natureza informativo-documental e criam redes de informações multimédia interconectadas.

Gifreu também considera que o género se caracteriza por possuir um formato de não ficção, relacionado com a transmissão de conhecimento, por descrever uma realidade concreta e por consistir em diferentes hipertextos:

O hipertexto pode ser definido como “uma rede de partes interconectadas de informações textuais”. É um sistema de organização da informação baseado na possibilidade de se mover dentro de um texto e visitar diferentes textos através de palavras-chave. Os elementos nucleares do hipertexto são os nós, unidades semânticas que expressam uma única ideia ou conceito do ponto de vista característico do conteúdo. Os links são os elementos da rede que conectam os nós entre eles e permitem que o usuário se mova de um nó para outro. (Gifreu, 2013, p. 306)

Essa natureza significa que o discurso narrativo do documentário interativo não é linear, possui vários ramos e um esquema nodal, ramificado ou interrompido.

Por fim, em relação ao interator (destinatário) do documentário interativo, Gifreu indica que o género requer um certo tipo de interação físico-corporal do utilizador-participante, “uma participação que vai além do ato mental de interpretação, com o objetivo de identificar diferentes lógicas da documentação da realidade e novos possíveis modelos de subjetividade” (Gifreu, 2013, p. 308).

Outra característica dessa nova forma de utilizador é que, graças às modalidades de navegação e interação, a receção (interação) baseia-se na sua própria decisão para avançar, entre outras estratégias relacionadas com o trabalho que incentivam maior participação e produção de tipos específicos de conteúdo. Graças a essas características, o documentário interativo consegue criar

novos públicos e tipos de utilizadores, pois é um género vivo que pode ser adaptado a diferentes ambientes:

O meio interativo está potencialmente apto a ajudar o interator a descobrir, escolher, refletir, participar e até criar. Os espectadores desse novo meio, agora convertidos não mais em passivos, mas em interativos ativos, ganham presença e identificação, intervêm na experiência audiovisual e, ao mesmo tempo, partilham com outros. Incorporam condições do usuário, no sentido de que fazem parte de um sistema pré-estabelecido e o utilizam para seus interesses; interator, porque interage com os modos e a interface para avançar no desenvolvimento proposto; como participante, desde que ele participa ativamente do desenvolvimento, escolhendo a rota que parece mais apropriada e como colaborador, porque contribui para a geração do sistema e fornece conhecimento com base em impressões ou conteúdo subjetivo. (Gifreu, 2013, p. 309)

Outra investigação importante sobre o documentário interativo, já no contexto ibero-americano, é a de Vázquez-Herrero e Moreno (2017), que estudam a evolução do género nos últimos trinta anos e constatam que no cenário latino-americano houve projetos pioneiros produzidos em diferentes universidades e meios de comunicação, aos quais se uniu uma crescente realização de fóruns, congressos e eventos relacionados com a não-ficção interativa ao nível ibero-americano.

Os autores consideram que a importância dos média interativos na sociedade está relacionada com a necessidade de representação de “realidades próximas”, além das transformações na comunicação e na tecnologia. O género, que eles definem como uma obra de ficção que representa um fragmento da realidade através de um meio interativo, permite uma mudança que favorece experiências individuais ou pessoais, dando um papel mais ativo ao público, e inclui duas formas de participação: “Voz como autor e voz como participação social, sendo a primeira relacionada com a participação na realização e a segunda considerando o relacionamento com outros utilizadores (participação no trabalho)” (Vázquez-Herrero e Moreno, 2017, p. 111).

A importância do documentário interativo em vários contextos sociais tem a ver com a capacidade de transformar um cidadão passivo num ator político, uma vez que envolve formas de ação que entrelaçam processos participativos, físicos e mentais ou sociais:

Essa participação, com seus diferentes mecanismos, torna-se mais significativa quando os utilizadores chegam à figura de co-criador, por exemplo, gerando conteúdo para o trabalho em si ou participando da expansão da história. Dessa forma, a cocriação no documentário interativo é considerada uma rota para estabelecer diálogos que podem fornecer recursos significativos nos processos de mudança em andamento. (Vázquez-Herrero e Moreno, 2017, p. 111)

Graças a essas características, nos documentários interativos prevalecem abordagens de denúncia social que envolvem contextos de conflito ou violência que necessitam de recuperar a memória histórica. Além disso, prevalecem histórias focadas em questões locais, em vez de nacionais ou continentais, refletindo um interesse em mostrar cenários próximos, como o bairro ou a cidade.

A análise de Vázquez-Herrero e Moreno sobre uma série de documentários interativos produzidos na última década na América Latina e em Espanha, permite ver que estes documentários são potenciais ferramentas para reivindicar direitos e capacitar vítimas de diferentes abusos de direitos humanos:

Esses documentários apresentam objetivos focados na transformação social. Por um lado, há uma série de ações que buscam um impacto social direto - apelos à ação, iniciativas e ações no terreno, que são realizadas pela própria equipa de produção - e outras de tipo indireto - impacto potencial no meio ambiente como resultado da divulgação do trabalho. (p. 123)

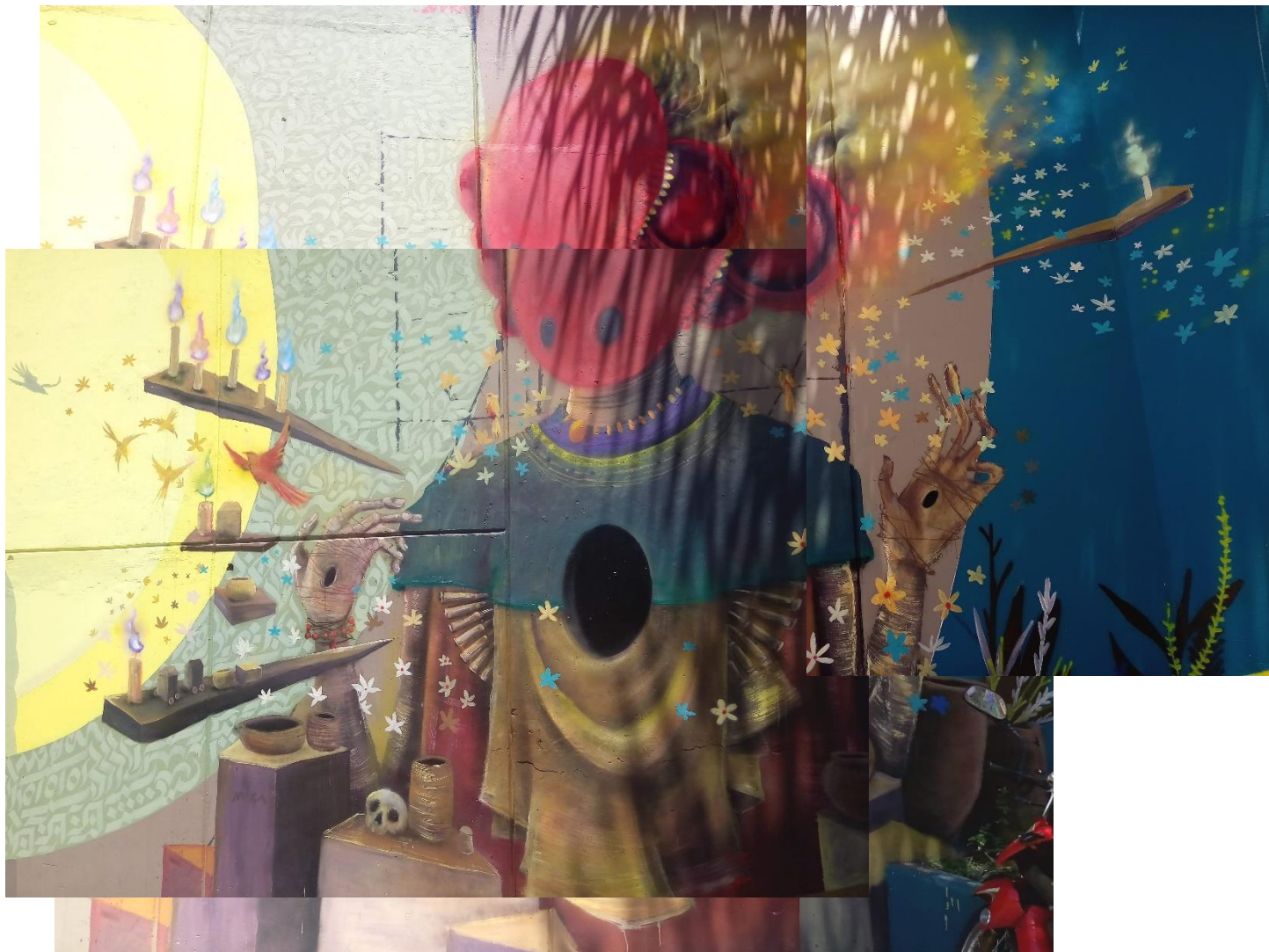
Os autores concluem que os impactos do documentário interativo no ambiente atual podem implicar a realização de muitas transformações exigidas pela sociedade a partir da criação de debates públicos, visibilidade, denúncia, consciencialização, integração social e outros processos facilitados por esse género audiovisual. Isso pode ser alcançado porque o documentário interativo não se limita a representar a realidade, articula ações no mundo real; assim, existe uma conexão entre representação virtual e realidade física. Outra vantagem do género é que, ao comunicar realidades futuras, estabelece compromissos com o ambiente local, enquanto se refere ainda a um público global como maneira de informar, aumentar a consciencialização e desafiar. Finalmente, numa perspetiva regional, os autores afirmam:

O documentário interativo na América Latina está a reforçar o seu papel como propulsor da mudança social: transformações de diferentes escalas que tem levado a denunciar, a união dos cidadãos, a trazer para o presente o que se perdeu no esquecimento. Por sua vez, tem funcionado como uma espinha dorsal das estratégias transmédia nas quais, além de representar uma realidade, tentou agregar valor e deixar uma marca. (Vázquez-Herrero e Moreno, 2017, p. 127).

Como se pode observar, o documentário interativo é um género emergente, propício para disseminar os resultados da presente investigação num diálogo contínuo com as vítimas e com a possibilidade de expandir o conteúdo tratado como forma de criar redes de informação e documentação sobre o tema das execuções extrajudiciais e/o desaparecimentos forçados. Isso responde a um compromisso latente neste estudo de integrar as vítimas e as suas visões nos resultados, além de garantir que a investigação ultrapasse o âmbito académico e consiga influenciar a realidade das pessoas entrevistadas assim como de outras vítimas.

Assim, o que se pretende com esta ferramenta visual é criar pequenos documentários interativos breves, que dêem conta das testemunhas das vítimas com o foco no que aconteceu ao seu familiar e as narrativas do que tem feito para enfrentá-lo. Assim, estes documentários têm distintos suportes: áudios, vídeos, escritos, etc., que o utilizador vai ter a oportunidade de descobrir e utilizar como quiser.

#### 4. O QUE FAÇO, O QUE SOU: NARRATIVAS DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E/OU DESAPARECIMENTOS FORÇADOS



Fotografia 15. Mural na Favela 13 de Medellín. Representação do luto e da luta das vítimas do conflito armado na Colômbia. Vale a pena ressaltar que a Favela 13 foi uma das mais visadas no conflito. O autor do mural é desconhecido (Junho 2019).

As “narrativas de sentido e sem sentido”, como se mencionou no capítulo dois desta tese, são processos construtivos, políticos e discursivos próprios dos agentes em resposta a eventos específicos, neste caso das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos” em resposta a execuções extrajudiciais e/ou desaparecimentos forçados dos seus familiares. Esses processos estruturam-se através da reflexão que é feita sobre eles, isto é, os agentes avaliam as reações em resposta aos eventos traumáticos, às vezes consciente ou inconscientemente (em primeira instância, impulsados pela dor), e sobre estas desenvolvem outras narrativas. Há uma correspondência de teoria e prática nas dinâmicas dessas narrativas, que contribui para a construção de identidades sociais, exemplo disso é a autodenominação dos movimentos:

“buscadores da verdade, guardas da memória”, etc. A essência dessas narrativas é a intenção que as precede e a representatividade que carregam, ou seja, o seu valor simbólico. Respondem a um ambiente cultural, social e político específico e interagem com outros agentes, que costumam ter um conhecimento prático dessas narrativas (advogados, assistentes sociais, psicólogos, etc.) ou seja, estão na experiência dos agentes e a partir da materialidade surge a explicação e a reflexão sobre estas.

Assim, as “narrativas de sentido e sem sentido”, de acordo com a pesquisa e o trabalho de campo realizados, são: testemunhos, concebidos como posições discursivas associadas às identidades; práticas de memória individual e coletiva; luta pela justiça e verdade que pode estar associada a práticas de memória; e ações que, apesar de não terem limites claros de significado, respondem a processos de luto, que geralmente se enquadram na ajuda a outras vítimas, na militância política, nas práticas artísticas e religiosas, etc.

Como mencionado no capítulo dois, essas narrativas devem ser analisadas como práticas incorporadas nas correntes sociais, porque respondem a processos de construção de identidade que não são estranhos às ações dos movimentos sociais na Colômbia e que, pelo contrário, procuram desafiar e questionar a sociedade e o sistema. Assim, a análise específica desta pesquisa centra-se nos quadros discursivos, simbólicos e de agência (materialidade), e é feita por meio das ferramentas metodológicas descritas no capítulo três, que em conjunto, permitem compreender as dinâmicas implícitas nessas narrativas.

A primeira parte da análise centra-se nas características gerais do acontecimento que despoleta o trauma e na resposta dada a este, isto é, algumas narrativas iniciais e espontâneas, que se concentram em estágios que não são lineares e que não estão presentes em todas as pessoas. Esta primeira parte analisa os testemunhos e o registo das narrativas das vítimas. A segunda parte constitui uma análise mais profunda dos depoimentos e registos recolhidos, enfatiza as narrativas pessoais, bem como a reflexão e contribuição destas para a reconstrução, afirmação ou ressignificação da identidade, assim como os processos de memória, verdade, justiça, reparação e não repetição.

#### ***4.1. Eu decidi fazer da minha dor uma forma de denúncia (o luto)***

*Quisesse que a dor desaparecesse como a gordura quando passa pelo sifão.  
Mas a dor está aí como um filho crescendo dentro de nós.  
A dor nos diz: “minhas filhas, vejam como vocês mudaram de asas”.  
Há brilho nos colheres e garfos, mas a lembrança, a dor,  
o sobrenome dos nossos homens ainda está batendo em nossas mãos.*

Fredy Yezeed

A dor é uma reação a um evento, para as vítimas de execuções extrajudiciais e/ou desaparecimentos forçados ela às vezes leva tempo a chegar, por causa da urgência para esclarecer a verdade sobre as identidades, o assassinato e/ou paradeiro dos familiares. Acontece também que a dor viva e se mistura com esta procura que geralmente é longa e tediosa. Essa saída para a dor, que é feita quase instintivamente, conhece-se como luto, que só pode ser possível pela constatação do cadáver.

Para María Arango, originária de Abejorral - Antioquia, mulher camponesa de 51 anos e mãe de quatro filhos, a dor da execução extrajudicial do seu esposo, Luis Alberto Ramírez, trabalhador braçal e vendedor de loteria, começa com uma negação, quando ela é informada do assassinato do seu esposo (3 de janeiro às 17:30 de 2008): *“quando eu soube, disse «não, Luis Alberto foi assassinado? Quem? Se ele não tem inimigos». Eu disse «são mentiras»*, a dor continua com um estágio de paralisia e incompreensão dos fatos *“quando uma vizinha me ligou para confirmar a morte do meu esposo, eu estava paralisada, em choque, não sabia o que fazer, não encontrava as minhas roupas, eu não sabia para onde me mover”* (4 de Junho 2019, Medellín), depois a dor torna-se presente na procura da verdade sobre o assassinato do seu esposo:

*Quando cheguei à minha aldeia, fui informada de que ele estava na funerária [...] os comentários que se ouviam lá eram que ele tinha sido assassinado pelo exército, porque ele era um guerrilheiro, a partir daí a dor expandiu-se e deu-me uma coisa insistente de investigar o que realmente tinha acontecido com ele.* (4 de Junho 2019, Medellín)

A partir da morte do seu esposo, María iniciou uma longa investigação que, pelos rumores que acompanhavam o caso, aumentaram a dor, porque algumas pessoas justificaram o assassinato, uma delas foi o procurador, encarregado de pesquisar os fatos que envolveram o assassinato, que no início do caso, de acordo com o testemunho de María, disse: *“Isso é normal, quando morre um ente querido, torna-se um Deus, um anjo, mas na realidade era uma porcaria”* (4 de Junho 2019, Medellín). Estas demonstrações de indiferença, não compaixão e validação da violência, desencadeiam ainda uma dor maior em María: *“Eu banhei-me em lágrimas, eu não podia acreditar que essa pessoa era a que ia ajudar-me no meu caso”* (4 de Junho 2019, Medellín), mas encheu-a igualmente de coragem.

A dor é uma constante para as vítimas, está presente na sua procura de verdade e justiça, e é também um impulso, quase um instinto de sobrevivência, impulsiona o agir, para procurar cura e alívio:

*Quando eu fui à procura de provas, quando eu saía para investigar, houve momentos em que voltava para a casa feliz, outros voltava muito mal, eu via-o e sentia-o em todos os lugares, eu quase fiquei louca, o meu filho disse-me um dia «mãe, se a vamos perder por causa da pesquisa sobre o meu pai, preferimos que (o caso do) meu pai fique impune».* (María Arango, 4 de Junho 2019, Medellín)

A dor é coletiva, partilha-se com a família e as vítimas instintivamente sabem que esta é também um motor de ação:

*Quando ele me disse isso (o filho), pensei, eu não posso deixar que a dor me ganhe, isto só vai aliviar um pouco se eu encontrar e divulgar a verdade; eu também fiz isto pelos meus filhos, o meu filho mais novo, Esteban, sofreu e chorou muito porque ele não teve a alegria de desfrutar do seu pai. (María Arango, 4 de Junho 2019, Medellín)*

José Alexander Castro, homem de 43 anos, segurança e defensor de direitos humanos e familiar de vítimas de execução extrajudicial, dois membros da sua família –o tio, John Fredy Navarro Martínez e o irmão, Humberto León Pulgarín Castro Martínez– camponeses assassinados em Outubro de 2008 na aldeia Campamento - Antioquia. Tal como María, a primeira reação que teve foi saber exatamente o que aconteceu com os seus familiares. No processo de procura da verdade começaram a manifestar-se doenças no seu corpo: “A minha mãe e eu ficámos doentes, eu desenvolvi uma doença chamada fibromialgia, que me deprime, que me dá dor nas articulações, não durmo bem, então estou bem e de repente começo a chorar, eu estava realmente ferido pela morte do meu tio e do meu irmão”(10 de Junho 2019, Medellín). As três vítimas relatam que ficaram doentes como resultado deste evento, mas com o passar do tempo e com a luta que têm empreendido, conseguiram lidar e aliviar um pouco todo o processo. A depressão e as doenças mentais fazem parte da dor:

*Há momentos em que eu tenho muita tristeza, sabe-se que a vida continua, eu tenho dois filhos, mas há momentos em que eu quero desaparecer, ir embora, não saber nada sobre a vida, morrer, porque eu sinto-me impotente, não há justiça nem verdade, não há compaixão, mesmo assim eu não tenho medo. (Alexander Castro, 10 de Junho 2019, Medellín)*

Alexander, tal como María, afirma que a dor é suportável quando se pertence a um movimento social ou a um coletivo de vítimas, quando é possível reconhecer-se no outro através da dor experimentada, através da empatia. Mas, Alexander afirma igualmente que na Colômbia há muitas pessoas que não sentem empatia com a luta que eles têm empreendido:

*Há pessoas no país a quem eu digo o que aconteceu com eles, que não sentem. Aqui na Colômbia são estigmatizadores, indolentes, juízes, e são assim porque isso não aconteceu com eles, mas eu não queria que a eles lhes torturassem um filho, que lhes assassinassem um filho, que desaparecesse e fosse apontado como guerrilheiro, as pessoas não podem pensar que estão livres de uma execução extrajudicial. (10 de Junho 2019, Medellín)*

Alexander diz que uma forma de cura é falar, testemunhar, contar o que aconteceu com o seu familiar e o que acontece consigo próprios no âmbito da luta, o ato de testemunhar requer coragem.

Claudia Garcés, mulher de 36 anos, originária de San Carlos - Antioquia, dramaturga e professora da Universidade de Antioquia, familiar de vítima de desaparecimento forçado e execução extrajudicial, do seu irmão, Pedro Garcés, desaparecido em 2006 durante dois anos, e

posteriormente encontrado morto num poço e identificado como soldado da guerrilha das FARC na aldeia de Nariño – Antioquia. Em relação à dor manifesta:

*Quando desapareceu o meu irmão, eu tive que voltar para a casa da minha mãe, porque ela estava muito doente, mas quando encontrámos o corpo eu já não estava mais lá e não tinha a energia investida na procura do meu irmão, não porque eu não quisesse, mas porque chega um momento em que o corpo pede para descansar, porque é uma exaustão enorme ... é um processo (legal) tão longo que nós mesmos nos temos perdido nele. (17 de Junho 2019, Medellín)*

Aqui a dor acumula-se, não encontra saída, evidentemente mais nos casos de desaparecimento forçado porque é uma procura incessante e angustiante devido à incerteza de não saber onde está o membro da família e o que lhe aconteceu. A partir do momento em que Claudia e a sua mãe sabem do destino de Pedro, a dor transforma-se, diminui um pouco e a procura é outra: limpar o nome, exigir justiça e espalhar a verdade sobre os acontecimentos.

Apesar de a dor diminuir, ela não desaparece completamente, Claudia afirma:

*Decidi fazer da minha dor uma forma de denúncia, naquele momento [da criação artística] de fazer sem abandonar, uso a dor para criar, é uma transformação, é um passo da dor ao luto. O que aconteceu com o meu irmão, a dor, tornou-se a raiz da minha criação, da minha criação de arte política, de arte urgente. (12 de Junho 2019, Medellín)*

É visível e palpável nos testemunhos das vítimas como a dor, nestes casos específicos, em vez de imobilizar ou paralisar, permite movimento, ação, narrativas. Essa transformação da dor, a catarse, através da arte, neste caso, estende-se à mãe de Claudia e às outras vítimas que assistem à peça *Falso + Positivo*. Sobre a inércia generalizada na Colômbia, sobre estes casos e sobre a violência em geral, Claudia considera que só é possível sentir a dor se isso aconteceu com o próprio ou alguém próximo.

A dor nos depoimentos dos familiares das vítimas é evidente a vários níveis e corresponde a processos únicos, pessoais e integrados em processos coletivos. Também é expresso em vários sentimentos. Há a dor que se manifesta no corpo e em transtornos mentais, efeitos psicossociais, palpável na incapacidade de dormir, em pesadelos, distúrbios alimentares, no agravamento de doenças passadas, etc. Essa dor também se estende aos familiares mais próximos das vítimas, os quais experimentam a dor vivenciada pelas mães mais além da perda dos seus familiares, em caso de irmãos, por exemplo; é uma dor pela execução e uma dor pela dor da mãe. Nesse mesmo nível, há uma dor pelas consequências do evento: a mulher, a figura central do lar descuida os seus outros filhos ou o seu esposo, pela perda do seu familiar, e pela luta que empreende ou ainda pela transformação da sua identidade: "*já não era mais a mãe que ficava em casa para cuidar das crianças*" (María Arango, 4 de Junho 2019). Nesse sentido, uma dor mais é somada porque alguns familiares ressentem-se do que implica procurar a verdade e restaurar o nome e a identidade da vítima:

*Eu não sei porque alguns dos meus familiares parecem ter inveja de mim, julgam as minhas ações, eles dizem que eu não sou mais a mesma, que agora sou uma pessoa que briga por nada, que não sou mais a mãe que os meus filhos precisam; isso para mim é muito difícil, parece que eles não entendem o quão importante é para mim limpar o nome do meu esposo, mas... não é só isso, porque eu já ganhei o julgamento, mas eu sinto que tenho que continuar a luta, porque há tantas mais mulheres e homens que não sabem como fazê-lo, como exigir a verdade dos crimes dos seus esposos e filhos e limpar os nomes das suas vítimas. (María Arango, 4 de Junho 2019, Medellín)*

Outro nível da dimensão da dor instala-se na impunidade, no desamparo por não encontrar respostas relacionadas com a verdade e por não ter o conhecimento sobre como agir nesses casos, daí a procura de coletivos de vítimas que orientem a luta. María escreve no seu diário: *“Eu, tal como muitas vítimas sinto raiva e desamparo vendo a crueldade do Estado, onde os mais fortes têm o poder e terminam com a vida das pessoas humildes e boas sem medir o dano e a dor que causam às suas famílias”* (4 de Junho 2019, Medellín). Outro nível está localizado na esfera social, as vítimas sentem-se feridas pela rejeição e a inércia da sociedade perante os seus casos. Uma dor adicional surge nos julgamentos: os verdugos estão com as vítimas a menos de um metro de distância, e muitas vezes os *modus operandi* são expostos e relatados através de vídeos, áudios, fotografias, criando assim uma ferida, que as vítimas nomeiam de desrespeito pela dor dos familiares das vítimas. Há também dor relativamente ao que o evento quebrou, os projetos de vida interrompidos, os sonhos em casal que não se cumpriram e a imposição de outros mais urgentes.

Tristeza, raiva, desamparo, melancolia, silêncio e introspeção são sentimentos relacionados com a dor. Apesar das conotações negativas que podem estar associadas à dor, fica evidente na análise do discurso dos testemunhos que esta contribui para as ações, as narrativas, os processos de resistência e resiliência: fala-se para curar, marcha-se para exigir não repetição e isso alivia, lembra que se deve colocar em cima da morte a vida, está-se a tecer para deixar ir a dor, age-se para ser.

O social é uma área vital nos processos de luto das vítimas, porque a dor é partilhada e a união tem representado maior visibilidade e possibilidade de pedir respostas, que também contribuem para a compreensão do que aconteceu e, portanto, para o alívio da dor. A luta coletiva tem vindo a aumentar a consciencialização de alguns setores da sociedade: outras vítimas, estudantes, trabalhadores, donas de casa, artistas, etc. Isto é evidente nas marchas, no respaldo nas redes sociais e no trabalho resultante de processos participativos (vídeos, crónicas, murais, peças de teatro, palestras nas universidades) que coletivos de estudantes, artistas e trabalhadores têm feito com as vítimas. Martha Soto diretora da delegação de Antioquia do Movice diz:

*Apesar da rejeição que às vezes experimentamos nas marchas e na sociedade civil, há muitas pessoas que se juntam à luta, a grande maioria são jovens e estudantes, que muitas vezes não foram vítimas. Também temos apoio nos artistas, pessoas que querem que algo aconteça, que algo mude neste país. (19 de Junho 2019, Medellín)*



Fotografia 16. Captura de vídeo. “Planton” artístico e simbólico pela evocação do assassinato de María Pilar Hurtado, líder social de Tierra Alta, Córdoba, aqui o movimento feminista cantando e apoiando as vítimas (10 de Julho 2019, Bogotá (capturas de fotogramas)).

A dor é enfrentada por muitas narrativas, uma das mais poderosas pelo seu valor simbólico está na arte, os familiares das vítimas participam em oficinas artísticas, de música, artes plásticas, teatro, performance, etc. As três vítimas entrevistadas têm participado em oficinas e têm encontrado refúgio na arte. María encontrou refúgio na escrita, Alexander na música e Claudia fortaleceu e enraizou o seu trabalho artístico. Outro tipo de narrativa para lidar com a dor é o testemunho, a possibilidade de falar, narrar o que aconteceu, ação que pela sua própria dinâmica é autorreflexiva, sobretudo quando existe um interlocutor disposto a preencher os vazios ou os aspectos ainda não analisados. Essa capacidade de falar fortalece-se cada vez que esta se realiza, e fortalece e interroga também o familiar da vítima sobre a construção da sua identidade.

Nesta dimensão de dor aparece a figura da reparação integral, que para os três familiares das vítimas entrevistados só pode ser alcançada quando há verdade, justiça e não repetição:

*Eu não acredito nisso da reparação abrangente, eu acho que a cadeia não é punição, punição é que toda a verdade seja conhecida sobre a política de extermínio social que permitiu esses crimes, acho que se realizarmos políticas de memória onde o esquecimento não apareça haverá algum reparo, algum alívio, porque isso vai, em certa medida, garantir que não haja repetição.* (Martha Soto, 19 de Junho 2019, Medellín)

A verdade para as vítimas está em ações concretas do Estado e dos executores: que se manifestem as causas das execuções extrajudiciais (por que esses crimes foram cometidos); que conheçam-se os autores intelectuais das execuções e / ou desaparecimentos (altos comandantes militares, ministro (s) da defesa e presidente; a verdade completa sobre os eventos dos crimes

(modo de operação, danos causados antes e depois da morte); às vezes a verdade inclui o local onde a vítima está enterrada sem identificação; que a verdadeira identidade da vítima seja reconhecida (que os seus parentes não pertenciam a grupos insurgentes). María Arango a esse respeito diz:

*Nossa luta é por uma verdade total dos acontecimentos, nós queremos saber o que aconteceu com os nossos familiares, quem deu a ordem, quem a assinou, porque o fizeram, mas sobretudo que reconheçam publicamente de face ao país todo que eles não eram guerrilheiros (4 de Junho 2019).*

Para além da exigência de verdade pelo que aconteceu aparece igualmente essa questão urgente que visa aliviar a dor e o dano causados que é a verdade sobre as identidades das vítimas diretas. Devido à natureza do conflito colombiano, onde há vários atores e várias questões relacionadas, os familiares das vítimas relatam que os carrascos dos assassinatos dos seus familiares só receberam ordens de superiores. Os carrascos eram soldados que serviam nas forças armadas, isto é, jovens de classes populares que depois de terminar a escola não tiveram opção a não ser entrar no exército; a maioria das pessoas, igualmente oriundas de classes populares, identifica os seus familiares com esses soldados e entende que essas execuções fizeram parte da Política de Segurança Democrática do governo de Álvaro Uribe Vélez e de uma estratégia de guerra projetada por líderes seniores, além de um ministério da defesa relacionado diretamente a um presidente. Assim, eles exigem julgamentos para os autores intelectuais. Para os carrascos eles pensam noutras punições, distintas da cadeia, como a ajuda no desenvolvimento de projetos comunitários, tais como a construção de escolas, centros de saúde, bibliotecas, etc. Alexander diz:

*Num processo de memória, de reparação eu digo que quero que você (executor) nos ajude a organizar a terra onde vamos construir a casa, que você com o seu trabalho nos ajude a construir a casa, que eles sejam parte da equipa que nos vai ajudar a construir a nossa casa, para trabalhar na terra, que possamos compartilhar um “sancocho” (comida típica) com eles e que assim por meio dessa partilha você nos conte a verdade. (10 de Junho 2019, Medellín)*

A justiça para as vítimas dos “falsos positivos” está intimamente relacionada com a verdade, porque a partir dela se pode entender a natureza dos crimes, as causas, consequências e por tanto os reparos precisos para as vítimas. E porque também a verdade junto com práticas de memória permite a conscientização da sociedade sobre estes crimes e por tanto a blindagem futura face a estes. Alexander diz:

*Eu antes pensava que apodreçam na cadeia, mas neste país onde a justiça é para os de “ruana” (referência para as pessoas de classes populares) a verdadeira justiça é que falem a verdade, que digam tudo o que aconteceu, que o país todo conheça o tipo de pessoas que são os militares, que abram seus olhos para a verdade do país onde a vida dos mais humildes não tem valor nenhum, talvez isto permita que esses casos não se repitam. (10 de Junho 2019, Medellín)*

Para os casos das três pessoas, os carrascos foram julgados e condenados a cadeia, ou seja, os familiares conseguiram demonstrar que os seus familiares não eram guerrilheiros mortos em

combate e sim vítimas de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, pelo que a noção de justiça se dirige á verdade sobre esses crimes em geral, e na confissão dos autores intelectuais.

Também acontece que muitas das vítimas por causa da natureza do conflito colombiano desejam processos de reconciliação que permitam que a violência cesse, e que os problemas estruturais da mesma se resolvam para iniciar verdadeiros processos de paz.

#### ***4.2. Esta luta tornou-se a nossa vida (luta)***

Uma das formas que possibilita o luto é a participação em movimentos sociais ou em coletivos de direitos humanos, onde as vítimas sentem que com os outros acrescentam força e que a sua voz é poderosa quando exigem verdade, justiça, reparação e não repetição. No que as vítimas chamam “luta” estão palavras que são constantes nos seus discursos, “solidariedade”, “apoio”, “companheirismo”, “compreensão”, “identificação”, “motivação”, “compaixão”, etc. Nesse ambiente de luta, o tecido social que nasce transforma a identidade individual e constrói identidades coletivas, consciente ou inconscientemente, porque muitas vítimas notam os efeitos da participação nos coletivos com o tempo, é dizer, só com o tempo e com os resultados dos processos as vítimas refletem sobre estes; quase que entram sem ter muito conhecimento do que isto representa para os seus processos individuais. A participação nas atividades que desenvolvem os movimentos ou coletivos tornam-se formas de dar sentido à dor, que quando é partilhada cria formas de enfrentar lutos, de fortalecer-se mutuamente. Alexander Soto diz:

*Eu pertenço desde 2009 ao Movice (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado), e quando você partilha com outras pessoas que são vítimas, a dor é mais suportável, a tristeza diminui, porque as pessoas querem-me muito, por exemplo, as mães da Favela 13, vítimas da Operación Orion, as mães de Villa Esperanza, vítimas do desaparecimento... com elas estabelecemos uma grande ligação, pois eu vou e dou-lhes um abraço a elas, dou palavras de encorajamento, assim são elas comigo, é o mesmo então. (10 de Junho 2019, Medellín)*

A partir deste testemunho pode ser inferido que há um reconhecimento da dor e da luta que está marcado pela compaixão e pela consciência do que significa ser uma vítima na Colômbia (sinalizações, ameaças, preconceitos, etc.).

A memória é um dos aspectos mais relevantes na luta dos familiares das vítimas, porque o trabalho que é feito em torno dela tem a ver com a reconstrução da verdade, mas também envolve sentimentos de solidariedade, de apoio para àqueles que não têm as ferramentas legais, discursivas, simbólicas ou para aqueles que estão a iniciar a luta. O medo é uma das primeiras barreiras que os familiares das vítimas têm de superar, porque muitos deles por medo de represálias decidem calar, não relatar. Nesse sentido o trabalho em equipa com aqueles que já

se consideram líderes ou porta-vozes é fundamental, porque mostra o caminho da luta pela verdade e pela memória para aqueles que apenas estão a começar. María Arango diz: “*Acredito que, embora o caso do meu esposo já tenha avançado, há outros, eu quero que os 110 casos de Abejorral avancem, que as mães, esposas, irmãs e irmãos encontrem a verdade... eles estão como eu quando comecei, que não sabia a onde ir, qual caminho tomar*” (4 de Junho 2019, Medellín). Os familiares das vítimas no quadro do trabalho coletivo manifestam que sentem responsabilidade para com outros familiares de vítimas, devido aos laços afetivos que tecem com elas no trabalho colaborativo, e pelo reconhecimento da dor partilhada.



Fotografia 17. Capturas em manifestações e “plantones” de Movice (Bogotá).

As dificuldades são conhecidas antecipadamente, porque os avanços na justiça, verdade, memória, reparação e não repetição são lentos, o que torna a persistência em ato de resistência, é a ação que resiste a perder a memória, que resiste a dar lugar ao esquecimento.

As ações coletivas em torno da memória são essenciais porque unem esforços para dar visibilidade aos casos das vítimas de execuções extrajudiciais e aos processos interpostos pelos familiares das vítimas, ou seja, a luta e as suas dificuldades. Em encontros espontâneos, em marchas conhecem-se outras vítimas e começa um trabalho colaborativo em torno dos casos, que muitas vezes só são reconhecidos e refletidos uma vez conhecidos os resultados desse trabalho em conjunto. María sobre os dois grupos a que pertence refere:

*No início, íamos duas ou três pessoas e ríamos porque nós dizíamos que nada sai daqui, nada, mas começamos com entusiasmo e as vítimas começaram a sentir que isso fazia sentido para além de um, que era uma luta coletiva, e começamos a definir datas de reunião e começamos a trabalhar, para fazer oficinas, tudo para levar os nossos casos adiante, mas também as nossas vidas, porque essa luta tornou-se a nossa vida.* (4 de Junho 2019, Medellín)

Como coletivo participa-se dos processos de memória que produzidos e organizados tanto pelas organizações governamentais como pelas não governamentais, pelas casas da memória ou locais de lembrança, vai-se aos julgamentos, às marchas, realizam-se exposições, fazem-se declarações,

em suma, começa-se a construir uma identidade coletiva e isso é evidente nos discursos dos familiares das vítimas: *“Eu pertenço, participo, saio para marchar com Movice, vou a conferências em Bogotá, em Popayán”* todas as palavras em torno de ações que expressam um sentimento de pertença, mas também formas de apresentação face aos outros que já não envolvem apenas uma identidade individual. Essa construção da identidade coletiva torna-se uma forma de construção individual, porque ao partilhar com outras vítimas que sofrem e sofreram o mesmo está-se a fortalecer os testemunhos, a apagar os preconceitos ou a criar respostas para estes. Nos depoimentos de María e Alexander foi possível detetar, quando se perguntou sobre a sua participação em coletivos, palavras como “universidade”, “escola”, “família”; instituições sociais básicas que fornecem aprendizagem, treino, colaboração, solidariedade, trabalho em equipa, segurança, etc.

Os campos de luta são vários e estabelecem-se através de ações concretas:

- Relacionados com “atos de fala”, testemunhos e espaços de escuta e partilha.
- Relacionados com exigência de verdade, justiça, memória, reparação e não repetição, isso a partir de marchas, “plantones” em espaços públicos e estratégicos como os ministérios públicos, procuradorias, participação na procura de provas de processos legais, ações de rua, relatórios sobre direitos humanos.
- Relacionados com treino ou formações, estes referentes a direitos humanos, leis, ações de memória, oficinas psicossociais, etc.
- Relacionados com exposições de processos, trabalho comunitário, mostras de processos coletivos, convites para a comunidade em geral para participar, ações simbólicas, “escrache”, etc.
- Relacionado com a melhoria das condições de vida, a partir de projetos de produção coletiva, empreendedorismo, elaboração de artesanato, etc.

O espaço de combate mais significativo e urgente para os familiares das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos” é a “limpeza” do nome e da identidade da vítima e, em alguns casos, a procura do corpo o do paradeiro. São espaços de luta porque desafiam o familiar da vítima: estes devem começar a procurar ferramentas que lhes permitam defender-se, denunciar, exigir, expressar-se, agir e resistir apesar da dor. O evento traumático leva as vítimas a mudanças radicais, passam de ser donas de casa, camponeses, a defensores de direitos

humanos, ativistas, líderes comunitários; o processo de luta contribui para o desenvolvimento de competências nas vítimas ou a sua potencialização.



Fotografia 18. Alexander Castro em manifestação pública, Medellín (arquivo pessoal de Alexander).

A dimensão simbólica e discursiva que está presente na luta dos movimentos sociais mostra que esta não se avalia apenas pelos objetivos alcançados, senão também pelas narrativas que se constroem em torno de três aspectos fundamentais: “1) da sociedade em termos do seu passado e futuro, 2) do “adversário” que dificulta o cumprimento das suas exigências, 3) da sua própria identificação como ator coletivo” (Galán-Castro, 2015, p 22).

Relativamente à sociedade em termos do seu passado e futuro, os familiares das vítimas entrevistadas afirmam o seguinte. Alexander Castro:

*Bem, nós fomos deslocados três vezes, a nós os paramilitares assassinaram quase a família toda, eu tenho uma tia e um primo desaparecidos que os mataram e foram picados e jogados ao rio Cauca, somos deslocados do baixo Cauca, do Piemonte, de Yarumal, além de um tio que foi assassinado pelo ELN, outro tio pelas FARC e agora este dos “falsos positivos.” (10 de Junho 2019, Medellín)*

Tais testemunhos repetem-se nos discursos das vítimas, especialmente daquelas que habitam áreas rurais e mostram a soma de um passado de violência, de duelos inacabados ou inexistentes pela pressa da guerra, mas também evidenciam uma mobilização presente e futura para que casos como estes não se repitam: “A minha luta é para que você e os demais, não tenham que viver o que nós vivemos, apesar de não sermos ouvidos ou apesar da indiferença, que isso não vos toque” (Castro, 2019). Esta mobilização presente e futura está carregada de críticas aos sistemas político, económico e social, e é construída coletivamente.



Fotografia 19. Participação em eventos de memória de Alexander Castro y María Arango. Medellín (arquivo pessoal de Alexander)

Diante do adversário que dificulta os processos, nos casos específicos dos “falsos positivos” as vítimas vêm construindo narrativas em torno de acusações contra os altos comandos militares das Forças Armadas da Colômbia, contra os ministros da Defesa da época e contra o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, gestor e promotor da Política de Segurança Democrática. Os média, como as redes sociais, têm sido fundamentais nessa luta, os coletivos apelam à identificação para conquistar aliados na esfera pública e na sociedade civil: “*a nossa dor pode ser a sua dor*”.



Fotografia 20. Cartaz em marcha, que apela ao mencionado anteriormente. Marcha pela detenção de assassinatos de líderes sociais (26 de Julho, Bogotá).

A dimensão simbólica é vital na luta, os artefactos que conseguem construir-se destinam-se a mobilizar a sociedade na compreensão da luta e a enfrentar o adversário com ferramentas simbólicas. Esse confronto procura que: os casos não se repitam; a reparação por danos; a verdade dos acontecimentos e das identidades das vítimas; e, nessa medida, o reconhecimento social do que implica ser “vítima”, identidade que também está em disputa pela conotação que carrega “pobre”, “coitado deles”, “eles são manipuláveis”, etc. As vítimas e os movimentos de vítimas querem ser reconhecidos pela sua luta, pela sua capacidade de resistência e resiliência, sobretudo desejam ser reconhecidos como indivíduos políticos com direitos. Exemplo disso é a luta que encaminharam para a criação da Lei 1448 sobre a Unidade de Vítimas e Restituição de Terras que foi estabelecida em 2011 e que foi prorrogada até 2030, por mandato do Tribunal Constitucional neste ano. Também a participação política que as vítimas exigem no Acordo de Paz assinado em Havana (2016), tal participação foi estabelecida por meio de representações no Senado e na Câmara de Representantes, afim de que a voz e os direitos das vítimas sejam escutados pelos sistemas executivo e legislativo, e que essa voz seja de uma pessoa que experimenta e experimentou o mesmo que as vítimas; esta disposição do Acordo ainda não foi implementada pelo atual governo.

Outro adversário a enfrentar é a sociedade civil, o cidadão que não acredita nos testemunhos das vítimas, que julga a condição dos que exigem a verdade porque se quer “virar a página” da

guerra ou porque justificam o fato vitimizador. É como se a vítima lembrasse constantemente a sociedade do que o país está em guerra, que há pessoas que sofrem, que há pobreza mesmo que esta esteja escondida na periferia ou no campo; é como se ao reconhecer uma vítima se sentisse culpa, é como um medo de se ver ao espelho. Há um estigma na Colômbia em relação às vítimas, citando Castillejo (2001): “[a vítima] limita-se ao lugar simbólico da lenta degradação da sua humanidade. Como aqueles estigmatizados, eles têm tatuado na sua pele os sinais indelévels da sua diferença que não é nada mais do que uma invenção do mundo que habitamos” (p. 136).

Martha Soto, diretora da delegação de Antioquia do Movice, diz:

*Nestes nos últimos anos, quando não se fala das vítimas do Estado, mas sim das vítimas das Farc, então isso é como ... uma maneira de se desculpar, silenciar para dizer que as vítimas que têm direitos são as das Farc... em algumas ocasiões as pessoas aproximam-se a dizer: «você não têm que estar aqui (nas marchas), quais vítimas do Estado? Todos vocês são guerrilheiros» este país gosta de falar de vitimas nada mais, mas nós temos um nome e um apelido, somos vítimas de crimes de Estado, e isso é o que as pessoas não gostam de ouvir, os média ensinaram isso à população e a população aprendeu, eles dizem «vamos apenas falar sobre as vítimas», não vamos falar sobre quem era ou por que o assassinaram, e é aí onde nós não estamos, e é assim porque se desvirtua o papel de garante de direitos que o Estado tem, e isso não lhes convém. (19 de Junho 2019, Medellín)*



Fotografia 20. Movice, delegação Bogotá, face a Procuradoria Geral da República (30 de Maio, 2019, Bogotá)

Diante da construção da identidade coletiva, há certas dinâmicas que a permitem: a solidariedade entre os membros do movimento e entre movimentos (no caso colombiano, os movimentos estudantil, sindical, feminino e artístico apoiam os movimentos das vítimas e a defesa dos direitos humanos); o uso de emoções como motores de mobilização, raiva, frustração, culpa, desamparo, são sentimentos que se transformam na experiência partilhada da dor, dentro do movimento e nas narrativas e ações em espaços públicos expõe-se uma dor única diante dos outros, diante das esferas públicas; a construção de artefactos que representam o movimento e que atuam como objetos de denúncia. Martha Soto, diretora da delegação de Antioquia refere:

*Para nós, o nosso pano com os rostos e nomes dos nossos desaparecidos e das vítimas faz parte da nossa luta diária, saímos sempre com ele, estendemos, situamos; é algo que faz parte da nossa manifestação, porque é uma forma de levar conosco aqueles que não estão, aqueles por quem lutamos, há momentos em que dizemos que está sujo, temos de lavá-lo, ou novos casos chegaram e temos que incluí-los. (19 de Junho 2019, Medellín)*

Esses artefactos ligados à arte, pretendem dar uma nova retórica à luta, quase uma poética que de outra forma questione a sociedade civil e a opinião pública.

Outra dinâmica que ajuda à construção da identidade coletiva é o domínio da linguagem do poder, os movimentos sociais começam a entender a linguagem dominante, a do seu adversário, para combatê-la. Isso é evidente, por exemplo, na forma de falar de Alexander Castro, uma intenção de identificação como vítima, como líder e como defensor dos direitos humanos:

*Eu sinto que eu me tenho fortalecido mais, a minha expressão não é mais a de 10 anos atrás, no coletivo e no movimento há defensores dos direitos humanos e eu começo a entender a dinâmica que deu origem a estes crimes, entendo o que é ser vítima neste país, começo a encontrar ferramentas para me defender e para defender os outros. (8 de Junho 2019, Medellín)*

Esta maneira de falar, de contar o que aconteceu e de explicar os processos realizados para enfrentá-lo é cada vez mais poderosa e significativa, isso graças à experiência de pertencer a um coletivo, ou a um movimento, é uma construção constante e coletiva que dá poder e força à luta: “a mim não me dá medo, por exemplo, dizer aos militares que eles são assassinos, que sabemos o que eles fizeram e o que eles fazem e como eles o encobrem” (Castro, 10 de Junho 2019, Medellín); é como se nos coletivos ou nos movimentos legitima-se as narrativas e as identidades, ali tem lugar de escuta e lugar de ser.

Assim, os movimentos sociais, com a história dos seus membros e a luta que levam a cabo, são o resultado da violência política que não mediu a resposta das vítimas, porque acreditava que só geraria caos, desordem e dor, quando na realidade “para os atores sociais a dor e as causas destes eventos têm um significado ambivalente: inibe e estimula a ação” (Archila, 2004, p. 39-40). As exigências das vítimas e dos movimentos sociais, através das suas narrativas, não aspiram só ao perdão público, à revelação da verdade toda, aspiram também a uma transformação estrutural no que diz respeito às práticas políticas, à participação democrática, à restituição da terra<sup>40</sup>, à garantia dos direitos à vida, à educação, à saúde, etc.

---

<sup>40</sup> Na Colômbia, devido aos processos sociais e políticos associados à violência, o problema da terra é estrutural, muitas pessoas são deslocadas dos seus territórios por causa dos interesses económicos que esta representa: terras para o cultivo de coca e o processamento da cocaína; terras que possibilitam o transporte de substâncias psicoativas; terras que estão no meio de interesses extrativos mineiros; terras que foram roubadas para a extensão ganadeira; pessoas que foram assassinadas para roubar a terra, etc.

### **4.3. Não somos “vítimas” somos sobreviventes e indivíduos políticos de direito (identidade)**

Identificou-se que a transformação da identidade para os familiares das vítimas de execuções extrajudiciais se dá como um processo que é determinado por: a identidade anterior ao evento que despoleta o processo traumático e sua história de vida; pela dinâmica da sua família, do seu ambiente e da sociedade; pela identidade da vítima que perderam; e pelas ações que fazem para compensar os danos causados pelo evento vitimizador. Assim, é evidente que a identidade é o resultado de um jogo de processos e reflexões que as vítimas atravessam e que está em constante (de)construção. Há desdobramento: por um lado, está a (re)significação da sua própria identidade; e por outro lado, a reivindicação da identidade dos seus familiares, vítimas de execuções extrajudiciais e /ou desaparecimentos. Os familiares das vítimas elaboram discursos e narrativas em seu redor, sobre a sua identidade que está em (re)significação e sobre a dos seus familiares executados extrajudicialmente; ou seja, eles carregam duas identidades. E isso dá-se porque um dos trabalhos mais urgentes para os familiares das vítimas de execuções extrajudiciais é a reconstrução da identidade de seu ente querido. Martha Soto diz:

*Eu acho que todos nós (as vítimas) temos um pouco disso quando contamos a história, se eu chego a um lugar e eu vou me apresentar, eu digo, eu estou aqui não por ser Martha, eu estou aqui porque eu sou irmã de Jorge, que é realmente o que interessa nesta história... (19 de Junho 2019, Medellín)*

É um jogo duplo, reflexo, de memória que constrói duas identidades, a da vítima, no reconhecimento da verdade, e a do familiar da vítima no âmbito de alcançar um luto que se transforma numa luta pela verdade e a não repetição.

A identidade dos familiares e das vítimas está marcada por um passado que não é concebido em muitos casos como doloroso, isso por contraste com as consequências do evento, pelo traumático e catastrófico que é a morte do membro da família. Nos relatos das vítimas, em geral, na Colômbia, o passado é comumente idealizado como feliz, sem conflitos, isso emerge em perguntas específicas: como foi a sua vida antes do que aconteceu com o seu familiar? Isto pode ser contrastado com outras seções do testemunho, onde o familiar da vítima relata como eles já foram vítimas de outros atos vitimizadores, como deslocamento forçado, assassinato de familiares num contexto diferente deste e que, pela mesma razão, tiveram problemas e dificuldades económicas. No entanto, é possível ver como a execução e/ou desaparecimento de um familiar próximo (esposo, irmão, filho) desencadeia no membro da família uma transformação ou resinificação da identidade marcada pela luta, que nesses casos específicos se refere à restauração e à reposição da verdade sobre a identidade dos familiares. Claudia Garcés, outra das pessoas entrevistadas, refere: “*Acho que não é preciso ser vítima para falar sobre o conflito, mas sim acho que deve haver um respeito por isso, há essa diferença, não acho que se*

*tem que dizer «que fale quem o viveu», não, mas sim há um tratamento diferente quando se viveu»* (12 de Junho 2019, Medellín). Também nos testemunhos das vítimas já reconhecidas a nível nacional e internacional como defensores dos direitos humanos se pode observar a confissão de que não tinham conhecimento do que estava a acontecer no país antes de serem vítimas deste tipo de violência, que este panorama violento lhes era estranho, mas que ficou claro quando as tocou e quando começaram os processos de luta. Muitas vítimas ficam assustadas quando conhecem outros casos de execuções, desaparecimentos, tortura, massacres, sequestros, estupros, deslocamentos, ataques a civis, etc. especialmente vítimas urbanas, porque o conflito armado sobretudo deu-se nas zonas rurais do país, as zonas onde o Estado não tinha o controle, pelas dificuldades do acesso. Em alguns casos a questão é justificada pela incidência exclusiva em familiares de guerrilheiros ou paramilitares ou pessoas com negócios obscuros.

O olhar idealizado do passado, o não estar consciente de uma história de violência no país, na região, no departamento, ainda passa por um olhar que é como se antes não houvesse uma história, mas um mito... Um mito idealizado, paradisíaco e feliz que se perde quando o que atinge chega, não importa o que seja, a violência e a própria história parecem começar no dia em que a “violência” toca. No relato das pessoas, os problemas começam a ocorrer e a situação muda quando foram diretamente afetadas pela violência. (Villa, 2014, p. 183)

As identidades das três pessoas entrevistadas partilham traços: são camponeses ou filhos de camponeses, pertencem a classes populares com dificuldades económicas, duas das três pessoas habitam atualmente áreas urbanas, duas das três pessoas têm educação média, uma tem educação pós-graduada, as três pessoas já tinham sido vítimas de outros atos vitimizadores (principalmente deslocamento forçado), as três pessoas provaram na frente dos estrados judiciais a inocência e verdadeira identidade dos seus familiares, as três pessoas têm lutado há mais de dez anos e os seus casos ocorreram durante o governo de Álvaro Uribe Vélez e da sua Política de Segurança Democrática.

A construção da identidade atual, principalmente em duas das três pessoas entrevistadas, está marcada pelo fato vitimizador, a outra pessoa afirma que a sua identidade foi fortalecida por esse fato, é dizer que não experimentou grandes mudanças, mas sim fortaleceu a sua identidade, o que estava a fazer antes do evento; *“criou raízes na minha prática artística”*. A identidade e a memória, de acordo com Ricoeur (2006), são construídas narrativamente, de modo que as pessoas na necessidade de se relacionarem com o que aconteceu criam uma imagem de si próprias, que é alimentada pela interação com as outras vítimas e com os outros agentes interessados nos seus casos (advogados, assistentes sociais, psicólogos, pesquisadores, etc.), mesmo com pessoas que são contraditórias ou adversários; isto é, a vítima também resignifica a sua identidade em contraste com a imagem que o Estado e sociedade civil constroem dela. A identidade está marcada pelas representações que a sociedade civil construiu sobre eles, assim, refere-se as vítimas como “mendicantes do Estado”, “pessoas sem instrução”, “maleáveis”, “vulneráveis”, etc., daí o desejo de não ser chamado e identificado como vítima mas sim como

sobrevivente, para anular a conotação pejorativa, e afirmar a identidade de defensor dos direitos humanos, de indivíduo político com direitos que não acredita na reparação abrangente até que as causas estruturais da violência sejam abordadas pelo Estado. É uma tensão latente porque na realidade estes indivíduos são vítimas, mas não querem ser revitimizados ou ser vistos como “oportunistas da dor”, como mendigos do Estado. Embora no contexto colombiano a maior parte das vítimas terem necessidades básicas não atendidas e um nível de pobreza extrema que condiciona a luta e o estabelecimento de prioridades. Parte dos danos que as vítimas sofrem são económicos, porque os executados são principalmente homens, sobretudo nos contextos rurais, onde o papel das mulheres não é o de ser a provedora económica.

O processo de transformação da identidade que se fortalece pelo trabalho coletivo e que é evidente nas três pessoas entrevistadas, é o resultado de um processo de mais de dez anos de luta. Os três são críticos sobre essa identidade de vítimas “mendicantes”. Alexander Castro diz:

*Não podes esperar que tudo venha até ti, os colegas às vezes dizem «ai que preguiça ir para esse evento» e não percebem que esta é também uma construção, que há pessoas que estão a arriscar a vida; isso não é dizer «Eu tenho um advogado, vou deixar que ele faça tudo», não, a luta é do próprio, para participar nos eventos, para ir à marcha, para estar na frente. (10 de Junho 2019, Medellín)*

Essas dinâmicas “contraditórias e críticas” em torno da identidade das vítimas são cruzadas por várias circunstâncias. Às vezes, os familiares das vítimas têm medo de falar, contar o que aconteceu, não se conformam com esse modelo coletivo de denúncia e não querem ir aos julgamentos por medo de represálias. O seu processo de luto e luta talvez esteja num estado mais íntimo e tranquilo, realidade sobre a qual deveria haver igualmente estudos e análises científicas. Também há uma reflexão sobre esses processos de identidade por parte de familiares de vítimas que são líderes e que reconhecem que uma das funções da “remuneração económica” inscritas nas políticas de “reparação integral” é colocar a vítima num lugar de dependência. Ativa-se uma lógica assistencial e espera-se a não denúncia do Estado em troca de benefícios materiais (subsídios de habitação, sobretudo para vítimas de deslocamento forçado, subsídios alimentares, etc.), é uma forma de deslegitimar as exigências de verdade, justiça e não repetição. A esta condição é adicionada outra, o uso político das vítimas. Algumas vítimas fazem campanha para aqueles que foram os seus carrascos, a fim de obter benefícios económicos, daí o trabalho sobre a memória ser bastante duro, como Jelin (2001) refere, a memória é um terreno em disputa, onde se executam jogos de poder. As circunstâncias que determinam a identidade de “vítima”, são enunciadas por Gabriel Gatti (2018) como paradoxais, pois é uma identidade que é desejada, que é procurada, mas depois quer ser descartada, pelas conotações sociais que traz.

As pessoas entrevistadas têm um papel diferente do das vítimas referenciadas em cima, porque embora já tenham provado em tribunal que os casos dos seus familiares foram execuções extrajudiciais, a sua luta não termina aí, eles continuam a exigir condições para que esses casos

não se repitam; duas das três pessoas participam ativamente de um movimento ou coletivo e expressam o desejo de ajudar outros, para tornar público o caso dos demais; a terceira pessoa entrevistada trabalha a partir da arte o tema do conflito armado. Por outras palavras, estas pessoas realizaram e continuam a realizar processos de luto e luta a partir de um papel ativo, não ficaram à espera de uma remuneração financeira e as suas ações visam a exigência de verdade, justiça e não repetição, porque entendem que, se não houver mudanças estruturais no modelo económico, político e social, dificilmente haverá uma reparação abrangente. Claudia Garcés sobre o tema da reparação diz:

*Eu não sei se isso é real, eu digo isso como vítima e como agente ativo no âmbito deste pós-acordo... com o meu projeto "A paz é uma obra de arte"... digo que isso ainda é abstrato, algo impossível de medir, ratificar, calcular, porque na verdade as mesmas vítimas não falam, somos muito poucas as vítimas que falamos, então que reparação total haverá? A reparação total entendida como punição aos culpados, reparação monetária e acompanhamento, que não é, em qualquer uma das três esferas, acompanhamento nenhum...reparação monetária também não... além disso, porque, como digo no epílogo da obra "falso + positivo": «neste país, nesta guerra, com esses eventos que hoje, os colombianos, temos que viver, estamos num estado de guerra que ninguém começou e que não sabemos quando vai acabar porque somos todos vítimas e apelamos aos direitos humanos que foram criados para nos defender de nós mesmos e que o Estado o que tem a responsabilidade de aplicá-los e que hoje não acontece» agora, onde o próprio processo de paz é um falso positivo. Então a reparação total é muito difícil de conseguir, acho que isso não existe, talvez sejam as próprias pessoas as que se reparam, curam-se, acho que o caminho está em nós mesmos. (12 de Junho 2019, Medellín)*

É evidente no testemunho de Claudia que há uma reflexão sobre os processos que as vítimas atravessam, os processos de identidade, os processos sociais e culturais em que se inscrevem, que nela, como vítima e como artista, estão conscientes, porque ela constantemente faz perguntas e esclarecimentos, reflexões com o entrevistador e porque também a sua ênfase durante todo o tempo da entrevista é mostrar como ela própria se repara e como ajuda a reparar o seu ambiente mais próximo (a sua mãe e o seu sobrinho) e o público que assiste às suas obras.

Ser vítima é carregar histórias de guerra, de sofrimento, de pobreza, mas também de narrativas de resistência e resiliência, mesmo que não se seja o mesmo de antes e mesmo que a ferida da dor pela perda nunca se feche. Nas mãos dos sofredores e no uso que dão às suas memórias está o caminho para compensar gradualmente a dor, para aumentar a conscientização da sociedade em geral dos danos que sofreram e reconhecer que é importante olhar para nós mesmos como uma sociedade, estar conscientes das identidades que temos vindo a construir nos processos de conflito, para entender que a forma como definimos os outros também nos define como sociedade.

#### ***4.4. Identidades e narrativas***

Um estudo sobre as narrativas dos familiares das vítimas de execuções extrajudiciais e/ ou desaparecimentos forçados, fatos violentos conhecidos como “falsos positivos”, é importante porque permite uma abordagem dos significados que são construídos em torno desses eventos e experiências de vida, e porque permitem ver os efeitos sociais, culturais, políticos e econômicos sobre as vítimas e as comunidades a partir da voz daqueles que sofrem estes efeitos. Isto pode, em última análise, conduzir a políticas de reparação e memória mais em consonância com o sofrimento e experiência das vítimas. Como foi mencionado ao longo desta investigação, a perda de um ente querido representa a maior dor para o familiar da vítima, no entanto, refere-se que também há, na maioria dos casos, uma “perda” ou transformação da identidade que, na realidade, poderia ser entendida mais como uma ressignificação abrupta da identidade causada pelo fato violento. Da mesma forma, há também uma ruptura com o contexto familiar e comunitário: as três vítimas entrevistadas, ao longo da sua narrativa, relataram sofrer mudanças abruptas na sua família e no seu entorno imediato, algumas nomearam questões como inveja, julgamentos, brigas, estranhamento, distanciamento, etc.

A identidade constrói-se de forma subjetiva e social e responde aos eventos que o indivíduo e a comunidade experimentam, é um tecido social imerso em normas e contextos onde é preciso assumir papéis, e onde as tensões que esses papéis e construções causam permitem mudanças no ambiente e na sociedade em que estão inscritos. As identidades movem-se em ambientes privados e íntimos, constroem uma diferença em relação ao outro (neste caso à sociedade civil e o Estado), e a partir desse estranhamento também se configuram. Assim, essa ressignificação da identidade está marcada, por uma parte, pela diferença em relação ao outro, o adversário neste caso, e por outra parte, pela identificação com outros indivíduos que experimentam eventos semelhantes, neste caso outras vítimas.

A identidade, como construção cultural, responde a uma forma de estar no mundo, à construção de um “eu”, mas isso deve ser “entendido reflexivamente pela pessoa com base na sua biografia... ser uma pessoa não é ser um ator reflexivo, é ter um conceito de pessoa (na sua aplicação para o eu e para os outros)” (Giddens, 1994, p. 72). No que diz respeito aos outros, a identidade é também um processo de reconhecimento em que o indivíduo vai configurando a sua subjetividade e agência; este reconhecimento dos outros sobre essa identidade ressignificada no caso dos familiares das vítimas de “falsos positivos”, e no caso das vítimas de conflito armado em geral, muitas vezes não se dá, pela indiferença e indolência da maioria da sociedade colombiana (não se quer e não é conveniente reconhecer as vítimas e os seus processos) mas também é a partir desse não-reconhecimento que se configuram as identidades individuais e

coletivas. A identidade é também um diálogo e uma “negociação” com os outros, em muitos casos é moldada a partir da disputa pelo reconhecimento que, como foi mencionado na secção anterior, é um reconhecimento que se aceita para um posterior processo de transformação; a vítima quer ser reconhecida como tal, em primeira instância, mas depois quer transformar a partir dessa identidade a imagem que os outros constroem sobre esta.

A história de vida funciona para a identidade como uma treliça onde se vão tecendo as experiências, os eventos e os significados e desta maneira é (re)configurada a identidade. Paul Ricoeur (1996) aponta que a identidade é o resultado de uma dinâmica de tensão entre concordância (disposição dos fatos, construção do “eu”) e discordância (eventos que causam transformações, ruturas, sedimentações). Assim, a concordância é um terreno estável onde o indivíduo constrói a sua biografia, onde ele define a sua história, a sua temporalidade e uma certa unidade no que diz respeito à sua própria imagem. Por outro lado, a discordância é o vulnerável à passagem do tempo, o que não está previsto, que chega para interromper, resignificar, desestabilizar e (re)construir a partir desse movimento. Pode-se dizer que a identidade mantém uma base mas permite a incursão de eventos, acidentes, ruturas e é a partir daí que molda novas formas de estar no mundo, que por sua vez lhe permitem continuar com a sua biografia e devir.

Assim, as três secções que se seguem são uma síntese<sup>41</sup> dessa tensão que Ricoeur nomeia de dialética (concordância - discordância) das histórias de vida das três pessoas entrevistadas, com uma abordagem argumentativa e de análise do discurso sobre as narrativas.

---

<sup>41</sup> Cada um dos sub-capítulos apresentados corresponde a uma história de vida temática e os fragmentos incluídos correspondem aos testemunhos dados pelos entrevistados, portanto, serão enunciados sem referência individual por excerto.

**4.4.1. “Fazer luto e lutar a partir de uma arte urgente, a partir de um teatro político”: Narrativas em torno da arte, Claudia Garcés**

*Se uma coisa aprendemos foi a resistir e a arte tem sido a nossa melhor amiga nesta luta. Mafapo (Movimiento de Madres de Falsos Positivos de Soacha y Bogotá)*



Fotografia 21. Fotografia familiar (arquivo pessoal de Claudia Garcés).

A história de Claudia difere um pouco das histórias das outras duas pessoas entrevistadas porque o seu irmão, em primeiro lugar foi vítima de desaparecimento forçado e porque na sua história há uma insistência no seu trabalho como dramaturga. Claudia tem 36 anos, vem de uma família de classe popular e camponesa, o seu núcleo familiar, como muitos na Colômbia, está estruturado por uma mãe solteira e o seu irmão mais velho, os dois camponeses ou dedicados à agricultura. Atualmente, a sua família é constituída pela sua mãe e pelo seu sobrinho (filho do seu irmão vítima), ela é a chefe da família.

Claudia começa o seu relato com a história sobre o desaparecimento do seu irmão:

*Meu irmão, Pedro, um dia desapareceu, saiu de casa e não voltamos a saber nada dele durante dois anos quando, após denunciar, procurar e seguir o rasto, recebemos a notícia de que foi*

morto num confronto com o Exército Nacional da Colômbia, num município próximo, Nariño (Antioquia). Depois de uma pequena pesquisa, percebemos que neste confronto ele foi o único que “confrontou” o exército e, obviamente, foi o único que foi assassinado. No mesmo dia do seu assassinato fizeram a libertação do corpo e foi sepultado sem identidade, com o conhecimento de que nos seus pertences ele tinha um documento que o identificava como Pedro Garcés, pelo qual, dois anos depois de ele ter sido enterrado fomos avisados ou informados da sua morte e que deveríamos ir para fazer a exumação dos restos mortais, que estavam possivelmente numa vala comum e que nós tínhamos que enfrentar as despesas do teste de DNA dos restos mortais para identificar o meu irmão. Então descobrimos que o seu corpo estava numa aldeia, afinal não estava numa vala comum. Depois de uma investigação completa percebemos que sim era ele e demonstrámos que foi vítima de um falso positivo e a partir desse momento começámos a luta: esclarecer as circunstâncias da sua morte e limpar o seu nome, porque infelizmente neste país, inicia-se qualquer processo judicial com a imagem de culpado e não de inocente, e tens que ser tu a provar a sua inocência. Meu irmão desapareceu em outubro de 2006, fomos avisados em novembro de 2008, mataram-no seis horas após o seu desaparecimento, e fomos notificados dois anos depois, porque dois anos depois não podes exigir nada, porque a lei sobre os falsos positivos menciona isso, mas como havia tanta evidência a favor, fomos capazes de exigir: cinco militares foram considerados culpados deste crime estatal e estão atualmente na cadeia.

Quando o irmão de Claudia desapareceu, ela tinha 23 anos, quando o seu corpo apareceu tinha 25, de acordo com o testemunho de Claudia, a sua mãe não logrou assumir o caso do seu filho porque ela não tinha as ferramentas legais ou o conhecimento básico que isso exigia, por esta razão, Claudia encarregou-se disso:

*Minha mãe é camponesa, é ignorante, mas não digo isso para subestimá-la ou para ofendê-la, digo-o mais por estarmos num contexto de não-conhecimento e desamparo, porque me parece que vai mais para esse lado, porque isso faz a diferença, muitos casos que estão no esquecimento ou que estão a ficar de lado é porque não se tem o conhecimento, é porque há um abuso de conhecimento e não se sabe o que fazer, há muitas vítimas que não sabem o que fazer.*

A forma como Claudia se refere ao seu irmão mostra o carinho e a dor de o perder, mas também mostra a força e o resultado desse luto. Claudia entrega a dor na arte e transforma-a em luto, em força de criação, esta é uma ferramenta que lhe permite curar e fazer os processos de luto tanto individual quanto coletivo. Claudia descreve o seu irmão desta forma:

*Meu irmão é... é porque acho que as pessoas quando morrem não deixam de ser para nós, eles não saem, o reflexo está mais em que ele não vai deixar de ser meu irmão, eu ainda tenho um irmão... ele era muito calado ... Vamos começar com o facto de eu ser a terceira de quatro filhos e agora a única desses quatro e vamos dizer que o último que deixou este plano terrestre foi o meu irmão Peter, com quem tive uma relação que foi de cuidado e atenção, ele quase era meu pai, porque nós viemos de San Carlos quando nos deslocou a violência, eu tinha três anos, viemos para Medellín, para Moravia, então ele era como o pai, ele cuidou de mim enquanto a minha mãe trabalhava, eu também entrei em coisas masculinas, então eu acho que por isso eu sou tão assim (risos). Foi como crescer no campo dos meninos, por causa dele eu gosto de salsa, rock, metal um pouco, porque eu cresci com o meu irmão. Mas se eu tivesse que falar sobre ele, como pessoa, parece-me que ele era muito calado e muito de fazer artesanato, isso foi o que ele se dedicou no último momento da sua vida. Ele era um pescador, em Porce, na barragem de Porce II, ele pertencia à Associação de Asopez, então ele ia pescar por um mês e voltava para a casa com dinheiro ou peixe. Ele era um indivíduo muito quieto, que “permanecia na sua ilha” literal, e muito artesanal, muito construtor de redes, coisas, tecidos. Ele não tinha amigos, quando ele desapareceu não podíamos perguntar a ninguém, porque ele não tinha amigos, mas as pessoas que se referiam a ele diziam-nos: «Ah, o ruivo, aquele que costumava fazer redes, aquele que tricou redes de pesca, ah ele era muito calado, certo?» E assim também era na nossa casa, muito tranquilo, não saía, era uma pessoa muito analítica.*

É evidente como as pessoas de um ambiente próximo, família e amigos, ajudam a moldar identidades porque para Claudia o seu irmão é uma referência na sua vida, ele influenciou-a de várias maneiras, na sua natureza, nos seus gostos musicais, nos seus comportamentos que não se encaixam, de acordo com o seu testemunho, no que se determina como feminino.



Fotografia 22. Claudia e seu irmão (arquivo pessoal de Claudia Garcés).

Esta construção de identidade que está, em primeiro lugar, marcada pelas relações familiares tem maior significado na experiência de eventos violentos: o assassinato de um membro da família, um desaparecimento forçado, porque nestes casos as pessoas ficam num limbo, ficam com uma tarefa que deve ser resolvida, neste caso a limpeza do nome de uma pessoa muito próxima que os marcou para a vida, e que não é somente um nome ou uma história de vida. “*É remover a mácula da guerra do nome do meu irmão e de muitos outros*”. Claudia não experimentou uma mudança radical na sua identidade após a perda do seu irmão mas afirma que o seu trabalho artístico, um dos aspectos mais fundamentais da sua vida, ficou marcado por este evento, ou seja, a sua arte “*enraizou-se*”; ou seja, a sua arte ancorou-se nas temáticas do conflito armado colombiano, no sofrimento e nas ações das vítimas para enfrentá-lo, ganhou mais sentido. Claudia assegura que antes do desaparecimento do seu irmão ela já estava interessada em trabalhar com as pessoas, mas a partir da medicina: “*Eu sou uma assistente de enfermagem, que foi a primeira coisa que fiz quando terminei a escola porque me interessam as*

peças também”. Portanto, embora tenha havido uma mudança na sua identidade, isso diz respeito mais a uma reafirmação:

*Sim há uma mudança, obviamente, porque dá mais raiz (sentido) para a minha arte também ... para essa fome cênica, que é o que me leva a “dizer”, mas sempre esteve, se há uma coisa que me interessa é trabalhar com as pessoas, o social, então o caso do meu irmão é um dos muitos caminhos... minha arte, e eu não sei se alguém já cunhou, e depois desculpe-me, mas a minha arte é uma que chamo de urgente, e é nessa categoria onde eu quero estar agora... porque é o que me faz sentir ligada ao que estou a fazer, o que eu gosto e o que eu quero dizer.*



Fotografia 23. Imagem promocional do trabalho de Claudia Garcés (Arquivo on-line).

A arte para Cláudia na sua vida e nos eventos violentos que enfrentou e que enfrenta significa a possibilidade de cura individual e coletiva, diálogo, escuta, partilha; a possibilidade de fazer luto e de denunciar. A arte que ela chama de urgente é uma que liberta fardos de dor, que responde, com a urgência que implica um evento violento, como um desaparecimento forçado ou uma execução extrajudicial, à sua própria dor e à da sua mãe, que também é a dor de muitos, e que, através do teatro, da encenação, *da poesia feita carne*, como ela o menciona citando Lorca é possível relatá-lo, curá-lo.

*Um evento importante no caso do meu irmão e na minha vida tem a ver com fazer luto desde a arte, e neste processo envolvo a minha mãe, porque apresentar a peça é duro e difícil, era no início e ainda é hoje... é chamar alguma coisa, é fazer algo que possibilite a saída da dor, porque também a peça sozinha tem uma aura que permanece e é uma aura meio dolorosa... e eu recebê-lo no espectador quando se aproximam, quase sempre no final da peça e me dizem: «Eu não queria rir, mas é inevitável, mas é tão difícil não rir e não sofrer». É uma peça que, embora conte dois casos reais muito fortes, embora seja muito direta, é uma peça cômica. Essa aura de dor permanece, mas tem sido uma dor transformada.*

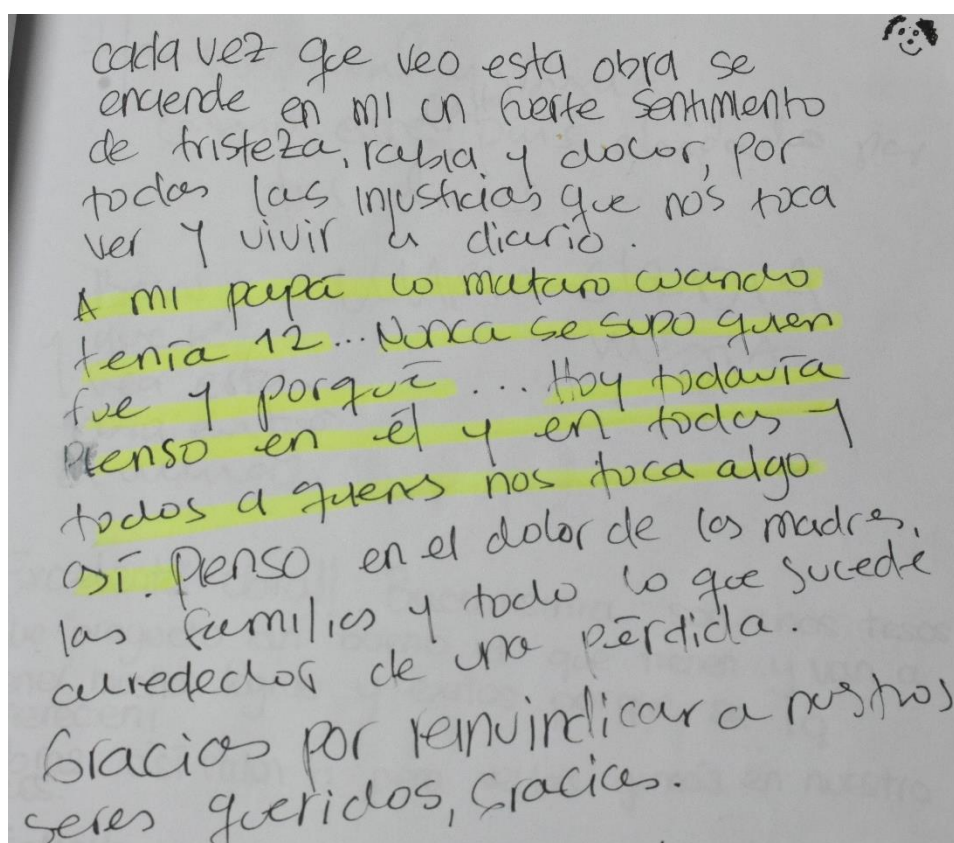
A arte permite a exposição da dor aos outros, o sentimento de experimentar e partilhar por um momento essa dor alheia, mas que se pode sentir a partir da representação, bem como a complexidade dessa no curso diário da vida que não esquece o humor e que, por sua vez, se relaciona com o político: *“um teatro que pergunta pela função da arte”*. Para Cláudia a dor partilhada no teatro começa com a assistência da mãe à peça de teatro sobre o seu irmão:

*Isso é muito difícil, especialmente no início, ela é a espectadora número um da peça ... a minha mãe é muito camponesa, muito do campo, com tudo o que isso implica, então ouvir os seus comentários na peça «oh sim, sim, assim foi» enquanto está a acontecer ou o seu choro, porque também para ela é viver novamente isso uma e outra vez. No início era muito difícil esse momento de catarse constante, então isso é complicado, mas também giro para todos, para os*

*espectadores, para os atores. E é também viver esse processo de luto no presente da peça para contá-lo cada vez com menos dor, com tristeza, com ausência, mas com menos dor.*

Os processos de luto que Claudia possibilita com a sua peça de teatro são evidentes nos comentários dos espectadores, também num registo da peça que acompanha cada função e que se tem transformado num testemunho vivo da peça, dos processos de luto coletivo que se realizam- a partir da arte e de uma constatação do horror que vive e continua a viver o país. As mensagens depositadas no registo vão desde agradecimentos até à expressão de sentimentos, no entanto, o mais contundente, para aqueles processos de luto a partir do presente da peça como Claudia nomeia, são os pequenos testemunhos de outras vítimas:

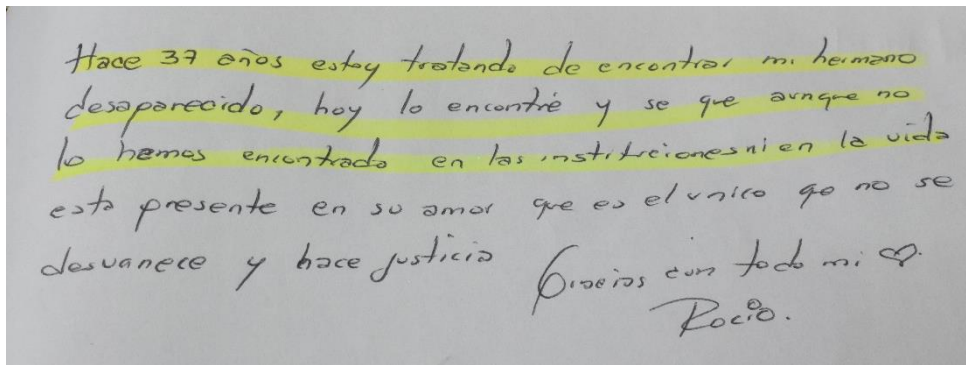
*“Meu amigo Esteban está desaparecido há 11 anos”, “Minha parceira Andrea García López está desaparecida desde 1995 em Suba, Bogotá”, “Há 20 anos na minha família o assassinato do meu irmão ocorreu, não um falso positivo, mas sim no bairro onde fomos criados, ele era um menino com deficiência mental e tudo ficou impune e esta noite vocês lembraram-me do evento”, “Meu pai foi assassinado quando eu tinha 12 anos, nunca se soube quem foi ou por quê, hoje eu ainda penso nele e em tudo o que temos para viver com algo assim”, “Daniel Eduardo esteve vivo hoje aqui”, “Há 37 anos que eu estou a tentar encontrar o meu irmão desaparecido, hoje eu o encontrei e sei que, embora não o tenhamos encontrado nas instituições ou na vida, ele está presente no seu amor que não sumiu e faz justiça...”*



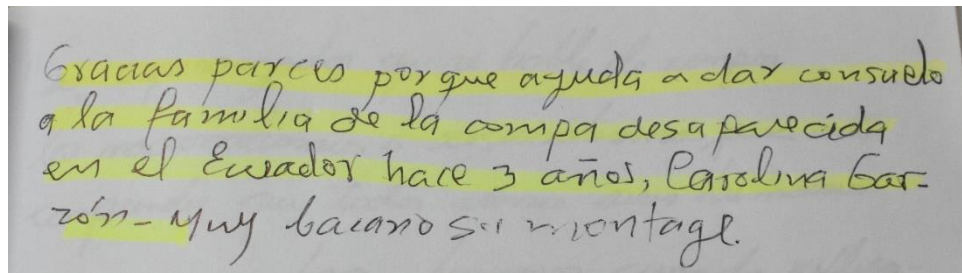
cada vez que veo esta obra se enciende en mí un fuerte sentimiento de tristeza, rabia y dolor, por todas las injusticias que nos toca ver y vivir a diario.

A mi papá lo mataron cuando tenía 12... Nunca se supo quien fue y por qué... Hoy todavía pienso en él y en todos y todos a quienes nos toca algo así. Pienso en el dolor de las madres, las familias y todo lo que sucede alrededor de una pérdida.

Gracias por reivindicar a nuestros seres queridos, gracias.



Hace 37 años estoy tratando de encontrar mi hermano desaparecido, hoy lo encontré y se que aunque no lo hemos encontrado en las instituciones ni en la vida esta presente en su amor que es el unico qe no se desvanece y hace justicia. Gracias con todo mi corazon. Rocío.



Gracias por que ayuda a dar consuelo a la familia de la compa desaparecida en el Ecuador hace 3 años, Carolina Barzon - muy bonito su montaje.

Fotografia 22. Alguns testemunhos de espectadores, registo da peça *Falso + Positivo* (arquivo pessoal de Claudia Garcés)

Esta catarse coletiva que pode entender-se como práticas ou narrativas de reparação, memória e reconciliação entram no que é conhecido como reparação simbólica. Rubiano Pinilla (2015) diz que a arte age, em contextos de guerra, como produtora de ações concretas que procuram visibilizar, sensibilizar, exigir e lembrar fatos, experiências traumáticas, pessoas e comunidades de vítimas e sobreviventes. Essa ação específica transcende as esferas pessoais e íntimas do artista e vai desafiar o público, neste caso o espectador, e gerar reflexões e descargas emocionais que, como catarse, permitem ao artista e ao espectador recriar experiências e processos de luto. A reflexão suscitada por essas narrativas artísticas é direcionada para a compreensão do sofrimento da guerra que têm vivenciado indivíduos e comunidades de vítimas, também tem como objetivo que os espectadores distorçam a violência e possam abordar e reconhecer a dor dos outros, naquele momento no que o artista expõe e denuncia como sofrimento das vítimas. O recurso que utiliza Claudia Garcés nas suas peças é o humor, que adjetiva de negro, do qual ela mesma e os seus colegas de teatro às vezes se assustam, pelo que possa chegar a dizer, através da crueldade explícita, que também reflete um pouco sobre a idiosincrasia colombiana: “celebrar a vida apesar de tudo”. Claudia trabalha com a técnica de *clown* desde que estudou enfermagem, diz que o humor negro vem de lá, mas também da sua essência que ela chama de “valija” para falar do popular que o considera cómico:

*Minhas peças são cómicas porque a realidade é muito difícil, mas além de isso eu sou palhaça, não posso negar a minha natureza, refletindo sobre isso acho que escrevo coisas muito duras, muito trágicas, os meus colegas dizem-me: “Eu não faço isso, como vou dizer isso? Isso é muito forte” ... o que eu escrevo é real, o que eu escrevo acontece na realidade, então, uma maneira*

*de amolecer é rir, o riso é um fenômeno, é como uma licença para revivê-lo de outra forma, para viver a dor. Além de que quando a pessoa se ri é porque conhece, então as pessoas riem não só porque é cômico, mas porque também aconteceu com eles próprios ou aconteceu com alguém conhecido, o riso é uma maneira de aceitar essa realidade, é por isso que há risos, esses personagens reais são grotescos, a dor que deforma o corpo, é como no circo o fenômeno é que é causa do riso.*

Os significados que elabora Claudia com as suas peças, que sempre foram políticas, embora antes do desaparecimento e execução do seu irmão, segundo a testemunho, estão ancorados em imagens grotescas e trágicas, mas a partir dessa perspectiva, cômica: *“desde o meu primeiro número de clown, representei, por exemplo, uma vala comum, tirei pedaços de corpo, pernas, braços, mãos”*. É uma natureza grotesca, que no espectador permite através do riso uma purificação da dor, uma reflexão sobre a violência do país, porque os espectadores passam a envergonhar-se do seu riso devido a tais eventos cruéis mas acima de tudo porque eles sabem que sucederam, que foram verdade. Assim, o teatro torna-se um espaço de diálogo não planeado entre o espectador e os artistas, onde se realiza: uma catarse coletiva, não necessariamente de choro, embora seja, mas do riso; um reconhecimento público dos fatos, das vítimas e dos executores; uma ativação da memória, abordagem de Jelin (2002), a partir da performatividade e sensibilização; e um reconhecimento das identidades que se têm construído em torno da imagem do país.

Outra ferramenta com a qual Claudia trabalha é o conceito de espaço mínimo e corpo deformado, onde faz uma metáfora do povo, porque: *“a comédia fala de pessoas iguais ou pior do que nós e porque esse caminho que eu decidi percorrer, o de vou fazer disso uma denúncia é um caminho de teatro físico, porque se refere ao teatro do espaço mínimo”*. Claudia inicia a apresentação das suas peças com uma explicação desses conceitos: em relação ao corpo ela menciona que esta é uma ferramenta, que longe de ser instrumentalizado, permite a denúncia, e que o espaço mínimo é um gênero teatral contemporâneo, cuja base técnica é o uso de poucos personagens, diálogos curtos e quase zero cenário, onde se trabalham temas sociais e onde não há espaço para divagações ou imagens abstratas, portanto são, geralmente, obras curtas e contundentes, o que para Claudia se traduz numa premissa fundamental do seu trabalho: *“Eu quero que as minhas obras sejam entendidas por todas as pessoas, eu quero que o meu trabalho seja entendido pela minha mãe”*.



Fotografia 25. Captura de quadros da peça *Falso + Positivo* (21 de abril de 2019, Bogotá, Teatro Espacio Breve).

Embora Claudia refira não pertencer a nenhum coletivo de vítimas, ela afirma que o seu trabalho a levou a interagir com grupos, vítimas e sobreviventes do país e de Antioquia. O seu trabalho tem sido apresentado no âmbito das comemorações dos crimes de Estado, em festivais de memória, em lançamento de documentários; “*em espaços com sentido*”, diz ela. Assim, a relação que Claudia estabelece com outros familiares de vítimas de crimes de Estado é mediada pela narrativa resultante da sua obra, pela possibilidade de falar sobre o que aconteceu, sobre a dor subsequente e sobre as ações que permitem compensar os danos e diminuir a dor, bem como a reflexão sobre as identidades que em torno das vítimas foram construídas e sobre os usos da memória:

*Dizem-me «é que agora está na moda a questão da memória, a questão das vítimas» e eu reflito isso porque eles argumentam que agora o assunto está a servir para a arte, mas para mim, como vítima, a coisa mais importante que faço com a arte é a possibilidade de a tornar visível os casos de todas as vítimas, e com isso já saio dessa questão, porque além aqueles que dizem isso não sabem o que é ser uma vítima.*

A identidade que Claudia vem construindo como artista e como vítima, desde o coletivo ou grupal nutre-se pela arte e o que essa implica: “*A coisa urgente da arte tem a ver com o desejo*

*de fazer encontros de pessoas que estão a trabalhar no assunto, porque eu também tenho muitos amigos que estão a trabalhar nele*". Claudia também faz parte de uma equipa de professores da Faculdade de Artes da Universidade de Antioquia que, no âmbito do "pós-conflito"<sup>42</sup>, dá oficinas artísticas para a população vítima e para a população reinserida dos municípios mais remotos da região e os mais afetados pelo conflito, a fim de contribuir para a construção da paz, o que esta significa:

*Aproximar os participantes para gerar novas reflexões e significados diante da paz [...] contribuir com um ambiente protetor, promovendo espaços que permitam o desenvolvimento da resiliência, capacidades criativas para aprender a resolver conflitos, consciencializar sobre direitos e, sobretudo, a sua participação ativa como cidadãos na construção de um novo país. (Faculdade de Artes - UDEA, 2017).*

A identidade de Claudia como vítima e como artista está cruzada por um desejo de denúncia, mas também de cura, luto, memória, reconciliação e reconhecimento das vítimas. Neste caminho artístico que é a sua vida envolve outros, aqueles que frequentam o seu trabalho e aqueles que conhecem a sua vida e o caso do seu irmão. A partir das declarações de Claudia, pode-se inferir que ela faz parte das vítimas que elaboram ações e narrativas de resiliência que, no seu caso, se referem principalmente à arte.

#### ***4.4.2. "Vou a aquecer os meus pés": Narrativas em torno da religião, María Arango***

*Não há nada mais pesado do que a compaixão, nem mesmo a dor em si é tão pesada quanto a dor sentida com alguém, por alguém, para alguém, multiplicado pela imaginação, prolongada em mil ecos.*  
Milan Kundera

A Colômbia é um país católico na sua maioria, estima-se que 73% da população colombiana professa essa religião (Latinobarometro.org, 2017), essa influência não é estranha aos familiares das vítimas, pelo contrário, muitas vezes representa um refúgio e uma saída para a dor causada pela perda do ente querido. No campo dos valores promovidos pela Igreja Católica inscrevem-se as narrativas e ações que María Arango tem realizado ao longo de 11 anos; narrativas que desde o discurso são expostas com palavras que aludem ao perdão, à reconciliação e à compaixão. No entanto, vale a pena esclarecer que apesar de serem esses os valores que regem as narrativas, há uma distância crítica relativamente à Igreja como instituição, ou seja, reproduzem-se os valores

---

<sup>42</sup> Fase de transição após o acordo de paz assinado em Havana em 2016 mas que, atualmente, pelas disposições do governo e pelas condições que exige, não é inteiramente possível e não é plenamente cumprida.

que estão registados nos ensinamentos de Jesus Cristo, mas critica-se o silêncio e o pouco apoio que a igreja dá às famílias das vítimas. A igreja torna-se um adversário a mais dentro da luta, sendo julgada a partir do discurso que professa: “Na igreja não há compaixão, não há escuta, não há compreensão, não há amor e é a igreja, a que supostamente nos ensina a amar”. Em contraste, María diz:

*O meu refúgio está em Deus, ele dá-me conforto, eu acredito em Deus, eu acredito no seu poder, na sua bondade, no seu amor, e eu sei que ele está connosco e ele acredita em nós e acredita na inocência dos nossos familiares, dos nossos seres que mataram.*



Fotografia 26. Família de María Arango, Alberto (seu esposo) e os seus quatro filhos (arquivo pessoal de María Arango).

Nessa tensão, María inscreve as suas narrativas e o seu discurso, resignifica a sua identidade que tal como Claudia se fortalece com o que aconteceu com o seu familiar. A religião na identidade e nas narrativas de María pode ser observada a partir de diferentes perspetivas. Uma das mais importantes é a ritualização, do discurso e do simbólico, no qual inscreve o evento da morte do seu esposo:

*Eu comparo a morte do meu esposo e de muitos “falsos positivos”, e pelas acusações que sofreram, com o que aconteceu com Jesus, não acredito que eles sejam um deus, mas para mim sim são mártires, eles são santos, todos eles são santos, porque eles foram martirizados, torturados<sup>43</sup> sem ter cometido nenhum crime, então para mim eles não estão agora, mas eles enchem-nos de força, como o Deus faz.*

<sup>43</sup> No caso de María e Alexander comprovou-se através da necropsia e pelo testemunho dos próprios ao ver o corpo dos seus familiares, que eles antes e depois da sua morte foram torturados. A Alberto, marido de María, extraíram a língua, quebraram as costelas e os dedos, entre outras coisas. No caso de Alexander

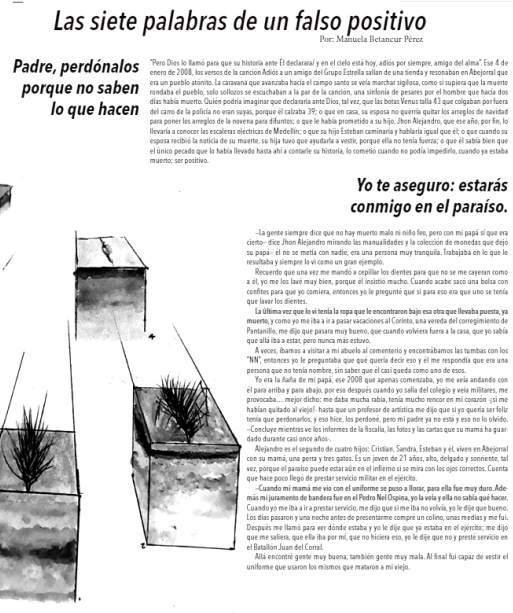
Esta narrativa simbólica de inscrever a história de Jesus na história das vítimas dos “falsos positivos” atravessa toda a história de María sobre a morte do seu esposo. De tal forma que, um relatório regional realizado sobre a história de María e do seu marido, foi intitulado “*As Sete Palavras de um Falso Positivo*”, fazendo uma analogia com as palavras ditas por Jesus antes de morrer. É possível ver no relatório de Manuela Betancur Pérez (2018) a história de Alberto e a luta de María para esclarecer a identidade do seu esposo. Essa narrativa simbólica que construiu Betancur Pérez, baseada no relato de María e dos seus filhos, expressa e sintetiza o que ela experimentou nesses onze anos de luto e luta. Embora a analogia que Betancur faz seja mais jornalística e não se encaixe perfeitamente com a referência das sete palavras de Jesus, com todas as interpretações que se podem fazer delas, é possível ver vários aspectos que, a partir do relato de María, destacam a influência da religião nas suas narrativas e ações.

Assim, faz-se uma reinterpretação dessas sete palavras a partir da história e da análise feita ao testemunho e narrativas de María com o fim de mostrar como a religião tem influenciado a vida, a identidade e as narrativas de María. A primeira palavra: “Pai, perdoa-lhes que não sabem o que fazem” (Lucas 23:34, Bíblia.pt, 2019) enquadra-se no perdão que María concedeu ao executor da morte do seu esposo, um soldado que recebeu a ordem de um alto comando militar e que não sabia aparentemente muito bem o que estava a fazer ou o que lhe custaria. O soldado foi preso e assassinado por testemunhar contra os atores intelectuais.

Na segunda palavra “Podes ter a certeza que hoje mesmo estarás comigo no paraíso” (Lucas 23:43, Bíblia.pt, 2019), no relato de María serve para simbolizar e contrastar a inocência do seu marido e o lugar em que ela o imagina, depois de uma luta pelo apuramento da verdade dos acontecimentos e pela “limpeza” do seu nome: *“Eu estava no inferno, que me disseram que Alberto era um guerrilheiro enlouquecia-me, mas agora com todos esses anos de luta e luto, onde provei a inocência de Alberto, eu sei que ele está tranquilo”*; na concepção religiosa de María, a luta que ela empreendeu e empreende permite um descanso para a alma de Alberto.

---

foi semelhante ao do seu tio e irmão. No caso de Claudia, não foi possível verificar porque o seu irmão esteve dois anos desaparecido antes de se encontrar o corpo. Vários testemunhos de familiares de execuções extrajudiciais alertam para a tortura antes e depois da morte da vítima.



Fotografía 27. Páginas do relatório de Manuela Betancur Pérez. Rionegro, Antioquia (2018).

Na terceira palavra “Mulher, eis aí teu filho” (João 19:26, Bíblia.pt, 2019) pode interpretar-se desde muitas perspectivas, no entanto, aquela que talvez acomode melhor a narrativa de María tem a ver com o cuidado e o amor que Jesus confiou ao Apóstolo João no que respeita à sua mãe viúva que em María se reflete no cuidado dos seus filhos mas também em ouvir e aconselhar outras vítimas:

*Para mim, a coisa mais importante é ajudar as pessoas que não têm essa capacidade de luta, que têm medo de falar, porque não sabem por onde começar, eu quero que cheguem onde eu cheguei, para limpar o nome dos seus familiares... eles contam-me as suas histórias e as dos seus familiares, mas eu não sei porquê, não sei o que eles vêem em mim, não sei o que é, talvez eu inspire confiança ou conhecem o meu caso ... Eu não sei.*

Sentimento que também se assemelha à compaixão.

Na quarta palavra “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?” (Mateus 27:46), pode interpretar-se a partir de múltiplos significados, o primeiro o desamparo e a raiva que se experimenta pelo fato de se ser vítima de um evento de tal magnitude, que também se exprime em palavras como: “*para nós sempre ou por quê para nós?*” e ainda mais para pessoas crentes. São fases do luto em que se experimenta impotência por não se encontrar nenhuma razão para os fatos, mas também por não se encontrar justiça, verdade, respostas mas indiferença, julgamento, indolência, rejeição, etc.:

*Eu tive momentos muito difíceis, aquele que me dá força é Deus, embora às vezes eu o tenha questionado, eu tenho-o reprendido, eu disse-lhe: «Mas o que acontece Deus? Porque me envia coisas tão fortes? O que é que eu fiz para o merecer?» Há pessoas que me dizem «Quando é que a sua vida foi fácil?»*

Na quinta palavra “Estou com sede” (João 19:28, Bíblia.pt, 2019) refere-se à verdade em termos de justiça e restituição ou limpeza do nome, que para María, e para as vítimas de execuções extrajudiciais, significa a sua luta e a ressignificação da sua identidade. Também se associa ao fato de que a luta não termina até que nunca mais se repitam casos como estes no país, o que implica um trabalho forte sobre a memória.

A sexta palavra “Está consumado” (João 19:30) pode significar uma sentença sobre o trabalho grande que se tem imposto às vítimas, respeito a verdade, a justiça, a memória e a não repetição, representada nas ações que as vítimas decidem assumir na Colômbia, uma luta que não termina, mesmo em 2016 com a assinatura do acordo de paz. Só um trabalho sobre a memória, ativo, insistente, contínuo, simbólico, contundente e abrangente pode entrar na consciência das pessoas sobre o reconhecimento do conflito e as consequências, traços e dores que este deixou, e pode ajudar no caminho da cura e na construção da paz. Também tem a ver com a ideia de prova que Deus dá às pessoas:

*Às vezes acho que Deus me testou, ele queria ver quão forte eu era, e às vezes pergunto-me, será que eu sou forte? Eu não acho que sou mais forte do que os outros, eu não acho que eu sou mais capaz também não, mas aqui sigo.*

A sétima palavra “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (Lucas 23:46, Bíblia.pt, 2019) também refere a luta dos familiares das vítimas para esclarecer a verdade das execuções e a verdade sobre os nomes e identidades dos seus familiares executados. Luta que continua marcada pela dor: justificação dos fatos, “*Quem sabe o que é que estava a fazer merecia pelo facto de ser guerrilheiro*”; ameaças, “*eu recebi ligações para o telefone onde colocavam canções fúnebres, eu sempre fui ameaçada por querer expor os fatos desses crimes*”; sinais, “*As pessoas pensam que isto é por dinheiro, e pela compensação que o Estado dá pelo assassinato de um familiar, como se isso devolvesse a vida do Alberto, falam porque eles não sofreram isso*”; subestimação, “*«Você não vai poder fazer nada, você não é alguém», falam as pessoas no escritório da procuradoria, a minha família, na Igreja também, eu não gosto da ideia de resignação*”. A luta dos familiares das vítimas de execuções extrajudiciais é um caminho de dor e disputa sobre o reconhecimento da verdade, onde a fé e a esperança para as pessoas são importantes e onde muitas vezes as crenças espirituais ajudam a carregar o peso; é também uma luta para não se renderem.



Fotografia 28. Fotografias do mural “Aquí deixo a minha história”, feito coletivamente com a comunidade vítima de Abejorral e com a equipa jornalística de Enfoque do Oriente. A ideia do mural é que seja intervencionado com as histórias das vítimas. (Abejorral, 2018, Arquivo pessoal de María Arango).

A compaixão e o amor pelos outros nas narrativas de María Arango são expressos através do trabalho com outras vítimas, que consiste na participação em eventos, na motivação para não desistir, no trabalho de tornar visíveis os casos de Abejorral e de Antioquia.

Outras atitudes em torno da religião que estão presentes nas narrativas e na identidade de María é a humildade. Quando se perguntava sobre a sua liderança dentro do coletivo ao qual pertence, onde Alexander também está (outro dos entrevistados) ela negou essa identidade, um pouco envergonhada e com uma atitude humilde diz: *“Eu não me considero líder, Alexander é um líder, mas eu não ou não sei (risos), acho que falta muito mais formação, muito mais conhecimento sobre direitos humanos, sobre cuidado psicossocial”* embora os seus colegas a referenciem como tal. Isto tal vez se relaciona com questões de género, porque quando se

perguntou a María pela diferença entre a luta que empreendem homens e mulheres nestes casos, ela destacou o papel da constância e da paciência que têm as mulheres, mas não especialmente a liderança, aspecto que partilham as outras três pessoas entrevistadas (Claudia Garcés, Martha Soto e Alexander Castro) apesar de que nestes casos, e nos casos de violência em geral na Colômbia, são as mulheres as que lideram processos de luto e luta, e liderança comunitária, com o trabalho extra de enfrentar os preconceitos com relação ao gênero, como se tem comprovado na Ruta do Pacífico (ONG que estuda os processos das mulheres dentro do conflito armado na Colômbia). Um estudo com uma amostra mais ampla poderá aprofundar este aspecto.

María não está muito consciente da componente religiosa e espiritual implícita no seu discurso e nas suas narrativas, mas refere sempre: *“Deus te abençoe. Espero que Deus nos ajude com isso... confiança em Deus sai isso... isso foi graças à ajuda de Deus. Deus me protege... Não sei se esta missão foi um mandato divino .... Tenho vários guardiões no céu, etc.”*, e isso responde também a uma idiossincrasia da região, onde a religião e sua prática são importantes, onde as pessoas determinam o seu caminho pelos mandatos divinos. Nas fotografias que María faz para ter um arquivo pessoal sobre as atividades em que participa é muito comum ver a sua presença em missas, no cemitério, a fazer arranjos de altares com as fotografias dos seus familiares, bem como objetos religiosos a acompanhar a imagem/fotografia do membro da sua família que foi executado.



Fotografia 29. Disposições de altares com fotografias de vítimas de “falsos positivos” (Medellín, 2016, arquivo pessoal de María Arango).

A ideia de justiça é outro ponto religioso que se soma nas narrativas, onde, se bem que essa não se concretiza na luta (representada pela judicialização dos autores intelectuais) terá sucesso nas disposições divinas. Assim, de acordo com a perspectiva religiosa de María: *“Você acha que essas pessoas dormem tranquilamente? Isso já é um castigo, Deus está no céu e vê tudo, mais cedo ou mais tarde a verdade chega”*. Há uma confiança na justiça divina que, apesar do que se pode pensar, não imobiliza os familiares das vítimas, liberta-os um pouco da dor, mas também

lhes exige que contribuam na procura de justiça, porque a responsabilidade é de todos dentro da ordem humana para que a justiça aconteça, segundo as crenças religiosas de María. Além disso, a justiça não envolve apenas a judicialização dos culpados, implica também a abolição do sofrimento, do que o causa, neste caso a vitimização e revitimização. E essa abolição tem que se dar igualmente no plano do humano, através da propagação da verdade, o que também está fortemente ligado à imagem de Jesus: “*Eu sou o caminho, a verdade e a vida*” (João 14:6, Biblia.pt, 2019).

*Muitas pessoas me perguntam: “Como você pode na meio de tanta luta, de tanto sofrimento, continuar com esse sorriso?” e eu respondo “é que Deus está comigo e se Deus está comigo eu posso tudo, se não se tem essa fé em Deus, não temos nada, estamos vazios.*

María, no plano do simbólico, associa a procura pela verdade e a necessidade da memória que garante a não repetição com a última ação do seu marido, antes de morrer:

*Quando ele saiu de casa do seu irmão, um vizinho perguntou-lhe “para onde você vai?” e ele disse: “Eu vou aquecer os meus pés”, imagina, a ele os militares vestiram como um guerrilheiro, colocaram um par de botas número 43, quando ele era 39. É difícil tudo... porque ele adorava escrever, ele era fanático da escrita, ele costumava ler escritores famosos, fazia resumos, pesquisava quem eram os escritores, procurava as suas fotografias, enfiou-as num caderno ... e um dia deitado na cama, ele diz-me: «Mari, eu gostaria de morrer e deixar história» e eu disse: «Sim? História? E que tipo de história gostarias de deixar?» Ele disse-me: «Não sei, história, qualquer tipo de história, assim como as pessoas famosas deixaram história», e eu pensava a fama que nós temos: pobres, humildes, trabalhadores, honestos, mas não havia fama nenhuma, e eu seguia o jogo e disse-lhe «vamos dizer que deixas história, quem vai contar essa história?» Respondeu com essa naturalidade «Não existira alguma pessoa que desejasse contá-la? Alguém tem que contar a minha história». E um dia eu disse aos meus filhos: «Vejam a ironia da vida, o vosso pai queria deixar história, ele queria que alguém a contasse, e antes de morrer ele disse que ia sair para aquecer os seus pés, e isso é como eu agora, saio a aquecer os meus pés para contar a história do vosso pai».*

Este ato de testemunhar também se refere à missão que Jesus confiou aos seus discípulos quando lhes pediu para levarem o testemunho das suas palavras, da sua vida, que como foi mencionado anteriormente é a verdade. O mesmo faz María, testemunha para que a verdade sobre a execução do seu esposo e de outras vítimas seja conhecida, para que isso não aconteça novamente, a fim de contribuir para salvar vidas.

*4.4.3. “Eu precisava que aparecessem mais vítimas de execuções extrajudiciais”: Narrativas em torno da liderança comunitária e a incidência política, Alexander Castro*



Fotografia 30. Alexander com uma das Mães da Plaza de Mayo da Argentina no Encontro Internacional de Vítimas de Crimes de Estado (arquivo pessoal de Alexander Castro).

“A conformação da liderança tem a ver com uma prática de relacionamento que coloca em jogo a capacidade de escuta, a mediação, as propostas de articulação de um tecido social comunitário” (Ruta del Pacífico, 2013, p. 453). No testemunho de Alexander Castro, familiar de vítimas de execução extrajudicial (tio e irmão), vítima de deslocamento forçado (três vezes) e familiar de vítima de desaparecimento forçado (tia e primo), é evidente, a partir da sua expressão, uma postura crítica em relação ao sistema (Estado, governo e sociedade), que não fica só em atos de fala, entra em ação, através de marchas, “plantones” permanentes em sítios estratégicos, participação nos preparativos dos relatórios para o JEP (Justicia Especial para la Paz), atos simbólicos, participação em reuniões de vítimas, mas acima de tudo construção da

comunidade vítima<sup>44</sup> que aposta na resiliência. A aposta de Alexander é justamente a construção de uma comunidade vítima de execuções extrajudiciais na Antioquia, que lhes permita somar forças, elevar a vozes e construir narrativas de memória, assim como ter incidência e participação política.

Alexander pertence a vários movimentos e coletivos de vítimas, participa do Movimento Nacional das Vítimas de Crimes de Estado (Movice) desde 2009, da Corporación Jurídica Libertad e do Coletivo Tejiendo Memorias desde 2017, deste último ele é membro fundador, neste reúnem-se vítimas de execuções extrajudiciais de Antioquia; este coletivo recebe o apoio logístico, jurídico e profissional da Corporación Jurídica Libertad que numa das suas missões propõe a formação de indivíduos políticos e comunidades que desenvolvam a capacidade de enfrentar criticamente o sistema e desenvolvam práticas de paz.

*A ideia de criar um grupo de vítimas de execuções extrajudiciais aqui em Antioquia surge, em primeiro lugar, porque eu me sentia muito sozinho, na Corporación Jurídica Libertad eu dizia aos advogados “não pode ser que eu seja a única vítima de execução extrajudicial em Antioquia”, mas também surge pelo que isso representa, quando se partilha com outras pessoas que são vítimas a dor é mais suportável e também porque o fardo da denúncia é distribuído. Já existem 15, 20 pessoas a reivindicar e isso já tem mais peso do que se fosse eu sozinho.*

---

<sup>44</sup> Na América Latina, e na Colômbia, nas últimas décadas têm-se constituído comunidades de vítimas, que pelas experiências violentas que partilham e pela incidência política que pretendem, têm-se feitos visíveis e têm ganhado reconhecimento como movimentos sociais fortes e com repercussão nos espaços políticos e sociais. O conflito armado na Colômbia, que se iniciou na década de sessenta com a criação das guerrilhas e que cresceu a criação dos grupos paramilitares e o fenómeno do narcotráfico, na década dos setenta e oitenta, respetivamente, deixou de lado o enfrentamento por grupos, já não eram os conservadores contra os liberais, o conflito tornou-se um enfrentamento entre exércitos com interesses (que no início envolviam a população (caso da guerrilha) mas que com o passar do tempo se viraram para interesses próprios) onde a população civil é e tem sido vítima dos fatos, de distintas formas, e com fatos violentos que só na Colômbia se tem inventado. Assim, esta população afetada constitui comunidades de vítimas que enfrentam os seus carrascos, onde se reconhecem como vítimas de um conflito do qual não são participantes, mas sim vítimas. As comunidades de vítimas associam-se segundo a natureza da violência que as afetou ou segundo os seus carrascos ou região, casos de comunidades de vítimas são: Laboratorios de paz del Oriente Antioqueño (Prodepaz, 1999) e no Magdalena Medio (Programa de Desarrollo y Paz del Magdalena Medio, 1996). Essas comunidades de vítimas têm muitos obstáculos a superar: o reconhecimento do país todo de que são vítimas, a acreditação das suas histórias, a referenciação dos grupos políticos que representam os grupos que os têm violentado, políticas que os incluam, etc.



Fotografia 31. Coletivo Tejiendo Memorias (Medellín, abril de 2019). Arquivo pessoal de Alexander Castro.

Assim, torna-se claro que a criação de um grupo de trabalho de vítimas representa um apoio mútuo, força na denúncia, redes de formação, empoderamento pessoal e coletivo, espaços de escuta e partilha onde é possível iniciar e desenvolver processos de luto, funções que as vítimas muitas vezes esperam do Estado, nas suas políticas de reparação abrangente, mas que pode realmente estar nos seus próprios processos, comunitários e horizontais, onde as próprias vítimas sejam ouvidas e elas próprias encontrem saídas a partir da sua dor. Quem mais para reconhecê-lo do que alguém que o experimentou? Práticas que não são do interesse do Estado, uma vez que com as políticas atuais em relação às vítimas o que é reforçado é uma dependência do mesmo Estado, onde a resistência social e a denúncia estão desvinculadas, o que por sua vez leva ao esquecimento e ao caminho da repetição de crimes.

O trabalho de formação de redes de apoio, com um forte objetivo de incidência política, onde a voz das vítimas é relevante na concepção de políticas públicas que as envolvam e na reparação de problemas estruturais que perpetuam a permanência do conflito armado (tráfico de drogas, disputa de terras, pobreza extrema, acesso limitado aos direitos básicos, etc.) é um trabalho muito duro, porque, como diz Alexander: *“a ameaça é constante e latente, em muitos aspectos, porque claro está-se a denunciar quem nos deve proteger (supostamente), e aquele que se está a denunciar tem poder, e não é qualquer poder, e nós que temos diante disso? medo, terror, medo, as pessoas que denunciam têm medo”*. Isso coincide com o maior problema identificado por Martha Soto, diretora da delegação do Movice em Antioquia, quando trabalha com vítimas

de execuções extrajudiciais. Assim, um dos maiores desafios enfrentados por Alexander na sua ideia de constituir um grupo de vítimas de execuções extrajudiciais é tirar o medo aos seus companheiros:

*Eu tenho ido sensibilizando, que temos de estar unidos, que temos de dar a conhecer estes crimes, senão o país continuará a acreditar que estes crimes foram mentiras para com os pobres soldados e militares, então no início isso foi difícil, tirar o medo é muito difícil, deixar o silêncio de lado também. Tento inculcar no grupo que não devemos ter medo, já o medo saiu de moda, porque além disso que ganhamos com o medo? Se eles nos vão matar com medo ou sem medo, olhe para todas as mortes de líderes sociais e defensores dos direitos humanos!!! .... Pelo menos aqui as pessoas já contam os seus casos, dizem-nos, é um trabalho motivacional muito grande, de persuasão, onde se deve insistir que se não há união não há força, não há resultados.*

Os resultados a que Alexander se refere e os que, em primeiro lugar, esperam os seus companheiros são muito específicos: que os seus casos não sejam tratados judicialmente em tribunais criminais militares, que estejam nos tribunais comuns de justiça; que os seus casos sejam uma prioridade na agenda de atenção e justiça da JEP; que os casos não se repitam, isso através da visibilidade das suas histórias, das consequências sobre as vítimas e das próprias ações que elaboram para compensar os danos.



Fotografia 32. Captura de fotograma de vídeo que mostra a participação de Alexander num acto comemorativo em Medellín na Jornada Nacional contra as execuções extrajudiciais (6 de Março de 2009).

Nesse sentido, a luta liderada por Alexander em Medellín envolve a construção de um tecido social que, para o Estado seu adversário, é conveniente quebrar, para fraturar a resistência que as vítimas concretizam através de ações simbólicas, da construção de pensamento crítico, da procura de empatia e solidariedade junto dos cidadãos, pois um forte tecido social permite o avanço e a solução de problemas estruturais que incentivam a guerra.

A liderança de Alexander faz parte da construção da sua identidade, que desde a infância tem sido marcada por fortes eventos violentos, causados por diferentes exércitos e interesses (roubo da terra, silenciamento de familiares sobre eventos violentos, aumento nos números de combate da guerrilha, etc.). Assim, a construção da sua identidade tem estado em constante

ressignificação, no entanto, mais uma vez, assim como María e Claudia está marcada pelo fato da execução de seu irmão e tio.

*Quando eu estava no serviço militar, eu tive que ver como eram feitos os ataques para a comunidade de San José de Apartadó, pelo exército e os paramilitares, em conjunto. Essa comunidade tem sido muito estigmatizada, muito atacada, então o meu pensamento desde a adolescência e infância, desde os quatro anos que comecei a trabalhar, está sempre com os outros, doe-me os outros, doe-me a injustiça, que violem os direitos de outras pessoas. Algo pelo qual eu fico apaixonado é a luta, a defesa dos direitos dos outros, eu gosto muito disso e agora que tenho que defender os meus próprios direitos, ainda mais.*

Esse desejo de lutar pelos outros; essa liderança que está a ser concretizada por Alexander em Medellín, está a transformar a sua vida, e pode ser evidenciada através de várias ações: a motivação na continuação da luta que ele oferece aos seus companheiros; a criação de redes de vítimas e aprendizagem, através destas, sobre direitos humanos e defesa judicial, bem como o treino de liderança; visibilidade das execuções extrajudiciais do país; construção de pensamento crítico que é fortalecido pelo diálogo e debate entre colegas e amigos.

Essas ações estão entrelaçadas e formam uma dinâmica em torno da liderança que está a espalhar-se no coletivo que Alexander fundou. A motivação dá-se de muitas formas. No fato de que mais pessoas se estão a unir ao processo e ao Coletivo, isto é, poder observar-se que não são poucas as vítimas de execuções extrajudiciais, o que comprova que foram crimes sistemáticos e que muitas pessoas partilham as mesmas características: são pessoas pertencentes às classes populares, habitantes rurais, camponeses, indivíduos com personalidades que podem ser rotuladas como calado, ausente, tranquilo, tímido, ou seja, pessoas que não despertavam muito curiosidade na comunidade. Em segundo lugar, ver como se começa a ter um reconhecimento e uma visibilidade dos casos, através de pessoas de fora que estão interessadas, como ONGs, jornalistas internacionais, estudantes, mas também da própria comunidade vítima. Em terceiro lugar, experimentar a transformação da dor em luta, a partir do momento em que se inicia o apoio mútuo, as atividades de denúncia e comemoração, os relatórios, a compreensão das causas e das consequências dos crimes e as respostas a estes. Isso não quer dizer que não haja dificuldades, há muitas, mas para isso é que serve o coletivo, para resistir ao desejo de abandonar: “*A justiça está projetada para atrasar, para que as pessoas fiquem cansadas e abandonem o processo, mas temos que ser mais fortes do que isso*”.

Em relação à criação de redes de vítimas e aprendizagem dos direitos humanos através destas, Alexander frequentemente participa de reuniões nacionais e internacionais de vítimas, onde ouve, pergunta, relaciona, aprende e, posteriormente, transfere para os seus companheiros. É um processo de aprendizagem colaborativo, onde aqueles que frequentam refletem sobre o que está a acontecer no seu país, na sua região e no mundo, e constroem uma análise a partir dos seus próprios processos. Este aspecto está ligado à visibilidade dos casos, porque nestas reuniões Alexander testemunha sobre o que aconteceu com os seus familiares e sobre os casos em geral

de Antioquia. Também cria contactos com agências de imprensa internacionais, defensores de direitos humanos, entidades que podem prestar assistência psicossocial, etc.

*Tenho falado com as mães de Soacha, conheço os seus processos e os seus casos, que não são os mesmos de aqui, tenho assistido a eventos a nível nacional, como comemorações, tenho feito contacto com outras vítimas de massacres que assolaram este país, conheço as Mães da Plaza de Mayo da Argentina, as vítimas da Guatemala, de Salvador, tenho partilhando espaços, ideias, experiências, então são coisas que nos tornam mais fortes, de muitas maneiras, que também dão coragem.*

Como parte do trabalho de campo realizado em Medellín, visitou-se a Casa da Memória e encontrou-se uma homenagem permanente aos familiares de Alexander, do qual ele não tinha conhecimento, não soube como tinha lá chegado ou porque a Casa decidiu incluí-los. Isso demonstra o trabalho de visibilidade que Alexander tem feito com o seu caso. Daí Alexander referir que este caminho que ele tomou é um de aprendizagem, onde o seu pensamento, a sua argumentação, as suas ações e a sua identidade foram fortalecidos. Essas ações são importantes na construção da identidade de Alexander e no que ele projeta para o futuro: *“Sonho em ir para a universidade, sonho em ser advogado, sonho em poder ajudar as pessoas com mais força, com mais conhecimento, aqueles que mais precisam”*



Fotografia 33. Captura de fotograma de vídeo musical, onde se mostra um dos atos simbólicos que realizam as vítimas em Medellín e no qual participa Alexander (4 de Junho 2016).

## CONCLUSÕES

*Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.  
Como a lua e como o sol no céu,  
Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.  
Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.  
Da favela, da humilhação imposta pela cor.  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor.  
Eu me levanto.  
Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.  
Deixando para trás noites de terror e atrocidade.  
Eu me levanto.  
Em direção a um novo dia de intensa claridade.  
Eu me levanto.  
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto.  
Eu me levanto.  
Eu me levanto.  
Maya Angelou*

Um estudo sobre as práticas, ações e discursos elaborados pelos familiares das vítimas dos “falsos positivos” que neste trabalho de investigação se enquadram no conceito de “narrativas de sentido e sem sentido”, pode contribuir para a visibilidade dos processos de luto e luta, com o fim de: sensibilizar a sociedade civil sobre esses casos e ações, ou seja, ajudar no anular da indiferença e da indolência; contribuir para a memória sobre os casos, as suas causas, consequências e reparações, e nesse sentido para a não repetição; contribuir para a atenção psicossocial prestada por entidades estatais e governamentais, mas também por entidades particulares; compreender os efeitos psicológicos, económicos, sociais e culturais dos familiares das vítimas e, nessa medida, os danos e a violência em toda a sua extensão (física, psicológica, social), que causam e causaram as forças militares às populações mais vulneráveis; refletir sobre as construções de identidades que as vítimas desenvolvem sobre si mesmas e aquelas que outros elaboram sobre elas, muitas vezes revitimizadas. Esta contribuição será também reforçada pela proposta de arquivo detalhada no Capítulo 3.

O trabalho de campo, que se realizou em dois espaços específicos, Medellín e Bogotá (Março a Junho de 2019), revelou perspectivas sobre os processos dos familiares das vítimas, que determinaram o caminho da pesquisa, perspectivas que também fazem parte das conclusões.

Os crimes cometidos entre 2002 e 2008, conhecidos pelos média, afetaram não apenas Bogotá e Soacha mas também muitas outras regiões do país, cada um com uma forma diferente de procedimento, com um *modus operandi* distinto, o que pode influenciar as ações subsequentes que os familiares das vítimas realizam como resposta, o que permitirá um estudo comparativo subsequente. No caso deste estudo, para a região de Antioquia (uma das mais violentas do país), determinou-se que o *modus operandi*, na maioria dos casos foi o seguinte: o local dos fatos faz parte das zonas de conflito; as vítimas são detidas arbitrariamente nos seus locais de moradia ou trabalho ou latifúndio nos campos, sem ordem judicial; as vítimas são transferidas para áreas remotas onde são executadas, o que não permite testemunho dos eventos; em alguns casos, apresentam-se situações de tortura antes e depois da execução; comprovou-se que as vítimas foram previamente apontadas por vizinhos ou moradores do povoado; antes da execução, os militares simularam um confronto com tiros no ar e explosões de metralhadora, isso para relatar a ação como “morte em combate”; as vítimas foram vestidas com fardas da guerrilha; colocaram-lhes munição para reafirmar o perfil dos guerrilheiros. Neste procedimento muitos erros foram cometidos, como colocar botas de tamanhos que não correspondiam ao da vítima, e vestir fardas novas, não usadas ou colocar armas na mão direita quando a vítima era canhoto, etc.; os militares moveram os corpos para os municípios mais próximos, com o fim de os “legalizar” como guerrilheiros mortos em combate para os enterrar muitas vezes como NN em valas comuns e assim fazê-los desaparecer (exemplo disso é o caso do familiar de Claudia Garcés).

Tem-se comprovado que esses crimes fazem parte de uma prática sistemática de extermínio social, pelo perfil das vítimas em geral, prática que foi enquadrada numa Política de Segurança Democrática que, com a alegação de derrotar militarmente a guerrilha (constituídas pelas FARC, o ELN e o EPL), assassinaram milhares de jovens e adultos para os fazer passar por guerrilheiros mortos em combate e em troca receber prêmios como promoções, férias, viagens, etc.

Os familiares das vítimas dos casos conhecidos como “falsos positivos”, que são execuções extrajudiciais e/ou desaparecimentos forçados, antes do evento já tinham experimentado outros eventos vitimizadores, especialmente deslocamento forçado. O evento da execução ou desaparecimento transforma a identidade, apesar da identidade já ter cicatrizes anteriores que a transformaram, no entanto, considera-se que o evento mais traumático, neste caso o “falso positivo”, que traz como consequência a morte do ente querido e a mancha no nome do seu familiar, é o que conduz a uma ressignificação mais aprofundada da identidade.

Essa identidade responde e constrói-se pela história de vida da pessoa (passado), pelo que ela quer construir (futuro), pelas ações que faz para mitigar a dor, em torno da memória, da verdade,

da justiça e a autorreparação (presente) e pelo adversário que enfrenta. Essa resignificação também é determinada por uma tensão no que diz respeito à sua identidade de vítima. O familiar da vítima quer ser reconhecido como vítima mas quando o consegue, rejeita-o por causa das conotações negativas que a sociedade lhe imputa: mendigo, pobre, ignorante, manipuladora e manipulável etc. Isso determina que muitas vítimas queiram ser antes reconhecidas como sobreviventes.

Concebem-se a execução extrajudicial e/o desaparecimento forçado catástrofes, porque não há nem existira uma reparação total que retorne a vida da vítima mas os familiares trabalham para que de certa forma a dor diminua e de lugar ao luto e a luta. A dor, apesar do que se possa pensar, nos casos com os quais se trabalhou, não imobiliza a vítima, pelo contrário, é um motor que dirige a procura da verdade e da justiça, age como um instinto de sobrevivência, que está à procura de alívio e de cura. Esta procura por justiça e verdade, que dá alívio à dor, encontra caminho na participação em movimentos sociais e de vítimas, e em ações realizadas individual e coletivamente (testemunhar, participar de atividades artísticas, ir a marchas, trabalhar na comunidade, escrever, etc.). A dor acompanha todo o processo de luto e luta, ocorrendo e manifestando-se em várias etapas.

As vítimas sentem-se mais acompanhadas e veem mais resultados quando estão associadas, quando participam em coletivos e em movimentos. Porque encontram inúmeros espaços e ações que lhes permitem expressar e transformar a sua dor e também porque se identificam com as demais vítimas, com os seus casos, com as suas dores e processos.

Identificou-se neste trabalho que as narrativas que os familiares das vítimas fazem são determinadas pela sua história de vida e pela identidade que vêm construindo em ambientes públicos e privados. Assim, respondem aos gostos, crenças, desejos, medos, memórias dos seus familiares, associações simbólicas que fazem, etc. Isso mostra que as narrativas estão permeadas pelas identidades individuais e as histórias de vida das pessoas, ou seja têm distintas naturezas e que a partir destas naturezas integram processos coletivos, onde se partilham os eventos significativos pelos quais se associam, o que finalmente permite a construção de identidades coletivas; ou seja, na identidade coletiva dos movimentos existem inúmeras identidades individuais que contribuem para a procura de justiça, verdade, memória e reparação, e é uma construção recíproca (o coletivo alimenta-se de identidades individuais e os indivíduos da identidade coletiva), é uma construção mútua. Identificou-se que sim há mudança nos sistemas de crenças e valores, exemplo disso é o questionamento que María Arango faz para o catolicismo, e para as forças armadas e o Estado, igualmente outras prioridades estabelecem-se e outras crenças instalam-se.

Também, no que diz respeito às narrativas é possível notar que estas podem ser analisadas através das fotografias que as vítimas fazem, partilham e mostram, as fotografias que consideram relevantes nas suas narrativas e história de vida; há uma intenção, em relação à imagem como registo e identificação. Quando se pediu às pessoas uma fotografia dos seus familiares foi possível ver a relação que elas têm com as imagens, por exemplo María partilhou imagens onde é possível ver a sua relação com a religião, por sua vez Alexander quis partilhar muitas imagens da sua participação nos coletivos aos quais pertence, e Claudia partilhou vídeos das suas peças de teatro e também do seu trabalho com vítimas nas oficinas artísticas. Este material coletado e entregue pelas vítimas também ajudou na análise das narrativas, porque muitas vezes entregou significados que passaram despercebidos nas entrevistas e nos testemunhos.

Em relação às “narrativas de sentido e sem sentido” pode-se dizer que as “de sentido” aludem a ações e discursos que foram refletidos pelos familiares das vítimas, como no caso de Claudia Garcés, onde as suas narrativas artísticas, com as quais faz processos de luto, de luta, memória e procura dar visibilidade aos casos dos “falsos positivos”, têm uma abordagem clara que ela questiona constantemente. As de “sem sentido” são aquelas que são realizadas quase por impulso ou instinto, o que não significa que não sejam refletidas, mas que estão no caminho para ser refletidas e questionadas; pode-se dizer que não são tão conscientes, exemplo disso é o caso de María, que faz narrativas impulsionadas mais pelas suas crenças e valores, e também porque elas não medem o alcance, apenas até que se veem os resultados.

Encontrou-se que as narrativas coletivas sim respondem à natureza de discursos políticos que buscam uma transformação social para as problemáticas estruturais que possibilitaram e perpetuam o conflito armado. Este espaço de transformação social está em constante construção e tem sido mais visível e contundente a raiz do acordo de paz (2016), mesmo que no atual governo não exista um reconhecimento e apoio ao mesmo. Isto comprova que as transformações sociais têm como base e estrutura o reconhecimento do conflito com a sua natureza complexa, causas, origens e consequências, o que leva à conscientização da população civil de mesmo e as práticas reivindicativas.

As limitações que se encontraram na pesquisa e que podem ser aprofundadas num futuro próximo são as seguintes. Não se conseguiu fazer um estudo comparativo com outras regiões por razões de segurança, o que teria proporcionado resultados sobre as narrativas em diferentes situações e *modus operandi* dos crimes, e como a região/lugares específicos podem revelar processos diferenciados. Nesse sentido, pode-se arriscar uma hipótese, que para ser provada terá de concretizar-se a referida análise comparativa: as três pessoas com as quais se trabalhou em Medellín conseguiram provar que os seus familiares não eram guerrilheiros e sim vítimas de

execuções extrajudiciais e desaparecimento forçado, em parte, por causa do caráter ousado, determinado, corajoso, insistente e tenaz com o qual os antioqueños (naturais de Antioquia) são conhecidos na Colômbia (isso manifestou-se nos testemunhos coletados quando se perguntou aos entrevistados pela sua identidade, as três pessoas definiram-se como fortes, determinados, insistentes, corajosos). Seria assim importante relacionar regiões e as características que lhes são imputadas.

Por outro lado, e na mesma linha de análise comparativa, seria interessante abordar num futuro próximo as narrativas produzidas pelos filhos das vítimas executadas, ou seja, as gerações mais jovens, embora neste estudo tenhamos trabalhado com dois irmãos. Simultaneamente, no futuro próximo (3 – 4 anos), um acompanhamento das vítimas analisadas neste trabalho poderá ser realizado com o fim de observar a evolução e o desenvolvimento das suas narrativas e identidades, correlacionar as mudanças a nível local, regional e nacional, e também para estender a pesquisa no domínio das questões de género, aspecto que não se conseguiu realizar na presente pesquisa pelas características da amostra com que se trabalhou.

Num futuro próximo, com a proposta do arquivo virtual, pode-se constatar a função deste como agente de reconstrução da memória, assim como pode conceber-se como ente de investigação e pesquisa para o desenvolvimento de outros aspectos, como questões de género, região, fator etário, etc.



Fotografia 33. Captura de Mural no cemeterio de Medellín (Junho de 2019).

## 5. BIBLIOGRAFIA

- Barreto, J. & Puyana, Y. (1996). *Sentí que se me desprendía el alma, análisis de procesos y prácticas de socialización*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Blair, E. (2008). Los testimonios o las narrativas de la(s) memoria(s). *Estudios Políticos*, 32, pp: 85-115. Medellín: Universidad de Antioquia.
- Bonilla, A. & Benavides, F. (2017). “Falsos positivos” diez años después: discursos antagónicos y límites teóricos (Tesis de maestría en Ciencias Políticas). Pontificia Universidad Javeriana: Bogotá.
- Brandão, Rodrigues, E. (2004). Fotografar, documentar, dizer com a imagem. *Cadernos de Antropologia*, 18 – 1, pp: 27-54. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.
- Brito, E. (2017). Los nuevos movimientos sociales latinoamericanos. En *Panorama Cuba y Salud*, 12, 1. La Habana: Escuela Latinoamericana de Medicina.
- Carranza, M. (2004). *La patria y otras ruinas*. Madrid: Colección de Poesía Palimpsesto.
- Castillejo, A. (2001). *Poética de lo Otro: Antropología de la Guerra, la Soledad, y el Exilio Interno en Colombia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (Ministerio de la Cultura). Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Técnica.
- Centro Nacional de Memória Histórica – CNMH (2017). Política pública de archivos de derechos humanos, memória histórica y conflicto armado. Bogotá: CNMH.
- Comisión de Derechos Humanos (CHDI). (2015). *Informe No. 41/15 CASOS 12.335; 12.336; 12.757; 12.711 Informe de fondo. Gustavo Giraldo Villamizar Durán y otros Colombia*. OEA.
- Coordinación Colombia – Europa – Estados Unidos – CCEEU (2012). *Colombia, la guerra se mide en litros de sangre. Falsos positivos, crímenes de lesa humanidad: más altos responsables en la impunidad*. Bogotá: Coordinación Colombia - Europa - Estados Unidos.
- Coordinación Colombia- Europa – Estados Unidos, Observatorio de Derechos Humanos y Derecho Humanitario (2012). *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia 2002- 2010. Crímenes de lesa humanidad bajo el mandato de la política de defensa y seguridad democrática*. Bogotá: Coordinación Colombia - Europa - Estados Unidos.

- Corredor, A. (2002). Estudio cualitativo del duelo traumático de familiares de víctimas de homicidio según la presencia o ausencia de castigo legal. En *Revista de psicología*, 11, pp. 35-55. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Da Silva, L. (1998). Sin cuerpo, sin tumba. Memorias sobre una muerte inconclusa. En: *Historia Antropología y Fuentes Orales. N° 20. Traumas del siglo XX*. Barcelona.
- \_\_\_\_\_ (2001). *No habrá flores en la tumba del pasado. La experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Ediciones Al Margen.
- \_\_\_\_\_ (2002). El mundo de los archivos. Em: Da Silva Catela, L. & Jelin, E. (eds.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad* (pp. 381-403). Madrid: Siglo XXI Editores.
- \_\_\_\_\_ (2004). Conocer el silencio. Entrevistas y estrategias de conocimiento de situaciones límite. En *Oficios Terrestres, X (15-16)*.
- \_\_\_\_\_ (2005). Formas de las memorias: Etnografías de las marcas, usos, reinterpretaciones de las memorias políticas en Argentina. En *Territorios en conflicto, ¿por qué y para qué hacer memoria? VII Seminario sobre Patrimonio Cultural*. Santiago de Chile: Biblioteca de Santiago.
- \_\_\_\_\_ (2014). Lo que merece ser recordado. Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria. En *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, 2, 28-47.
- Das, V. (1995). *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Language and Body. Transactions and the Construction of Pain*". Em Daedalus. Social Suffering. Editado por Kleinman, Arthur, Das, Veena y Lock, Margaret (Cambridge: American Academy of the Arts and Sciences).
- \_\_\_\_\_ (2003). Trauma and Testimony: Implications for Political Community. *Anthropological Theory*, 3(3), 293–307.
- De Souza, M. (2004). *El desafío del conocimiento*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Estrada Gallego, F. (2001). La retórica del paramilitarismo: análisis del discurso en el conflicto armado. *Análisis Político*, 44: 39-57. Disponible em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/75512/68145>

- Feld, C. (2002). *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los excomandantes en Argentina*. Madrid: Siglo XXI.
- Fernandes, F. (1971). A história de vida na investigação sociológica: a seleção de sujeitos e suas implicações. Em: F. Fernandes. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, pp. 251-269.
- Fernández, A. & Rodríguez, B. (2002). Intervenciones sobre problemas relacionados con el duelo en situaciones de catástrofe, guerra o violencia política. En *Revista de Psicoterapia* 12, 48.
- Fundación Cultural Andagoya. (2014). Gualfés, alabaos y levantamientos de tumba, ritos mortuorios de las comunidades afro del municipio del medio San Juan. San Juan, Chocó: Ministerio de Cultura de Colombia.
- Fundación para la Educación y el Desarrollo – FEDES (2012). *Soacha: La punta del Iceberg: Falsos positivos e impunidad*. Ediciones Ántropos: Bogotá.
- García Selgas, F. (1994). Análisis del sentido de la acción: el trasfondo de la intencionalidad. En: Delgado, J.M. & Gutiérrez, J. (coords.): *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Síntesis, capítulo 19, pp. 493, 527.
- García, E. (2018). *Historias de vida: una nueva perspectiva desde la antropología visual*. (Tese de doutoramento). Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Gatti, G. (2011). *Identidades desaparecidas. Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada*. Buenos Aires: Ediciones Prometeo.
- Giddens, A. (1994). *Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea*. Barcelona: Península.
- Gifreu Castells, A. (2013). El documental interactivo como nuevo género audiovisual: Estudio de la aparición del nuevo género, aproximación a su definición y propuesta de taxonomía y de modelo de análisis a efectos de evaluación, diseño y producción. (Tesis doctoral). Barcelona: Univeristat Pompeu Fabra, Departament de Comunicació.
- Human Rights Watch (2015). *El rol de los altos mandos en falsos positivos: evidencias de responsabilidad de generales y coroneles del ejército colombiano por ejecuciones de civiles*. Estados Unidos de América.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI Editores.

- Jimeno, M. (2016). El enfoque narrativo, en *Etnografías contemporáneas III: las narrativas en la investigación antropológicas*. Colección CES. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Lamus, D. (2007). La construcción de movimientos latinoamericanos de mujeres/feministas: aportes a la discusión teórica y la investigación empírica, desde la experiencia en Colombia. En *Reflexión política*, 9, 18. Bucaramanga: Universidad Autónoma de Bucaramanga.
- Lepanche, J & Pontalis, J.B. (2004). *Diccionario de psicoanálisis*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Lewkowicz, I. (2002). Estos son los sujetos de la devastación. Buenos Aires: Página 12. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-7505-2002-07-11.html>
- Lévi-Strauss, C. (1990). Mito y significado. Madrid: Alianza.
- Lévi-Strauss, C. (1978). Mitológicas I: Lo crudo y lo cocido. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lewkowicz, I. (2004). *Pensar sin Estado. La subjetividad en la era de la fluidez*. Paidós: Buenos Aires.
- López, L. & Guerrero, F. (2018). La tridimensionalidad de la víctima: un análisis del discurso en el proceso de transición colombiano. *Análisis Político*, 93: 169-188. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/75623>
- MacDougall, D. (2009). Cinema transcultural, en *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*, 9. Bogotá: Universidad de los Andes.
- Madariaga, C. (2002) *Trauma psicosocial, trastorno de estrés postraumático y tortura*. Santiago de Chile: Cintras.
- Martí, S. (2004). Los movimientos sociales en un mundo globalizado: ¿Alguna novedad? *En América Latina Hoy*, 36. Universidad de Salamanca.
- Martín, I. (2015). *Alcance jurídico de los falsos positivos frente al derecho internacional humanitario, en la justicia ordinaria, la justicia penal militar y la justicia transicional* (Ensayo diplomado Derechos Humanos y Derecho Internacional). Universidad Militar Nueva Granada: Bogotá.

- Martínez, J. (2010). Las Madres de La Candelaria – Línea Fundadora. En *Anuario de Hojas de Warmi*, 15. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Martins, J. S. (1998). Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes: reflexões sobre o método da história de vida. Em: J.S. Martins. Florestan: *Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 87-96.
- Maya, A. (2017). *Sin acceso a los archivos del Estado no hay memoria pública*”: Kirsten Weld. Medellín: Somos Memoria. Disponível em: <http://hacemosmemoria.org/2017/11/14/sin-acceso-los-archivos-del-estado-no-hay-memoria-publica-kirsten-weld/>
- Mckernan, J. (1999). Investigación, acción y curriculum. Madrid: Morata.
- Molano, A. (1998). Mi historia de vida con las historias de vida. In Lulle, T., Vargas, P., & Zamudio, L. (Eds.), *Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales. I*. Institut français d'études andines. doi:10.4000/books.ifea.3472
- Movice. (2015). *Historia*. Consultado 4 de Julio de 2019 em: <https://movimientodevictimas.org/historia/>
- Movimiento de Reconciliación & Coordinación Colombia – Europa – Estados Unidos (2014). *"Falsos positivos" en Colombia y el papel de la asistencia militar de Estados Unidos, 2000-2010*. Bogotá.
- Nitola, V. (2012). *Las madres ante las ejecuciones extrajudiciales de sus hijos, sus familias y la resignificación de sus experiencias*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Oficina del Alto Comisionado para la Paz. *Todo lo que necesitas saber sobre el acuerdo de paz*. Consultado 5 de Abril de 2019 em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/herramientas/Paginas/Todo-lo-que-necesita-saber-sobre-el-proceso-de-paz.aspx>
- ONU: Oficina del Alto Comisionado de Derechos Humanos – ACNUDH (2013). Folleto informativo N° 11 (Rev.1): Ejecuciones Sumarias o Arbitrarias, octubre 1997, No. 11. Disponible em: <https://www.refworld.org/es/docid/479da7472.html>
- Ortega, F. (2009). Violencia social y acontecimiento. *Historia y Grafía*, 32. México: Departamento de Historia.

- Pacifista TV. (2017). “Si no hay juicios, no hay memoria”: experta en desaparición forzada. Entrevista a Ludmila Catela da Silva. Disponible em: <https://pacifista.tv/notas/si-no-hay-juicios-no-hay-memoria-experta-en-desaparicion-forzada/>
- Passerini, L. (1985). People’s History and Social Science History Responses to Louise A. Tilly, em *International Journal Of Oral History*, 1. 6. New York.
- Pereira de Queiroz, M. I. (1991). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Em, M. I. Pereira de Queiroz (ed). *Variações sobre a técnica do gravador no registo da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, pp. 1-26.
- Pérez, P., & Lucena, R. (2000). Duelo: Una perspectiva transcultural. Mas allá del rito: La construcción social del sentimiento de dolor. En *Psiquiatría Pública*, 12, 259-271.
- Revista Semana (2019). Las implicaciones que trae que las víctimas retiren sus archivos del Centro de Memoria. 20 de febrero de 2019. Disponible em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/las-implicaciones-de-que-victimas-retiren-sus-archivos-del-centro-nacional-de-memoria-historica/602084>
- Ribeiro da Silva, J. (2005). Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação, em *Revista de Antropologia*, 48, 2. São Paulo: USP.
- Ricoeur, P. (1996). *Sí mismo como otro*. Madrid: Siglo XXI Editores.
- Rojas, O. (2017). *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia, 2002-2010. Obediencia ciega en campos de batallas ficticios*. Bogotá: Universidad Santo Tomas.
- Rubiano Pinilla, E. (2015). Arte, memoria y participación: “¿dónde están los desaparecidos?” en *Hallazgos*, 12(23). Disponible em: <https://doi.org/10.15332/s1794-3841.2015.0023.02>
- Rubio, N. (2017). *Conmoverse para moverse: la experiencia de la Corporación Coletivo Sociojurídico Orlando Fals Borda. Narrativas emocionales que movilizan la acción colectiva en contra de las desapariciones forzadas y las ejecuciones extrajudiciales en los Llanos Orientales*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- Ruta del Pacífico (2013). *La verdad de las mujeres: víctimas del conflicto armado en Colombia*. Bogotá: G2 Editores
- Santos, de Sousa, B. (2001). Los nuevos movimientos sociales. Em *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL*, 5, 177-188.

- \_\_\_\_\_. (2010). *Descolonizar el saber y reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce.
- Saray, A. (2013). *las madres de Soacha: acciones de resistencia que construyen paz*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Thomson, P. (2003). Historia oral y contemporaneidad, en *Historia, memoria, pasado y presente. Anuario 20, 2003, 2004*. Rosario, Argentina: Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario.
- Touraine, A. (2006). Los movimientos sociales. En *Revista Colombiana de Sociología*, 27. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Van Dijk, T. (1999a). El análisis crítico del discurso. *Anthropos*, 186: 23-36.
- \_\_\_\_\_. (1999b). ¿Qué es el análisis del discurso político? Em: van Dijk, T. & Mendizábal, I. *Análisis del discurso social y político* (pp. 9-102). Quito: Ediciones Abya Yala.
- Vasco, C. (2012). *Trabajo Psicosocial con familiares de víctimas de ejecuciones extrajudiciales: experiencias y sentidos desde las familias, las organizaciones, y las entidades del Estado*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- Vázquez-Herrero, J. & Moreno, G. (2017). Documental interactivo iberoamericano: proximidad y transformación social. Doc On-line, especial dezembro 2017, pp. 109-130. doi: 10.20287/doc.esp17.dt05
- Veras, E. 2010. *Historia de Vida: ¿Un método para las ciencias sociales?* Buenos Aires: Cinta Moebio 39: 142-152.
- Villarreal, M. (2016). Los colectivos de familiares de personas desaparecidas y la procuración de justicia. *Intersticios Sociales*, 11. Jalisco: El Colegio de Jalisco. Disponible em: <http://www.intersticiosociales.com/index.php/is/article/view/94/93>
- Visacovsky, S. (2016). Lo narrativo y la investigación antropológica sobre la producción de historias, en *Etnografías contemporáneas III: las narrativas en la investigación antropológicas*. Colección CES. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Yezzed, F. (2019). *Carta de las mujeres de este país*. Bogotá: Editorial Escarabajo.
- [Consulta de versículos da bíblia]. (10 de Outubro de 2019). Recuperado de: Biblia.pt.

## **Material de campo**

Entrevista 1. Entrevista com Alfonso Castillo. Bogotá, 20 de abril 2019.

Entrevista 2. Entrevista com César Santoyo, Bogotá, 19 de Maio 2019.

Entrevista 3. Entrevista com María Arango. Medellín, 4 de Junho 2019.

Entrevista 4. Entrevista com Alexander Castro Pulgarín, Medellín, 10 de Junho 2019.

Entrevista 5. Entrevista com Claudia Garcés, Medellín, 12 Junho 2019. Acompanhamento à peça de teatro (29 de Abril 2019). Acompanhamento a ensaio geral de peça de teatro (17 de Junho 2019).

Entrevista 6. Entrevista com Martha Soto, Medellín, 19 de Junho 2019.

